

PREÂMBULO

A realização da presente Dissertação, enquadrada na Unidade Curricular A50 de Projecto – Dissertação, apresenta-se no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo da Escola Superior Gallaecia, tendo como objectivo a obtenção do grau de Mestre.

A Dissertação foi desenvolvida no ano lectivo de 2017/2018 pela discente Juliana Mina Ferraz, com orientação da Prof.ª Doutora Goreti Sousa e da Prof.ª Doutora Mariana Correia.

O estudo “Habitar o Centro Histórico de Viana do Castelo”, aborda as questões levantadas pelas novas formas de habitar o espaço doméstico urbano, e as problemáticas associadas aos centros históricos.

A presente dissertação não foi realizada segundo o novo acordo ortográfico, por opção da candidata.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi elaborado para a obtenção do grau de Mestre no âmbito da Dissertação de Mestrado em Arquitectura e Urbanismo da Escola Superior Gallaecia.

Gostaria antes de mais, de agradecer a todos os Professores da Escola Superior Gallaecia que contribuíram para a elaboração da dissertação, mas em especial às minhas Orientadoras, Prof.^ª Doutora Mariana Correia e Prof.^ª Doutora Goreti Sousa, pelos incentivos que me transmitiram e pela disponibilidade que sempre mostraram.

Não posso deixar de agradecer a todas as pessoas e entidades que prestaram colaboração e forneceram informações para a investigação desenvolvida. Designadamente à Câmara Municipal de Viana do Castelo, ao Arquivo de Viana do Castelo e à Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. De referir igualmente, os meus agradecimentos ao arq. José Loureiro, ao arq.^º Paulo Vieira e à arq. ^ª Marta Monteiro.

Gostaria também de agradecer honrosamente, aos meus pais, irmãos e amigos, que, desde o início me acompanharam e me motivaram para que este trabalho se concretizasse.

RESUMO

Esta dissertação foca-se no estudo das novas formas de habitar o espaço doméstico urbano, tendo como base de análise conceitos de autores de referência e o estudo de caso de uma rua do Centro Histórico de Viana do Castelo.

Este estudo encontra-se abrangido pela ARU (Área de Reabilitação Urbana) da Câmara Municipal de Viana do Castelo, que tem como intuito incentivar a reabilitação do centro histórico até 2020, fornecendo apoios de carácter financeiro, entre outros incentivos, atribuídos pelo Plano de Pormenor do Centro Histórico.

A arquitectura da habitação doméstica urbana depara-se com desafios consequentes de uma sociedade em constante e rápida transformação, o que levou à investigação dos novos conceitos de conforto, de flexibilidade tipológica, materiais de construção e de adaptabilidade na transformação dos usos do espaço doméstico urbano.

O estudo de caso desenvolve-se num específico contexto arquitectónico, sociocultural e histórico e procura encontrar respostas para a problemática das novas formas de habitar o espaço doméstico.

A dissertação apresenta a seguinte estrutura: o capítulo I refere-se à identificação da problemática, aos objectivos, à metodologia, à justificação da investigação e à estrutura dos conteúdos; o capítulo II, refere-se às problemáticas associadas aos centros históricos, ao papel da habitação na conformação da forma urbana, às componentes e terminologia sobre as novas formas de habitar o espaço doméstico urbano e aos conceitos de conforto, de flexibilidade tipológica, de materiais construtivos e de adaptabilidade à transformação de usos; o capítulo III aborda a evolução dos tipos de

espaço doméstico urbano no centro histórico de Viana do Castelo, a evolução e a diversidade dos tipos de espaços domésticos urbanos e as diferentes abordagens na problemática da reabilitação; o capítulo IV foca-se na análise morfológica e tipológica e na análise individual e comparativa dos estudos de caso e respectiva interpretação. Por último, o capítulo V apresenta a síntese dos resultados e respectivas conclusões.

Desta forma, através da análise individual das fichas de estudo de caso, e da análise comparativa, elaborada nos quadros síntese, conclui-se que a maioria das habitações do estudo da rua do Centro Histórico de Viana do Castelo reúne as condições necessárias para introdução dos conceitos estudados.

Palavras chave: habitar, conforto, flexibilidade e adaptabilidade.

ABSTRACT

This dissertation focus on the study of new ways of inhabiting the urban domestic space, based on the analysis of concepts from authors and a case study in Viana do Castelo.

The urban domestic housing architecture is facing challenges resulting from a society that is in constant and rapid transformation. The new concept of flexibility, together with the versatility and adaptability of the domestic space is important in urban housing to fit modern lifestyles, in order to meet the needs and the interests of the users.

The case study theme is developed in an architectural, socio–ultural and historical context and tries to find answers to the research problem associated to the new ways of inhabiting the domestic space.

The Dissertation is structured as follows: Chapter I refers to the identification of the problem, the objectives, the methodology, the state of the art and the content structure. Chapter II refers to new theoretical concepts about the urban dwelling; the contemporary specificity of housing in cities with an historic center; the role of housing in shaping urban form. Chapter III discusses the evolution of the types of domestic space in the historic city of Viana do Castelo. Chapter IV provides a morphological and typological analysis of case studies with their related synthesis. Finally, Chapter V presents the summary of results and conclusions.

Thus, through the individual analysis of each of the case study sheets, the comparative analysis and their conelation, it is concluded that the majority of the dwellings regarding the study of a street located in of the Historical Center of Viana do Castelo meet the necessary conditions for the introduction of thestudied concepts.

Key words: living, comfort, flexibility and adaptability.

Preâmbulo

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Capítulo I: Introdução

1.1 Identificação da problemática.....	15
1.2 Objectivos.....	16
1.3 Metodologia.....	17
1.4 Justificação da Investigação.....	18
1.5 Estrutura dos conteúdos.....	19

Capítulo II: Cidade e Residência: o conceito do Habitar Urbano

2.1 Problemáticas associadas aos centros históricos.....	23
2.2 Papel da habitação na conformação da forma urbana.....	37
2.3 Componentes e terminologia sobre as novas formas de habitar o espaço doméstico urbano.....	41
2.3.1 Conforto.....	45
2.3.2 Flexibilidade tipológica.....	49
2.3.3 Materiais construtivos.....	63
2.3.4 Adaptabilidade à transformação de usos.....	77

Capítulo III: A habitação no Centro Histórico de Viana do Castelo

3.1 Evolução e diversidade dos tipos de espaços domésticos.....	85
3.2 Diferentes abordagens na problemática da reabilitação	95

ÍNDICE

Capítulo IV: Rua do Tourinho

4.1 Análise Morfológica.....	103
4.2 Análise Tipológica.....	105
4.3 Estudos de Caso.....	107
4.3.1 Análise Individual dos estudos de caso.....	107
4.3.1.1 Análise do Existente.....	109
4.3.1.2 Análise da Intervenção.....	133
4.3.2 Análise comparativa dos estudos de caso.....	153
4.3.3 Análise interpretativa e correlativa.....	161

Capítulo V: Nota Final

5.1 Conclusões gerais.....	167
5.2 Conclusões específicas.....	169

Referências Bibliográficas.....	175
--	------------

Índice de Imagens.....	181
-------------------------------	------------

CAPÍTULO I

Introdução

INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo irá realizar-se um enquadramento e justificação da problemática abordada na presente dissertação de mestrado. De seguida, dar-se-á a conhecer a definição dos objectivos e as metodologias de investigação utilizadas no presente trabalho.

1.1 Enquadramento da problemática da investigação

A escolha de investigação relativa às novas formas de habitar o espaço doméstico urbano surge do interesse pela forma de adaptar as tipologias das habitações urbanas existentes às novas formas de habitar. Torna-se primordial abordar conceitos como conforto, flexibilidade, adaptabilidade e mobilidade do espaço habitacional, numa dinâmica inovadora na prática da arquitectura. Novos hábitos sociais, novas formas de pensar, novas tecnologias, novas formas de viver exigem, consequentemente, a alteração do espaço habitacional.

É na sequência da transformação das sociedades e no crescimento dos centros urbanos que surgem, no interior da cidade, espaços devolutos, como é o caso de algumas garagens, oficinas e ateliers. Estes espaços podem dar abertura a distintas formas de organização do espaço habitacional.

Os compartimentos deixam de ser tão fragmentados para passarem a um conceito de espaços mais amplos e mais versáteis nas suas valências. Do mesmo modo, o progresso tecnológico impulsiona uma outra reorganização do espaço doméstico, facilitando o modo de vida do homem contemporâneo.

Estas necessidades conduziram a uma alteração na forma de pensar e de agir na arquitectura, designadamente na estruturação e organização espacial das habitações. Hoje, o local de viver pode também ser o local de trabalho e de lazer e, portanto, é destinado a uma vivência constante. O ritmo de vida moderna e a transformação da tecnologia doméstica com instrumentos de trabalho, tornam as

peessoas de hoje mais exigentes, mais focadas em si mesmo, num espaço personalizado.

1.2 Objectivos

Esta investigação alicerça-se nos seguintes objectivos:

1º objectivo: Identificar a necessidade de adaptar a arquitectura habitacional dos centros históricos, às circunstâncias das novas formas de vida e à transformação da sociedade;

O primeiro objectivo surge na sequência das alterações e transformações de vida e da sociedade e na intenção de perceber se a arquitectura dos centros históricos se encontra adaptada a estas novas formas de vida.

2º objectivo: definir o conceito de conforto, de flexibilidade, de materiais e de adaptabilidade na transformação dos usos na habitação doméstica urbana e no modo como pode ser implementado.

O segundo objectivo, subsequente do primeiro, pretende contextualizar, através de conceitos arquitectónicos, de como é possível a arquitectura dos centros históricos adaptar-se às novas formas de vida e de que forma o conceito da habitação doméstica do centro histórico de Viana do Castelo corresponde às novas formas de habitar?

1.3 Metodologia

A metodologia aplicada na realização deste trabalho de investigação enquadra-se na conjugação de três etapas: consciencialização, reflexão e relação. Num primeiro passo procedeu-se à selecção, leitura e interpretação de documentos a estudar, posteriormente, à relação recíproca dos dados obtidos e finalmente à reflexão sobre os resultados obtidos.

A finalidade desta investigação consiste na aquisição de saber, acerca das formas de habitar nos centros históricos, no intuito de uma intervenção futura mais consciente e mais responsável atendendo às circunstâncias que envolvem essa intervenção.

Esta estrutura metodológica compreendeu diferentes técnicas, nomeadamente a análise documental, a fotografia, a observação directa, a análise dos estudos de caso e às notas de campo.

Na análise documental realizou-se uma selecção de documentos bibliográficos de diferentes autores de referência, o que alicerçou o trabalho. Destacam-se as obras de autores, os documentos históricos municipais como a planta cadastral, os regulamentos do PPCHVC, as plantas do PPCHVC; arquivo Municipal de Viana do Castelo, revistas temáticas de arquitectura e urbanismo. Esta análise pluridimensional permitiu um alargamento dos vários saberes em diferentes contextos, reflectindo, consequentemente, num relacionamento de dados.

A análise fotográfica foi elaborada pela autora e a observação directa foi realizada através de um registo de informação na visita ao local, onde se encontram as habitações em estudo, de acordo com as categorias analíticas.

As notas de campo servem de técnica auxiliar na visita ao local, na qual se registaram dados utilizados posteriormente no decorrer do presente trabalho.

Os estudos de caso foram realizados através de documentos fornecidos pelos residentes das habitações juntamente com documentos camarários.

1.4 Justificação da Investigação

O estudo dedica-se à problemática no âmbito da reabilitação dos centros históricos pela importância e necessidade de intervenção que estes têm vindo a assumir nas políticas urbanísticas. As condições de habitação dos edifícios dos centros históricos não se encontram ainda em conformidade com os padrões de conforto e salubridade exigíveis numa cidade e numa sociedade que se quer moderna e desenvolvida. Nesta actual sociedade em construção, as cidades podem desempenhar um papel chave, pois constituem locais privilegiados de concentração de populações e de actividades económicas e culturais capazes de imprimir um dinamismo cada vez mais atractivo.

O interesse pelo desenvolvimento deste estudo, justifica-se pelo carácter inovador, original e singular de que se reveste. A primeira razão relaciona-se com o facto de a rua do Tourinho não possuir um suporte documental quantitativo dedicado ao centro histórico de Viana do Castelo. Ainda que possam existir, em repositórios abertos de outras universidades, alguns documentos de investigação científica e académica inseridas em Provas Finais, Teses de Mestrado ou Doutoramento, relacionados com estudo da habitação doméstica nos centros históricos de algumas cidades, relativamente à rua do Tourinho não se encontram estudos documentados referentes ao tema em estudo. Um outro factor incisivo na escolha desta temática advém do particular interesse pelo estudo de uma rua que, pelas suas características físicas, sociais e culturais, é propícia a uma investigação mais aprofundada.

A escolha desta problemática para desenvolver como Dissertação passa também pela sua singularidade, atendendo-se ao insuficiente número de estudos tipológicos e morfológicos existentes sobre a rua

do Tourinho. A rapidez e a profundidade das mutações urbanas pugnam por uma planificação coordenada da requalificação do centro histórico, no âmbito do conceito de flexibilidade e de adaptabilidade das habitações domésticas urbanas.

1.5 Estrutura do trabalho

O corpo deste trabalho está estruturado em cinco capítulos.

Capítulo I

O capítulo I refere-se ao capítulo introdutório onde se apresentam as razões da presente dissertação e se determinem parâmetros em que a mesma se desenvolve. Neste capítulo será realizado a identificação do objecto de estudo, a problemática de investigação, a definição dos objectivos, a referência das fontes consultadas e as metodologias adoptadas na elaboração desta investigação.

Capítulo II

O capítulo II, aborda os conceitos teóricos do habitar urbano, a problemática do habitar nos centros históricos, o papel da habitação na conformação da forma urbana e os componentes e a terminologia sobre as novas formas de habitar o espaço doméstico urbano como o conforto, a flexibilidade tipológica e a adaptabilidade à transformação de usos.

Capítulo III

Este capítulo dedica-se ao enquadramento da habitação no centro histórico de Viana do Castelo, com o estudo dos aspectos gerais sobre a evolução e diversidade dos tipos de espaços domésticos urbanos e as diferentes abordagens na problemática da reabilitação habitacional do centro histórico de Viana do Castelo.

Capítulo IV

O capítulo IV baseia-se na análise morfológica e tipológica de estudos de caso na Rua do Tourinho no centro histórico de Viana do Castelo.

Neste capítulo são elaboradas análises individuais dos estudos de caso através das fichas que integram o levantamento de cada habitação e o estudo da sua organização espacial. Com base na referida análise individual é elaborada uma análise comparativa dos mesmos onde são elaborados quadros – síntese e analisado o nível de adequação das terminologias das novas formas de habitar, estudados no capítulo II.

O capítulo V refere-se às conclusões gerais e específicas da investigação.

Na realização desta dissertação torna-se fundamental recorrer à revisão de diferentes autores de referência, de forma a enquadrar os conceitos apresentados. Numa primeira fase realizou-se a revisão da literatura relacionada com a problemática da investigação e posteriormente foi realizada uma selecção e revisão de bibliografia mais específica.

CAPÍTULO II

Cidade e Residência: o conceito do Habitar Urbano

2.1 Problemáticas associadas aos centros históricos

Nos últimos séculos, com a Revolução Industrial verificou-se um crescimento demográfico urbano e em contrapartida, um abandono do meio rural. A Revolução Industrial trouxe alterações estruturais nas cidades, mas o modernismo revolucionou a forma da cidade.

Na primeira metade do séc. XX, após a Segunda Grande Guerra e até aos anos sessenta e aos anos setenta, a cidade tradicional foi substituída por um modelo novo (Lamas, 2010, p. 303).

Segundo Lamas (2010), a génese da cidade moderna teve dois grandes períodos. O primeiro, situado entre duas guerras, designa-se pelo período das formulações teóricas e experimentais em que os arquitectos “modernos” se lançaram em oposição à urbanística tradicional e se debruçaram sobre a organização da estrutura e sobre a morfologia da cidade. É neste contexto que o quarteirão, a rua e a praça dão prioridade às tipologias de torre, de banda e de bloco. O segundo período, marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial até aos anos setenta, recorre de forma acelerada, a cidade com habitação, bairros e centros urbanos.

Este tipo de construção “moderna” em altura, foi seriamente criticada e contestada na época designada por Urbanística Operacional. Tratou-se de uma fase de diferentes conceitos como a cidade-jardim, a unidade vizinhança, as experiências alemãs, holandesas e austríacas, o racionalismo e funcionalismo da Carta de Atenas, as ideias de Le Corbusier e as iniciativas dos CIAM¹.

Estas experiências têm um objectivo comum: a rejeição da cidade tradicional e a implantação dos novos modelos de organização do espaço urbano, negando-se a estrutura tradicional do tecido urbano de matriz histórica.

¹ CIAM – Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna

Segundo a Carta de Atenas (ICOMOS.1933), a cidade é planeada num conceito de obrigatoriedade em isolar, separar e arrumar as principais funções da cidade, designadamente o habitar, o trabalhar, o lazer, o recrear e o circular bem como atender às deslocações necessárias para o desempenho destas actividades. A cidade desenha-se por zonas com funções diferenciadas e por sistemas independentes: sistemas de circulação, de habitação, de equipamentos, de trabalho e de recreio com funcionalidade autónoma *"A consequência deste processo será a autonomização e independência física dos vários sistemas entre si, ou seja, os vários elementos que estruturam a cidade deixarão de se relacionar espacial e formalmente"* (Lamas, 2010, p. 303).

A Carta de Atenas descreve:

A vida da cidade manifesta-se através dos séculos por obras materiais, traçados ou construções, que lhe conferem personalidade própria e das quais nasce, pouco a pouco, a sua alma. Estas obras são os testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, pelo seu valor histórico ou sentimental (CIAM, 1933, citado por Correia & Lopes, 2004, p.51).

O Congresso Internacional de Arquitectura Moderna promove e publicita as ideias da arquitectura e da urbanística moderna. O congresso aprofunda o estudo da forma urbana e do desenho do espaço citadino que na década de sessenta, arquitectos, sociólogos, entre outros profissionais e a própria população manifestam reacções de contestação ao urbanismo da cidade moderna, Gordon Cullen valorizava as sequências espaciais em pequena escala e seus pormenores, Kevin Lynch recorre ao desenho da cidade, valorizando a imagem visual (Lamas, 2010, p. 386).

Rossi inserido num movimento designado de *Tendenza*, defende a importância da cidade histórica, da arquitectura do desenho da cidade e da reabilitação das formas urbanas tradicionais. É nesta sequência de ideias, que a cidade antiga passa a ser considerada

como um lugar de grande valor. Emergem novas soluções e novos pensamentos, em relação ao futuro arquitectónico que se designou de “Novo Urbanismo”². O novo urbanismo significa: *“...a contestação à urbanística operacional burocrática a às suas formas, procurando novos caminhos no desenho da cidade”* (Lamas, 2010, p. 389). A distinção entre o novo urbanismo e o urbanismo moderno é a influência das relações morfológicas presentes na cidade tradicional.

Segundo Ascher (2010), esta revolução urbana foi evolutiva, estando já instalada uma revolução urbana moderna com *“evoluções consideráveis nas práticas quotidianas dos cidadãos, nas formas das cidades, equipamentos públicos e nos serviços, na tipologia dos lugares urbanos, nas atitudes em relação à natureza e ao património...”* (2010, p. 61).

Hoje vive-se uma revolução digital que afecta o assentamento humano, a forma de viver e de trabalhar. A sociedade vive em constante transformação, a um ritmo acelerado: *“A diversidade aumenta igualmente em virtude da aceleração das mudanças dos modos de vida e dos sistemas de valores.”* (Ascher, 2010, p. 42).

Segundo Vegara e Rivas (2004), o início do século XXI atravessa uma das maiores transformações da história da humanidade, com consequências no espaço económico, político, social e arquitectónico.

As dinâmicas urbanas dependem da evolução das tecnologias desde os primórdios da escrita à internet, passando pela invenção da imprensa, do caminho-de-ferro, do carro eléctrico, do elevador, do automóvel chamados sistemas de mobilidade, “sistemas bip”³. Pode-se dizer, que foi graças à invenção e ao avanço destas tecnologias que o crescimento das cidades se tornou possível.

²New Urbanismo

³ Tecnologias de Transporte e Armazenamento de bens, de informações e de pessoas.

A sociedade estruturada funciona como uma série de redes interligadas que asseguram uma mobilidade acrescida às pessoas, aos bens e à informação o que, num sistema económico internacional, se designa de globalização:” *...a cidade se torna cada vez mais o lugar da diferença, acervo de minorias culturais, religiosas, linguísticas, étnicas, de níveis de renda, de estilos de vida, de arquitecturas ... que advém em um período no qual todo o sujeito e toda actividade são cada vez mais fortemente atraídos em relação aos diversos aspectos da globalização* (Secchi, 2006, p. 89).”.

Graças ao desenvolvimento de transportes e das telecomunicações, este processo de urbanização passa por um crescimento urbano, organizado em redor das aglomerações mais importantes, a que se dá o nome de metropolização.

As soluções adaptadas a diferentes contextos e a heterogeneidade fazem as cidades crescer de forma mais actual e diversificada, embora assente no edificado antigo. Portanto, construir a cidade é ter em conta a diversidade de situações, de espaços e de modos de vida. Ascher defende: *“É preciso, portanto, acabar com uma representação nostálgica da cidade europeia que considera que tudo o que é urbano deve ser denso e contínuo”* (Ascher, 2010, p. 107).

Quando se fala na estruturação das cidades, implica a comercialização dos seus problemas, das suas potencialidades e da criação das melhores condições para os seus habitantes *“...estruturar uma cidade sem nos alhearmos da totalidade dos problemas começa pelo criar de condições para os seus habitantes de modo a não se sentirem obrigados a abandoná-los para os grandes centros do país...”* tornando o lugar mais adequado aos diferentes modos de vida e *“implica sobretudo, satisfazer as necessidades básicas dos habitantes no meio urbano em que vivem se aí quiserem permanecer”* (Portas, 2005, p. 158).

As novas formas de urbanização devem considerar o perfil das cidades existentes. Num esforço conjunto dos intervenientes no seu processo de estruturação, as cidades devem ser pensadas e planificadas caso a caso, atendendo aos seus valores culturais, sociais e patrimoniais. *“Qualquer cidade tem elementos característicos que não são necessariamente considerados como património nacional mas que são importantes porque é através deles que o cidadão frequentemente se identifica como a sua “terra”. É esse património que constitui a originalidade de uma terra, sendo por isso um grande valor de cultura local e regional, e também um valor de cultura arquitectónica, histórica e emocional”* (Portas, 2005, p. 160).

É na relação das estruturas das cidades, que surgem como pontos de interesse urbanístico, os centros históricos. Segundo Lamas (2010), o centro histórico, é parte activa da cidade, é o núcleo central de um conjunto urbano. O centro histórico, na época da Revolução Industrial sofreu alterações a nível de assentamento tendo a expansão da cidade levado consigo os seus habitantes. Assistiu-se a uma desertificação dos centros históricos que viram a sua população reduzida a uma faixa etária socialmente envelhecida. Neste contexto de desenvolvimento das cidades, assistiu-se a que, em meados do séc. XIX, as cidades europeias tenham mudado o seu plano estrutural, em necessidade de resposta ao crescimento demográfico e ao desenvolvimento industrial. Estas alterações a nível de transportes, de circulação e de novos conceitos de higiene e de conforto, trouxeram para além da sua expansão, a renovação dos centros históricos. A partir da segunda metade do século XIX até ao fim da Segunda Guerra Mundial, no séc. XX torna-se premente a adaptação da cidade antiga aos ideais de uma nova vida social. Assiste-se deste modo a uma conjugação entre destruição/renovação no que concerne ao embelezamento, à circulação e ao funcionamento da cidade.

Por volta dos anos sessenta, muitos dos centros históricos fazem parte da problemática urbanística passando a ser objecto de estudo.

As alterações recaem sobre a troca de estratégias de renovação pelas de reabilitação, valorizando os aspectos culturais, urbanísticos e sociais do tecido urbano.

A reabilitação urbana⁴ que consiste não só na realização de obras de beneficiação e de recuperação que procuram a melhoria das condições físicas dos edifícios e de habitabilidade, como também na intervenção de infra-estruturas e equipamentos, nos espaços públicos e na estrutura funcional de forma a garantir a dinamização do tecido social e económico.

Reabilitar o centro histórico é de certa forma conservar o que perdeu as suas qualidades originais: *“A cidade antiga é desde logo o termo de referência, exemplo de qualidades espaciais e de potencial de vida humana...”* (Lamas, 2010, p. 385). Ao reabilitar, é necessário intervir e actuar conscientemente no processo dinâmico do espaço urbano, de modo a prolongar a sua identidade e os seus valores tradicionais, pelo que a requalificação de espaços urbanos já existentes, subentende uma maior qualidade do ambiente urbano, no universo da valorização, da renovação e da integração das áreas degradadas.

O interesse pela reabilitação urbana vem crescendo e advém da tomada de consciência, da importância de preservar e manter valores patrimoniais urbano-arquitectónicos, que possam favorecer as gerações vindouras. Consequentemente, as operações de reabilitação têm o objectivo de restaurar o património urbano e melhorar a qualidade de vida, mantendo a população residente e procurando desacelerar com o despovoamento das áreas centrais das cidades.

⁴Proposta de projecto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial - DGOTDU PAG 60): *“intervenção sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido e modernizado, através de obras de beneficiação das infra-estruturas urbanas e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação de edifícios.”*

Até 1980, o estudo do património centrava-se sobretudo nos edifícios, lugares e valores estéticos e simbólicos. Hoje são elementos culturais associados ao contexto urbano e ambiental:

“O património integrado no conceito de perfil da cidade é um vector activo no seu desenvolvimento futuro sendo o aspecto da cidade, no que se refere ao centro ou às áreas habitacionais resultado de uma tarefa em que participa no seu conjunto. Daí, que não possa ser abandonado ao jogo dos interesses particulares ou ao acaso” (Portas, 2005, p. 155).

A dinâmica dos centros urbanos passa pela intervenção séria e reflectida das instituições municipais numa política conscienciosa de recuperação dos espaços esquecidos. Pretende-se impregnar um conceito dinâmico de vitalidade às zonas de abandono, tem de se ter em consideração a aparência e o impacto do espaço público, para que as cidades estejam receptivas aos cidadãos. Esta vitalidade e atractividade, juntamente com a participação dos habitantes, despertam um maior desenvolvimento do espaço urbano.

É *“conservar renovando”* ou *“renovar conservando”* (Portas, 2005, p. 156) que se salvaguarda a recuperação física e de reutilização social do parque de edifícios existentes, contrapondo a ideia de que são áreas antigas de museus que servem de bilhete-postal. A salvaguarda e a reabilitação dos centros históricos devem prevalecer na formulação das políticas urbanas respeitadores do processo cultural e social, de forma a garantir que:

“O principal objectivo da estruturação da cidade é o de conseguir uma maior ligação entre os cidadãos como umelemento essencial da melhoria da qualidade de vida. Mas, se é importante a análise do ambiente urbano, não nos podemos esquecer de outras questões que determinam o comportamento de um cidadão como são as da habitação, do emprego, dos tempos livres, da acessibilidade.” (Portas, 2005, p. 156)

Os conceitos “*recuperar*”, “*reabilitar*”, “*revitalizar*” emergem agora, no sentido de fazer renascer as cidades como um todo, quer no seu aspecto físico, quer no seu aspecto sociocultural. Estruturar uma cidade significa pensar no elemento essencial, o cidadão, e sua melhoria da sua qualidade de vida, atendendo por isso, a outros factores que o determinam e condicionam enquanto cidadão, como por exemplo a situação dos empregos, das ofertas culturais e das acessibilidades, entre outros. Mas restaurar ou revitalizar não pode significar relevar um monumento histórico e esquecer ou destruir desrespeitosamente a sua área envolvente e dar espaço a novas construções, como se verificou em tempos passados.

Para Benévolo (2001), a maior parte das cidades europeias ainda conserva alguns edifícios antigos. As igrejas, as casas antigas e os palácios encontram-se inseridos no mesmo contexto dos edifícios modernos, mas sobrevivem numa imagem completamente diferente do tradicional. O organismo da cidade antiga, medieval, renascentista e barroca deixa de existir, erguendo-se a cidade moderna com as suas próprias características; designadamente, o aparecimento do modelo novo de fazer cidade, em que as ruas antigas são transformadas em grandes ruas. Como exemplo, o autor refere o centro histórico das cidades de Veneza, Bolonha, Florença, Pisa, entre outros, como centros onde prevalece a circulação das ruas, correspondentes à cidade antiga, e de onde irradiam as artérias periféricas. As margens da parte habitada são ainda marcadas pelas muralhas, pelas alamedas e pelos espaços verdes as casas antigas ainda fazem parte da malha urbana.

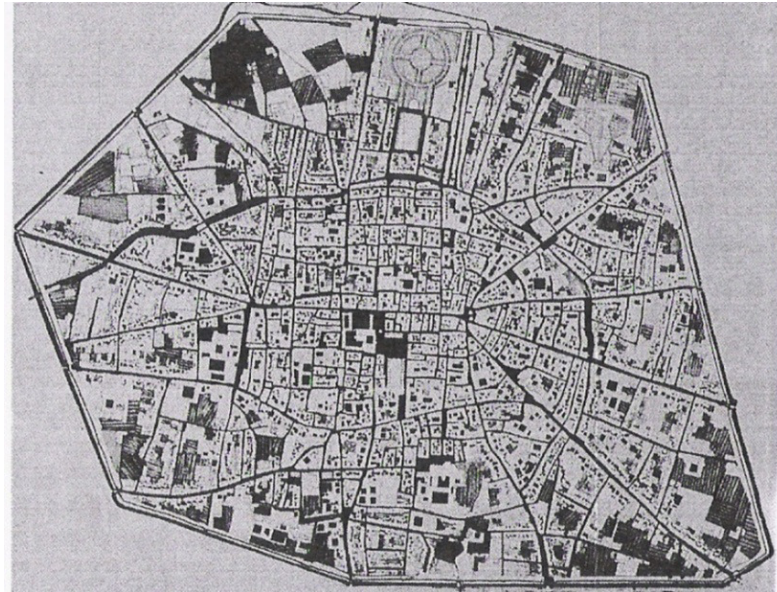


Fig. 1 Bolonha. Organismo urbano do séc. XIX e o centro histórico actual

Fig.2 Bolonha. Organismo urbano do séc. XIX e o centro histórico actual. Edifícios antigos protegidos (preto)

É neste contexto físico que a população destas cidades mantém uma relação entre vida e ambiente, e uma história e uma identidade com o passado: *“A tentativa de preservar os centros históricos enquadra-se nesta alternativa e evidencia o seu carácter global, que diz respeito a todo o ambiente construído”* (Benevolo, 2001, p. 71). De acordo com o autor, é possível fazer cidade de forma funcional. Hoje e para tempos futuros será possível construir um novo meio que valorize os mesmos princípios, uma vez que as habitações antigas já fazem parte do modelo ideal. Estas possibilitam a transformação futura da cidade em que se vive. O centro histórico faz parte de um projecto de desenvolvimento de preservação não pela sua valorização geográfica, mas pela relação entre população e ambiente, partindo de uma estrutura física e social. No âmbito da conservação e preservação dos centros históricos, surgem as Cartas doutrinárias que apelam para a forma consciente e responsável para a preservação, recuperação e salvaguarda do património⁵ arquitectónico. Conservar o património arquitectónico não significa indignificar as formas de vida das pessoas. Salvaguardar não significa manter religiosamente edifícios e bairros insalubres inadaptáveis de funções vitais: *“Se a sua conservação não implicar o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres.”* (Lopes & Correia, 2004, p. 52).

Salvaguardar o património arquitectónico urbano exige reflexão cuidada e uma análise profunda na forma de encontrar a melhor solução para qualquer problema com que se possa confrontar, nem que para tal, sejam necessárias alterações para a estrutura da cidade. *“A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo que se manifesta através dos séculos por obras, materiais, traçados ou construções (...) Estas obras são testemunhos preciosos do passado*

⁵ *“...é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a especificação do património é por tanto um processo relacionado com a eleição de valores”.* (Carta de Cracóvia in LOPES, Flávio, Património arquitectónico e arqueológico – cartas, recomendações e convenções internacionais)

que serão respeitados (...) pelo seu valor histórico ou sentimental..." (Lopes & Correia, 2004, p. 51).

Os princípios de reabilitação e conservação dos centros históricos das cidades, definidos na Carta de Atenas (1933), decretam a salvaguarda de edifícios isolados ou conjuntos urbanos. Estes edifícios isolados ou conjuntos urbanos *"Serão salvaguardados se forem a expressão de uma cultura anterior e se corresponderem a um interesse geral."* (Lopes & Correia, 2004, p. 51) A carta admite também que *"A demolição de bairros miseráveis na envolvente dos monumentos históricos dará ocasião à criação de áreas verdes."*, respeitando ambientes mais saudáveis (Lopes & Correia, 2004, p. 52).

De grande relevância é importante referir a Carta de Veneza (1964) e, a Carta de Toledo (1986), que deu origem à Carta de Washington (1987). A Carta de Toledo também designada Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas, de 1986, vem na defesa dos valores a preservar nas cidades históricas, nomeadamente o respeito e manutenção do já edificado. O conceito de autenticidade primordialmente referido na Carta de Veneza (1964) traz consigo esse mesmo referencial e aponta para a salvaguarda histórica no ordenamento e planeamento urbanístico a todos os níveis.

Carta de Veneza defende:

Os princípios orientadores da conservação e do restauro dos monumentos sejam elaborados colectivamente e acordados a nível internacional, ficando cada nação com a responsabilidade pela aplicação destes princípios, no quadro específico do seu contexto cultural e das suas tradições.

Conservação

Artigo 4.º: A conservação dos monumentos impõe, em primeiro lugar, uma manutenção permanente dos mesmos.

Restauro

Artigo 9.º: O restauro é uma operação altamente especializada que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos. Não devem ser empreendidos restauros quando se está em presença de hipóteses visando reconstituições conjecturais. Nestes casos, qualquer acrescento ou complemento, que se reconheça indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deverá harmonizar-se arquitectonicamente com o existente e deixar clara a sua contemporaneidade. O restauro deverá ser sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Sítios monumentais

Artigo 14.º: Os sítios monumentais devem ser objecto de cuidados especiais a fim de salvaguardar a sua integridade e de assegurar a sua limpeza, organização harmoniosa e valorização. Os trabalhos de conservação e de restauro a efectuar nos sítios monumentais devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes. (ICOMOS.1965)

A Carta de Washington de 1987, diz respeito, mais precisamente, às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos, que expressam os valores. Esta Carta defende os valores a preservar de carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial:

- A forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária;
- As relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres;
- A forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;

- As relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem;
- As vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história.

Qualquer ataque a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica (ICOMOS, 1987, citado por Lopes & Correia, 2004, p.215).

A Carta de Cracóvia (2000), cita que tal estudo deve estar ligado à pesquisa pluridisciplinar: sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado. A intervenção escolhida deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais, as estruturas e os valores arquitectónicos existentes. Deve estimular-se o conhecimento dos materiais e técnicas tradicionais de construção, bem como a sua apropriada manutenção no contexto da sociedade contemporânea, considerando-as componentes importantes do património cultural (Carta de Cracóvia, 2000, citado por Lopes & Correia, 2004, p.293).

Deste modo os planos de salvaguardas só deverão ser constituídos após a realização de estudos científicos realizados por equipas pluridisciplinares compostas por:

- especialistas em conservação e restauro, incluído historiadores de arte;- arquitectos e urbanistas;
- sociólogos e economistas;- ecologistas e arquitectos paisagistas;
- especialistas em saúde pública e segurança social, e, em geral, por todos os especialistas em disciplinas relacionadas com a proteção e valorização dos conjuntos históricos (UNESCO, 1976, citado por, Lopes & Correia ,2004, p.179).

No entanto, estes ideais não podem ser totalmente acolhidos, atendendo à evolução e às mudanças impetuosas nos modos de vida

da sociedade moderna. Se por um lado, as pessoas primam por uma adaptação às novas formas de vida mais confortável, por outro reagem quando o plano é excessivamente renovador, contestando o aniquilamento de bens aos quais estão estritamente ligados. A autenticidade do património urbano exige abertura na mentalidade e flexibilidade, sendo que cada caso é um caso e está inserido particularmente num universo socioeconómico, cultural e ambiental. *“ En la ciudad conviven lo viejo y lo nuevo, lo que la história propone como valioso y lo que interesa para el futuro ”* (Vegara & Rivas, 2004, p. 155).

Em síntese, o centro histórico tem de dar resposta a problemas que se colocam hoje, como por exemplo a habitabilidade, os espaços verdes de recreio e lazer, o estacionamento na proximidade da residência e a oferta de equipamentos sociais, de ensino e desportivos e de comércio local essenciais à sua existência. A qualidade do espaço público ganha significativa importância na revitalização dos centros históricos uma vez que os espaços de lazer satisfazem o bem-estar dos cidadãos residentes e não residentes. A oferta de equipamentos colectivos e serviços ajustados às necessidades dos habitantes, que vão desde o parque infantil ao centro de dia ou a residências para idosos, escola básica, aos campos de jogos, aos ginásios e outros, passam a constituir uma mais-valia para a fixação da população residente.

Desta forma, os espaços públicos e privados adoptaram uma relação de dualidade importante que se traduz na forma urbana na qual, os centros históricos poderão surgir como uma oportunidade e como uma primeira escolha de lugar para viver.

2.2 O papel da habitação na conformação da forma urbana

O conceito habitar, segundo Vegara e Rivas (2004), esteve historicamente condicionado pelas inovações que se criaram, o que alterou as formas de habitar, o modo de produzir, as relações sociais, a organização política, o território e as cidades.

Segundo Lamas (2010), a forma urbana consiste na organização do espaço transformando-o como forma resolutive dos problemas da cidade. As ciências urbanísticas e de arquitectura deverão ter sempre um espírito interventivo assente na articulação dos elementos morfológicos que constituem o espaço urbano. Cada rua ou cada praça têm a sua particularidade nos edifícios que as definem e as estruturam como unidades espaciais e como elementos morfológicos. A forma física de um espaço implica sempre uma dimensão e uma escala que, embora sem limite específico, constitui uma forma urbana.

Os centros históricos constituem unidades de espaço urbano com forma própria. Segundo Cullen, os seus elementos morfológicos, as suas características e dimensões, os pavimentos, as cores, as texturas e a vegetação, organizados entre si, desenham a forma urbana.

Para Lamas (2010) é através dos edifícios e com a sua organização diferenciada como a rua, a praça e o beco que se constitui o espaço urbano. Segundo o autor, cada espaço urbano tem a sua própria expressão arquitectónica que o caracteriza. As arcadas, as varandas são elementos caracterizadores de espaços próprios, dando-lhes singularidade e identidade particular.

O autor Coelho (2009) afirma que para fazer cidade é necessário habitação e por conseguinte não faz sentido existir cidade sem habitação, deste modo e com apoio na análise das intervenções habitacionais consideradas mais adequadas, realizadas com base em projectos de arquitectura urbana,

Rossi defende que “ *A cidade sempre foi amplamente caracterizada pela residência*” (Rossi, 2001, p. 96), o espaço residencial faz parte da constituição do tecido urbano e sem ele a cidade deixa de existir. Os espaços residenciais e a caracterização das tipologias estão intimamente ligados à forma urbana. “*A tipologia edificada determina a forma urbana, e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificada, numa relação dialéctica*” (Lamas, 2010, p. 86).

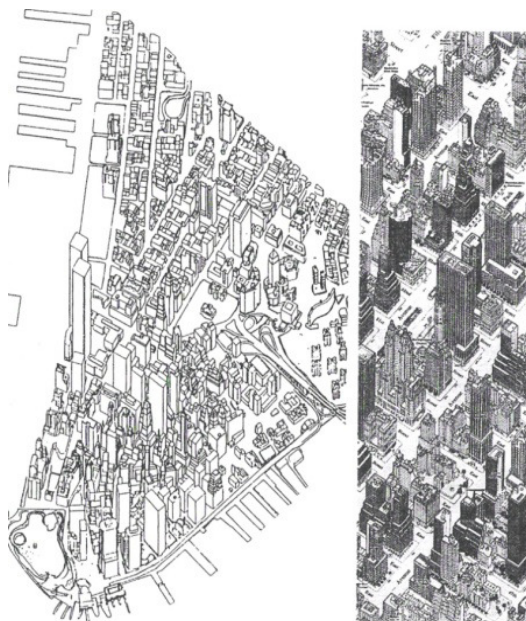
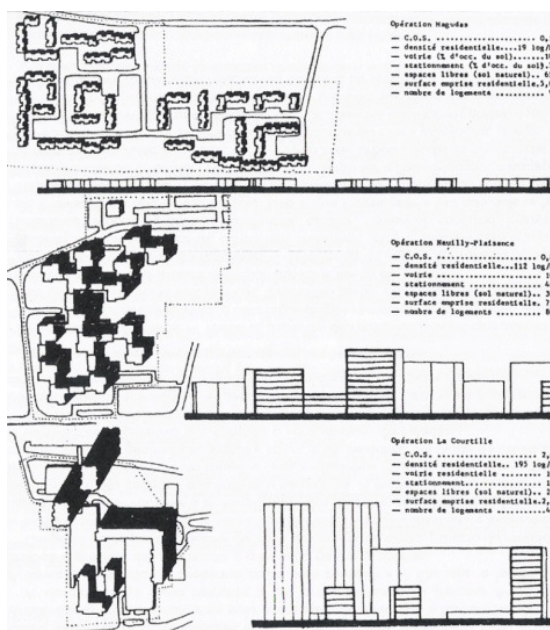


Fig. 3 Diferentes Formas Urbanas

Fig. 4 A Forma Urbana da parte meridional de Manhattan, New York

Segundo Lamas (2010), é no período entre as duas guerras, período de evolução na arquitectura e no urbanismo, que se intensifica uma tipologia no habitat residencial. Esta tipologia teve início nos quarteirões dos bairros holandeses, alemães e na *Unité d'Habitation* de Le Corbusier em que o tipo edificado vai originar e determinar a forma urbana. A *Unité d'Habitation*, criada por Corbusier é apoiada na construção de tipo bloco colectivo e valoriza os princípios da evolução e da industrialização. Trata-se de um modelo urbanístico desenhado para desenvolver um sistema de cidade disposto na vertical. É neste período histórico, que a forma urbana se define não só como resultado mas também como promotora da tipologia edificada.

Para Lamas (2010), as políticas para os centros históricos devem ser articuladas com as políticas que se desenham para a globalidade da cidade. A recuperação dos centros históricos implica, como já anteriormente referido, uma capacidade de dar resposta aos muitos problemas advindos aquando da estruturação da cidade e não isolar-se como um núcleo fechado em si próprio. Os centros históricos são parte integrante na planificação do conjunto urbano do qual depende e se faz depender.

De uma forma geral, as cidades históricas apresentam uma caracterização de uma tipologia de construção estreita e comprida e com variados tipos de cérceas com utilidade mista. Os pisos superiores destinavam-se a habitação, enquanto que o piso térreo, com ligação directa à rua, se desenvolvia numa multiplicidade de funções e ocupações geralmente comerciais nomeadamente lojas, oficinas, entre outros. A mistura funcional habitação / serviços é uma solução favorável. Enquanto a função residencial procura um ambiente mais calmo e recatado, as outras funções beneficiam de ambientes de maior dinamização.

Segundo Lamas (2010), os princípios defendidos na Idade medieval passavam pela ideia de que viver era sinónimo de trabalhar. Daí o facto de as oficinas de artesãos e artistas serem extensões naturais da casa.

A actividade principal desenvolvida na cidade medieval, o comércio, os serviços entre outros, contribuíam para a dinamização dos centros históricos, garantindo alguma segurança e bem – estar aos cidadãos: *“Os comerciantes de proximidade oferecem não somente serviços úteis para os cidadãos mas desempenham também um papel importante na animação da vida urbana e na qualificação e segurança dos espaços públicos. Porque não ajuda-los?”* (Ascher, 2010, p. 120).

Esta actividade das cidades foi-se modificando ao longo dos tempos pela alteração no modo de vida das pessoas. Criou-se uma estrutura de vida muito irregular com a modificação das estruturas familiares, com horários incertos, mais tardios e também com a mobilidade dos locais de trabalho. As condições de circulação de transportes e de estacionamento adequadas à morfologia urbana continuam a fazer parte dos vários problemas para os centros históricos. Na maior parte dos casos não é possível criar estacionamento no interior dos lotes, dada a reduzida dimensão das fachadas e do próprio lote. A falta de equilíbrio da composição arquitectónica das fachadas e a estrutura interior do próprio edifício constituem também uma das condicionantes para a solução do referido problema, segundo Lamas (2010).

2.3 Componentes e terminologias genéricas relativas às novas formas de habitar o espaço doméstico urbano

Nos tempos actuais, habitar os centros das cidades deveria constituir uma procura dos cidadãos e ser encarado como uma mais-valia à sustentabilidade. Segundo Secchi (2006), os centros urbanos, esquecidos no tempo em favorecimento das construções periféricas e metropolitanas, deverão passar a ser mais considerados e mais entendidos como uma forma de sustentabilidade. Na verdade, a reabilitação dos centros históricos pode ser pensada como conceito de sustentabilidade a vários níveis: económico, ecológico e ambiental.

Habitar no centro histórico permite a flexibilidade de residir e trabalhar num mesmo espaço ou em fracções independentes ou mesmo a uma distância maior mas sempre com a possibilidade de se poder deslocar a pé ou de bicicleta optimizando custos de deslocação, de protecção da camada de ozono e até a prática de exercício físico tendo em conta a sustentabilidade ecológica. Outra vantagem em habitar o centro é a possibilidade de criar condições e espaços de cultivo próprio de alimentos necessários para auto-consumo. Este tipo de soluções tende a aumentar e a integrar-se no estilo de vida das pessoas. A maior parte deste tipo de habitações possui pequenos ou grandes logradouros que, cada vez mais são aproveitados.

O Estado, juntamente com as autarquias, deve ter um papel fundamental na promoção da habitabilidade dos centros históricos, criando para isso condições atractivas e diversificadas. A própria tipologia de habitação deverá corresponder aos seus utentes atendendo às diferentes faixas etárias e às diferentes classes sociais e culturais. São estes factores, juntamente com a variedade de atracções culturais e de possibilidades da criação de empregos, que fazem as cidades crescer.

Com o avançar dos tempos, as formas de viver dos cidadãos sofreram alterações paralelamente à mudança dos hábitos. “*Cambios en los propios modos de vida que hoy se adivinan sensibles – y, por tanto, también en las respuestas arquitectónicas a ellos referidas...*” (Gausa & Devesa, 2010, p. 141).

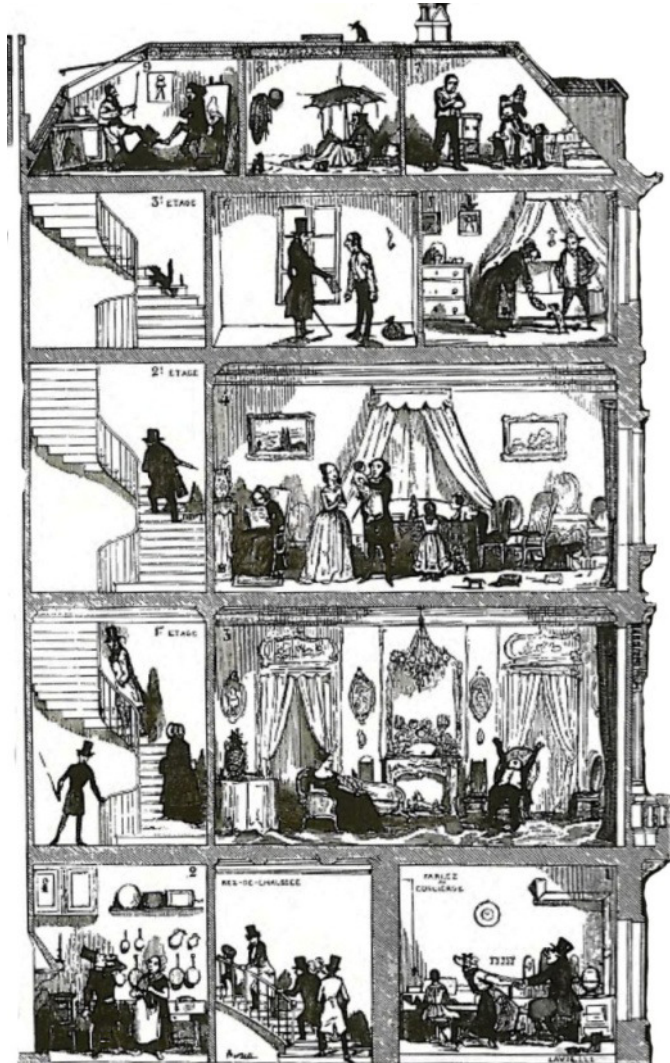


Fig. 5 Representação da estatura social da cidade contemporânea de 1853.

É na sequência destas alterações que surge a necessidade de pensar a habitação, adaptando-a às novas realidades. O desenvolvimento das tecnologias, das telecomunicações e da sustentabilidade, ou seja, esta forma de comunicação em rede, veio facilitar a troca de informação tornando-a mais célere e mais globalizada. As novas formas de habitar o espaço doméstico urbano estão também associadas ao desenvolvimento dos materiais, por sua vez, aliados ao progresso dessas tecnologias, tornando o espaço de habitar, de lazer e de convívio mais flexíveis e mais versáteis. É nesta sequência que surge um novo conceito, o de *mobiliário móvel*, um conceito facilitador nas diferentes funções de compartimentos mutáveis ao longo do uso da habitação:

“ Há cada vez mais a possibilidade dos âmbitos não serem só os da sala de refeições, cozinha, etc , mas que sejam antes o espaço para o relax , para a interacção ou o espaço com uma missão mais relacional onde se possam juntar funções em áreas mais amplas. Com as novas tecnologias, podemos falar do espaço do teletrabalho, da projecção e comunicação.”
(Gausa & Devesa, 2010, p. 53).

São factos resultantes do estudo destas alterações na forma de habitar o espaço doméstico urbano os autores de referência como, de entre outros, Allison e Peter Simthors, mentores do projecto “Casa del Futuro”, Chanéac com a aplicação de novos materiais na época, Shigeru Ban com a “Paper House”, uma criação de espaços amplos e flexíveis e Toyo Ito com o projecto da casa Pao em que a flexibilidade do espaço é utilizada ao extremo. Estes autores destacam-se pelo estudo que realizaram relativamente à transformação da forma de habitar, nomeadamente na utilização de espaços mais flexíveis segundo a *Revista a+t* (1999).

2.3.1 Conforto

A recuperação do tecido edificado deve ser vista na perspectiva da revitalização, atribuindo um uso aos edifícios como forma de garantir a sua sustentabilidade, habitabilidade, salubridade, segurança, funcionalidade e conforto:

"Nos interiores pragmáticos encontraremos não apenas uma democrática homogeneidade no valor atribuído aos espaços individuais e colectivos, mas também um conforto ambiental induzido pelas máquinas, o qual se faz acompanhar por uma suavização dos limites, de precisão das fronteiras entre público e privado" (Ábalos, 2003, p. 183 e 184).

A maior parte da degradação dos imóveis dos centros históricos, a falta de condições mínimas de ventilação, de iluminação, de salubridade e de dimensões dos espaços interiores podem prever intervenções profundas que impliquem demolições, mudanças de uso e alterações das tipologias. *"Até os edifícios, sofrem necessariamente de uma evolução formal, no envelhecimento da textura e da cor, nos materiais e em pormenores ..."* (Lamas, 2010, p. 111).

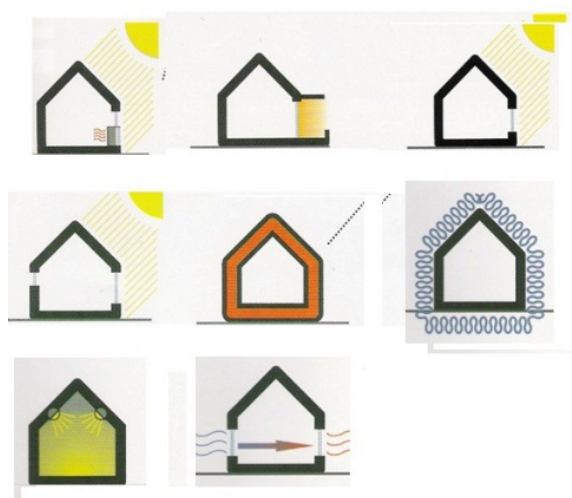


Fig. 6 Paredes de trombe, espaços de atenuação climática, orientação solar e espaços de permanência, dimensão dos vãos consoante a orientação solar, energia térmica, isolamento térmico exterior, iluminação de baixo consumo, ventilação e arrefecimento.

Cada vez mais é necessário tornar o espaço habitar mais flexível, versátil e adaptado a um padrão de conforto habitacional de forma a dar-se especial atenção a alguns aspectos geradores de uma habitação saudável. *“A eliminação do sofrimento nas tarefas domésticas terá conduzido a uma eliminação também do sofrimento nos processos de construção: a facilidade e a simplificação técnica serão valores que se estenderão a todos os momentos da casa...o conforto instantâneo, associado à mecanização e à ergonomia do espaço e do mobiliário, propício para um habitar escassamente regulado, suavemente codificado”* (Ábalos, 2003, p. 183). Alguns aspectos que compõem o padrão de conforto habitacional são: o aproveitamento de luz natural, a importância de espaços de atenuação climática, a adequada orientação solar e espaços de permanência, a utilização da dimensão dos vãos consoante a orientação solar, a aplicação preferencialmente do isolamento térmico exterior e à qualidade do ar relativamente à ventilação e arrefecimento. *“Um edifício, por melhor restaurado, será sempre diferente do seu estado original, na medida em que a utilização mudou e se adaptou a exigências de conforto...”* (Lamas, 2010, p. 111).

Em nota de síntese o conceito conforto tornou-se uma prioridade para os arquitectos, preocupando-se cada vez mais com as questões de falta de condições mínimas de ventilação, de iluminação, de salubridade e de dimensões dos espaços interiores criando espaços mais “saudáveis” como:

- o aproveitamento de luz natural,
- a adequada orientação solar e espaços de permanência,
- a utilização da dimensão dos vãos consoante a orientação solar,
- a aplicação preferencialmente do isolamento térmico exterior,
- a qualidade do ar relativamente à ventilação e arrefecimento.

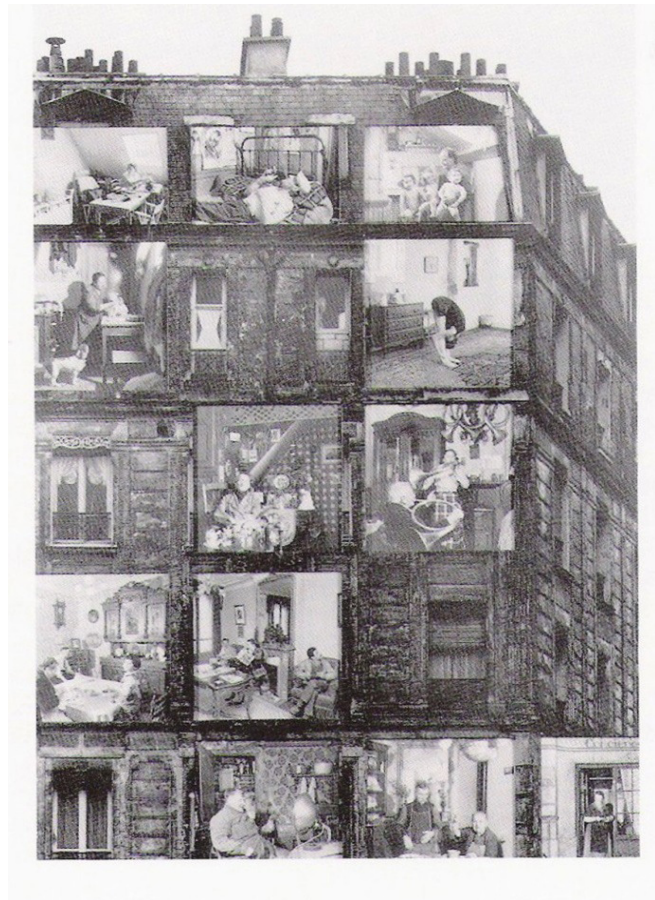


Fig. 7 Les locataires , fotografia de Robert Doisneaus, 1962

Fig. 8 Representação de um espaço flexível. “ Habitación muestra del Eames Contract Storage (1961) ”

2.3.2 Flexibilidade Tipológica

No âmbito da arquitectura, a flexibilidade tem como objectivo a concepção do programa habitacional, da prática da construção e da *“mayor polivalência y versatilidad de un espacio a acoger distribuciones y usos variables”* (Gausa & Devesa, 2010, p. 145).

O conceito flexibilidade em particular na habitação, sofreu transformações na forma de ser considerado, de ser construído e principalmente de ser habitado. Relaciona-se com a necessidade de adaptação do espaço doméstico aos diferentes usos exercidos pelos moradores, de modo a responder, ao longo do tempo, em condições de segurança física, às suas necessidades e expectativas.

A actual variedade de hábitos e modos de vida da população urbana, a multiplicidade de necessidades e de preferências face ao espaço doméstico, aliadas às aceleradas alterações fazem discutir os processos convencionais da produção de habitação. *“El deseo de flexibilidad era un anhelo compartido por muchos arquitectos en los años sesenta, pero estaba encorsetado por la enorme fuerza de una estructura espacial impuesta”* (a+t; vivienda y flexibilidad (I) 1998, pag. 10).

Hoje a flexibilidade surge como uma prioridade na intervenção dos espaços a habitar. Como anteriormente referido, as formas de viver dos cidadãos sofreram alterações paralelamente à mudança dos hábitos, da linguagem, do *“cambio acelerado en el interior de la familia, cambio en la manera de vivir, cambio en las técnicas que dibujan nuestras actividades”* (Patricio, 2001, p. 14) e as redes de comunicações são cada vez mais rápidas e globais. São estas alterações das novas exigências que provocam transformação do espaço habitar. Até ao ano de 1940, o programa de habitação estagnou, não correspondendo às necessidades da vida mundana *“ casa urbana nos es una casa distribuída en el sentido actual. Las pocas piezas de la casa no se corresponden a un uso determinado. No son piezas especializadas, sino que en ellas conviven , gracias a su*

tamaño , gran número de personas y de actividades.” e “La casa es una sala que se coloniza gracias a los âmbitos que estos muebles sugieren por su disposición o por sua forma – como las camas con dosel que parecen reproducir una habitación” (Monteys & Fuertes, 2001, p. 104).

A sociedade transformou-se, o modo de vida alterou-se, a estrutura familiar sofreu mudanças, a educação adaptou-se, o carro, o telefone e a prática religiosa acompanharam as alterações da sociedade e o conceito de férias abriu novos horizontes. Mas o programa habitacional manteve-se o mesmo e coube aos arquitectos intervir de uma forma mais actual e adequada, adaptando os espaços interiores das habitações às novas formas de vida, segundo Monteys & Fuertes, (2001).

É esta necessidade de mudança que vai redefinir o espaço doméstico público e privado. Isto é, vai reorganizar as compartimentações, como instalações sanitárias, quartos, cozinhas e armários de forma a tornarem o espaço de habitar mais flexível e mais versátil.

O avanço das tecnologias, dos próprios sistemas arquitectónicos e dos sistemas construtivos permite uma diversa conjugação de espaços a escalas diferenciadas. Encontram-se também o uso dos electrodomésticos, sistemas de som, computadores, entre outros sistemas mais complexos como aspiração central, internet, cabo tv que, por se terem tornado cada vez mais imprescindíveis no dia-a-dia, têm de estar considerados na projecção dos diferentes espaços. Hoje, ao resultado do avanço das novas tecnologias, é possível criar num mesmo espaço, vários cenários distintos, através de elementos mecanizados como paredes amovíveis.

Pode-se dizer que a transformação da sociedade resulta em parte da evolução das tecnologias e foi graças ao seu desenvolvimento que o crescimento das cidades se tornou possível. É o aparecimento de uma *nova economia* do conhecimento e da informação que caracteriza a sociedade actual. A expressão “*nova economia*” abrange

as novas tecnologias de informação e de comunicação (hardware e software), a net-economia, ou seja, *as* actividades económicas dependentes do uso da internet e ainda a economia cognitiva que compreende o uso da informação e dos procedimentos na produção, na venda e na aplicação dos conhecimentos nas actividades industriais e nos serviços segundo Ascher (2010).

Esta nova economia exige uma articulação entre o capital cognitivo nas pessoas, nas máquinas e na organização. Há uma valorização dos saberes, do saber fazer, nas relações pessoais, na criatividade, etc.

“O desenvolvimento da net - economia (comércio electrónico de retalho e entre empresas, o chamado *e - comércio*, a *e - formação*, *e tele -sensino*, *e-recrutamento* e *e-pessoal temporário*, *e-saúde* e *telemedicina*, *e-banco/seguros*, *e-bolsa*, *e-segurança* e *televigilância*, e *e-informação* e *telejornais*, etc.) muda os critérios de localização das actividades e participa nomeadamente na reconfiguração das centralidades e das especializações comerciais.” (Ascher, 2010, p. 54).

A alteração de usos e mesmo das relações socioprofissionais levou, a que algumas pessoas deixassem o seu local de trabalho e passassem a trabalhar nos seus espaços domésticos.

É neste contexto que as habitações urbanas, particularmente as dos centros históricos, permitem uma flexibilidade de função e de uso. A permeabilidade de habitar num piso e de trabalhar noutro e a agilidade de deslocação trazem uma mais-valia na sustentabilidade de custos, revelando-se adequadas aos modos de vida contemporâneos, segundo Ascher (2010).

Resultante do período pós-industrial, esta versatilidade veio resolver e facilitar as questões de mobilidade, de comunicação e de trabalho com que o mundo de hoje se depara. Este tipo de estrutura social em rede alimenta uma nova solidariedade, criando interdependência

entre indivíduos mas sempre no sentido de desafio para uma solidariedade com interesses colectivos.

Em forma de síntese, pode-se afirmar que o desenvolvimento das técnicas e tecnologias são factores determinantes na alteração das sociedades e, consequentemente, nas formas de repensar o espaço de habitação urbana. As terminologias flexibilidade e adaptabilidade convertem-se nas palavras - mãe para este tipo de vida.



Fig 9 Estúdio de Artista em Soho de Manhattan

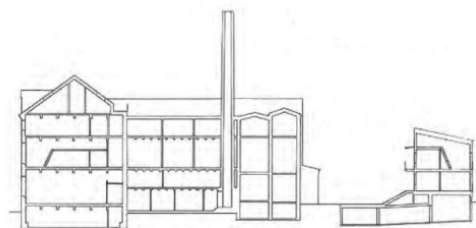
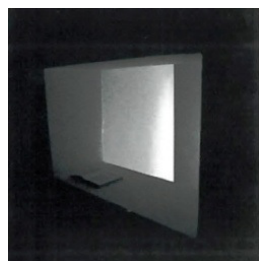


Fig. 10 Casa de estudantes en Vaasa de Prjo e Matti Sanaksenaho

Enquadrado no âmbito do tipo de habitação flexível, o *loft*, surge como um fenómeno urbano nova-iorquino de grande interesse para a sociedade da época. O *loft* nasce em meados do século XX, com a ocupação por artistas, dos armazéns e das fábricas abandonadas na periferia das cidades.

Andy Warhol e Donald Judd, dois artistas plásticos americanos, desenvolveram esta forma de habitação a par de um estilo de vida adoptado em favor da liberdade e da anarquia. O *loft* era essencialmente o modo de habitar preferido do artista que passou do mundo do *underground* para o estilo de vida *rebel - chic*. O *loft* surge como o local de trabalho e de habitação criando uma nova forma de vida urbana. Estes tipos de espaços são caracterizados pela sua grandeza de superfícies profundas, vazias e flexíveis. “*la idea de loft como lugar de todos los posibles*” (Gausa & Devesa, 2010, p. 145).

Este fenómeno urbano começou por ter uma conotação “alternativa” evoluindo para uma forma de pensar, projectar e habitar. Este tipo de habitar depressa encontrou projecção nos espaços da cidade nomeadamente, nos centros históricos.

Habitados por grupos de amigos e artistas, o *loft* define-se também como manifestação na descrença de valores, nomeadamente nos valores de família, e de desejo de solidão. Este modo de vida traz um novo conceito de felicidade e de independência. O *loft* permite a máxima flexibilidade e a aptidão evolutiva de uma arquitectura que vence o tempo e o espaço. Desta forma, surge como primeira experiência do novo espaço de habitação moderna e é ainda hoje uma referência tipológica ao tema da investigação da habitação.

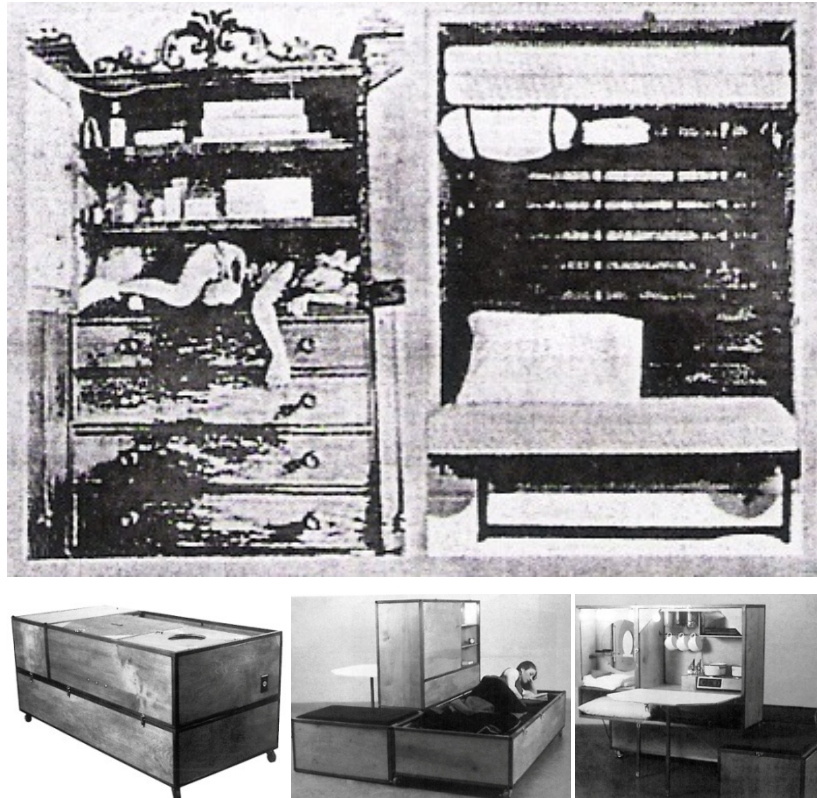


Fig.11 *Domestic Prototype . Livin Unit, 1994.*

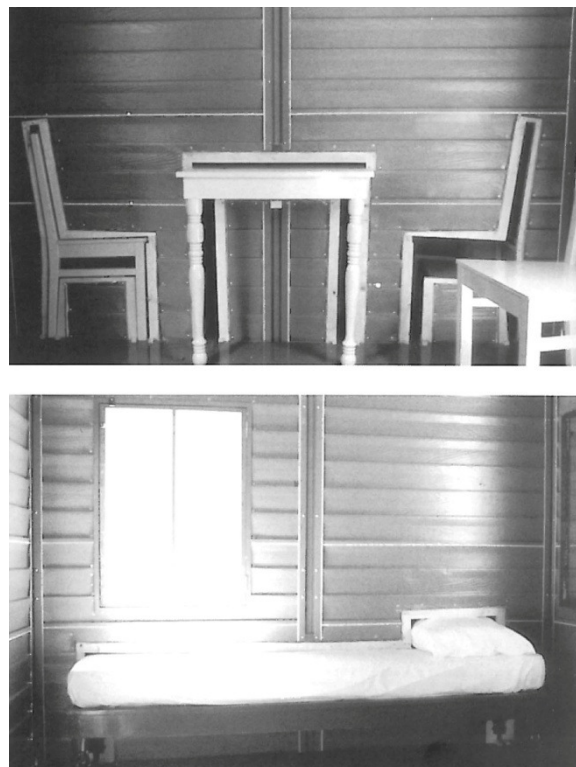


Fig 12 Vinyl Mitford House, 1994

Cada vez se procura mais a criação de organização espacial por intermédio de elementos separadores móveis ou desmontáveis, mais do que paredes divisórias fixas.

O mobiliário é um elemento que não constitui um componente da habitação, mas que poderá tornar o espaço mais ou menos funcional e tem cada vez mais sido levado em conta como organizador espacial. Este novo conceito de “mobiliário móvel” permite uma versatilidade de compartimentos facilmente mutáveis, conforme a funcionalidade necessária, podendo assim responder à exiguidade dos espaços. Estas áreas mínimas compartimentadas alternadamente por zonas de dormir, de trabalho e lazer podem satisfazer as necessidades dos seus utentes. Mesmo as áreas de serviço têm dado resposta ao grau de flexibilidade por mobilidade das peças sanitárias que podem ser retiradas ou recolocadas noutros locais da habitação.

Steven Holl defende: *“Viver a experiência da poesia da luz e do espaço confirma o potencial estimulante da arquitectura.”*. Defende também que:

“O espaço quer-se meio plástico, um espaço articulado destinado a abrir o interior estreito dos apartamentos de portas ligeiras e pivotantes concebidas para permitir que os ocupantes possam transformar este espaço interior numa constante modificação dinâmica” (Patricio, 2001, p. 53).

Desta forma, a importância destes elementos aumenta, enquanto organizadores espaciais, à medida que se pretende habitações com menor número de compartimentações - “open space”-, uma vez que são estes os componentes que acabam por definir os percursos internos da habitação. Toyo Ito refere que: *“Quando falo de refúgio ou de ritual, refiro-me à casa como ideal, para além dos tempos e das culturas”*. Refere-se também à *“casa contentor é como a casa-caixa, perversa, não é como a casa moderna, é uma caixa-multiusos, com flexibilidade”*, assim como, *“...a arquitectura é mais dinâmica em*

todos os sentidos, é evolutiva e transformável.” e “Tudo o que representa a ideia de habitat pode converter-se numa lógica que inclua processos evolutivos, combinatório e de transformação” (Patricio, 2001, p. 53) .

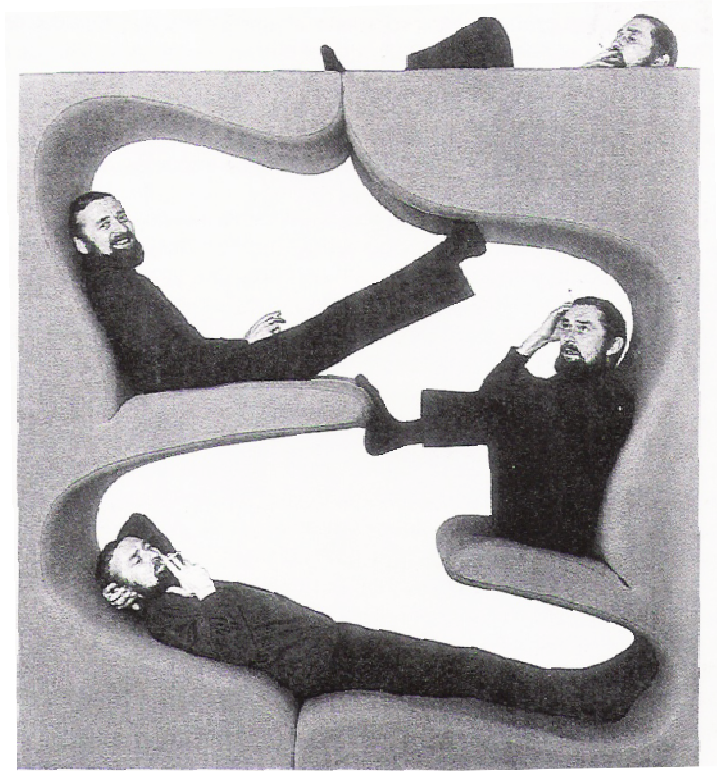


Fig. 13 Verner Panton fotografado na sua Pantower (1968- 1969). Os módulos de mobiliário de plásticos permitem conceber o sentar como um espaço interior

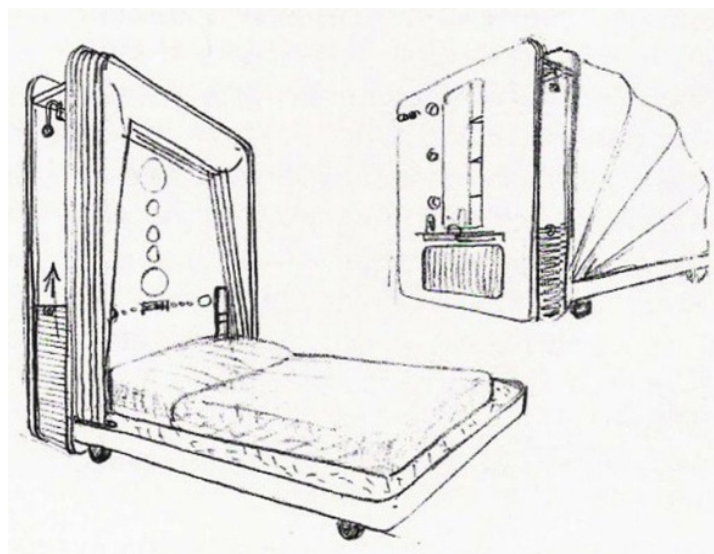


Fig.14 Cabrio let – Bed de Joe Colombo de 1969

Como a maior parte dos espaços que compõem a casa, um dos compartimentos que sofreu mais alterações programáticas ao longo do espaço habitar foi a cozinha e pode-se considerar que é uma compartimentação da habitação multiforme e multifuncional. Como espaço exíguo da casa, requer um estudo previamente pensado pelo aproveitamento de todos os espaços dada a restrição da área mas também planificada como um espaço susceptível de adaptação e alteração. Multiforme pela sua disposição física variavelmente em U, em I ou em L de acordo com a orientação da luz a que está sujeita e á conformidade com os restantes espaços. Podendo ser a continuação desses mesmos espaços como por exemplo da sala ou como um compartimento á parte dos restantes divisões. Ou ainda escamoteado por diferentes soluções como painéis amovíveis, armários, paredes entre outros.

A multifuncionalidade deste compartimento prende-se com as diferentes actividades em adequação ao seu número de ocupantes. A cozinha de uma pessoa que vive sozinha deverá ter um estudo diferente da cozinha destinada a um casal com ou sem filhos. Enquanto a cozinha na primeira situação poderá ser um local de necessidade espontânea, nos outros casos poderá ser até um local de encontros, partilhado comumente. Na verdade a cozinha deverá ser estudada de acordo com as alterações da vida das pessoas em que o primeiro caso poderá num curto espaço de tempo tornar-se um exemplo do segundo caso.

A estrutura deste espaço deverá atender às diferentes condicionantes dos utentes, pessoas com mobilidade condicionada, pessoas com idade avançada ou outras barreiras pessoais.

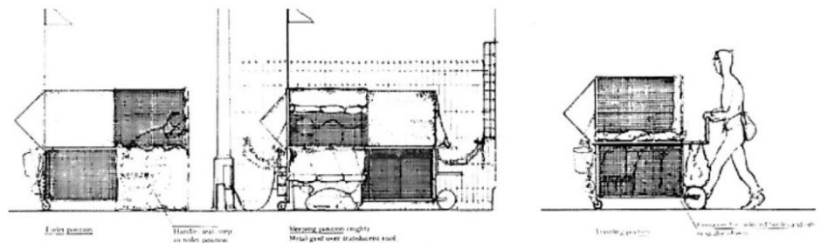


Fig. 15 Projecto de veículo transportável e flexível para os sem abrigo que serve como uma casa móvel



Fig 16 Espaço improvisado e flexível de refeição na mala de um autocarro

No entanto, este continua a ser o lugar principal da casa, isto quando o aspecto físico de cozinha ainda que não tenha um cariz tão funcional e dinâmico como o previsto.

“... la cocina como lugar de preparación de todas las comidas del día pierde peso a la vez que, paradójicamente, parece mantenerse su valor como habitación central de la casa, a excepción de aquellos casos en los que se reduce a poco más que un “electrodoméstico combinado”. (Monteys & Fuertes, 2001, p. 110) e “... siendo un lugar de paso obligado en una casa. Para tomar café por la mañana o para poder charlar. Creo que ya no es necesariamente en lugar de reunión. En una vivienda, en una habitación, el lugar donde dejamos un mensaje, una información, es la cocina. Sobre el frigorífico siempre hay notas: “no vemos esta noche”...es realmente el lugar donde se dejan los mensajes.” (Patricio, 2001, p. 112).

O conceito de cozinha tradicional como um espaço amplo de refeição e até de encontro entre os membros da família e de entreajuda na preparação das refeições foi perdendo de certo modo a sua imagem.

Neste contexto Dominique Perrault concebeu um estudo de cozinha que pudesse responder a esta dualidade de conceitos sem detrimento pela cozinha tradicional segundo o autor: *“...creo que la cocina tiene que permitir acoger todas las gastronomías del mundo, tanto alimentos esterilizados como alimentos prefabricados y alimentos vivos. Eso es lo que me interesa. Más que la ubicación de la cocina. Creo que la cocina tiene que permitir esa fantástica posibilidad de uso: del fast-food a la gran cocina tradicional.” (Patricio, 2001, p. 112).*

Dominique Perrault elaborou esta cozinha a partir de módulos que seguem a evolução e alteração da célula familiar. Tem como elemento principal a mesa como um constituinte de um puzzle dada a sua multifuncionalidade: ora banco de trabalho, ora local de refeição, ora local de suporte, ora como zona de trabalho de escritório.

A ideia é a conjugação de módulos móveis e conectados entre si de forma a adaptar a diferentes situações e á transformação da cozinha conforme as necessidades.

Dominique Perrault pretende promover a ideia de cozinha flexível citando: “*La cocina modular es sobre todo un estado de ánimo. ...Creo que este momento, es toda una mentalidad, una especie de cambio de sensibilidad. Nos permite imaginar lugares más abiertos, más diversificados y más móviles.*” (Patricio, 2001, p. 95).

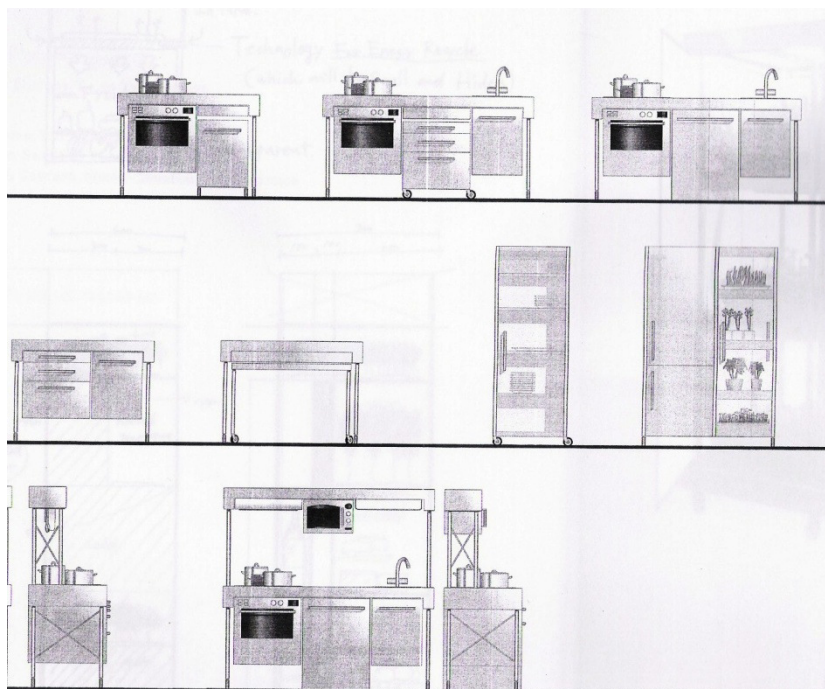


Fig. 97- Cozinha modular de Dominique Perrault

Em nota de síntese, o conceito de flexibilidade na habitação, sofreu transformações originando os arquitectos a reorganizar e a intervir os espaços/compartimentos de uma forma mais actual e adequada.

Ao longo do capítulo, referem-se arquitectos e projectos de Le Corbusier, Hitoshi Abe, Shigeru Ban, Toyo Ito, de Alison e Peter Smithson entre outros referidos que estudaram este conceito introduzindo o “mobiliário móvel”, o “open space”, o loft, os materiais mais leves e elementos separadores móveis desmontáveis, para facilitar as transformações numa constante modificação dinâmica e evolutiva, conforme as necessidades do momento.

2.3.3 Materiais construtivos

Os materiais construtivos são elementos que constituem as habitações e que evoluem de composição e de uso.

A versatilidade do espaço habitacional e as suas reduzidas dimensões constituem objecto de estudo por parte de diferentes autores. Segundo Moreira (2007), a *Petit Cabanon* de Le Corbusier é um destes exemplos de espaços de habitar com dimensões reduzidas. Enquadrada num ambiente de vegetação densa, este projecto pretende ser uma simples cabana de férias e de refúgio, desenhada no momento áureo da segunda - pós guerra construída na Córsega e concebida na costa de Cap Martin para o próprio projectista.

Corbusier habitava a *Cabanon* com grande intensidade e subjectividade, transpondo-nos para o pensamento fenomenológico. Este tipo de pensamento leva-nos para as principais ideias da obra de Gaston Bachelard "A poética do Espaço" (2000). Esta obra representa a topologia da casa fenomenológica, procurando a função primária do habitar.

Esta pequena cabana seguida pelas proporções do *Modulor* não ultrapassa os 15 m² e define-se por troncos de madeira, com pequenas aberturas e de cobertura inclinada em chapa ondulada. O interior em *open-space* modulado rigorosamente era desenhado segundo a métrica publicada no *Modulor*. Este interior era dedicado às funções íntimas de descanso, higiene, reflexão e trabalho e era composto por duas camas dispostas ortogonalmente, um grande armário embutido, uma coluna sanitária com lavatório e prateleiras com uso de cortinas para separação de espaços de higiene. A zona de reflexão e de trabalho era organizada por uma mesa com estantes de livros e bancos. Conforme Monteys & Fuertes (2001), outro exemplo deste tipo de estudo de espaços flexíveis são as *Maisons en Elipse* projectadas por Eileen Gray e designadas como casas de férias. Estas habitações apresentam dimensões pequenas, práticas e simples, em

que o programa corresponde às circunstâncias da vida de férias, designadamente a ligação a espaços ao ar livre e à natureza. Os autores destas habitações utilizam elementos construtivos mais leves e pré - fabricados.

Este habitar reside na importância que o espaço físico tem para o habitante. Linhas simples e flexíveis com predomínio de espaços amplos desprovidos de compartimentações, caracterizam este tipo de habitação.

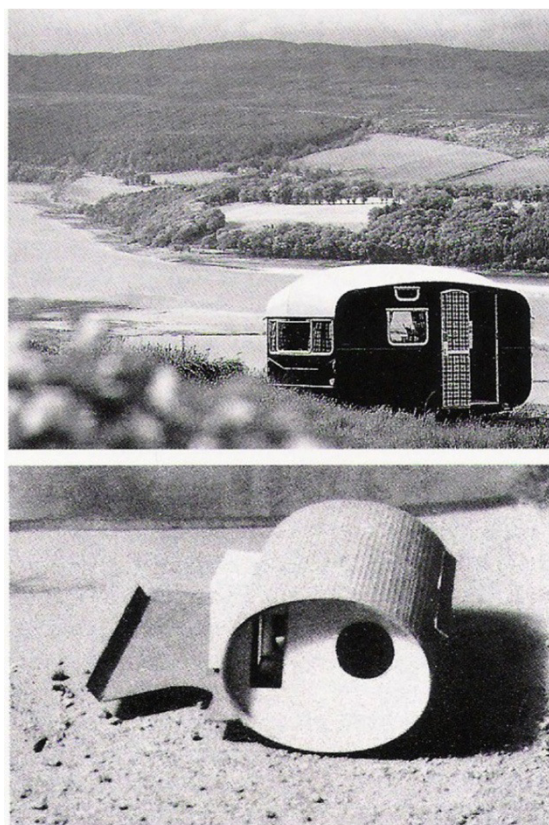


Fig. 108 Caravana relacionada com a figura de baixo que representa uma maquete do protótipo das casas Maisons en Elipse, projectadas por Eileen Gray em 1958. Exemplo de casa Flexível de férias.

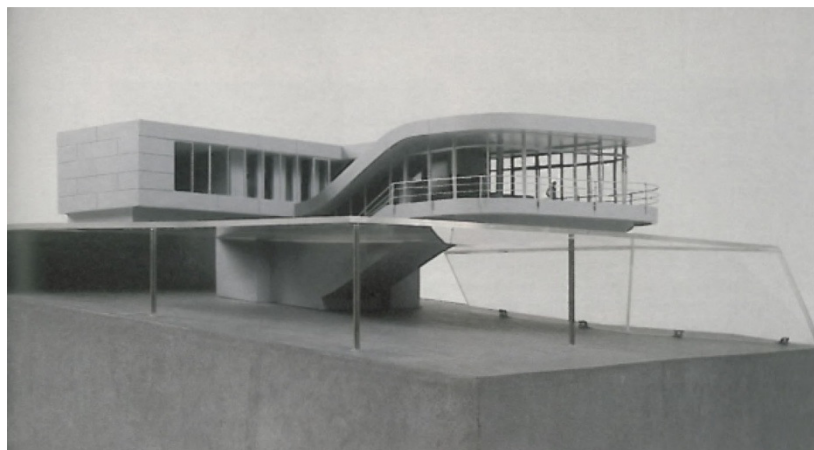
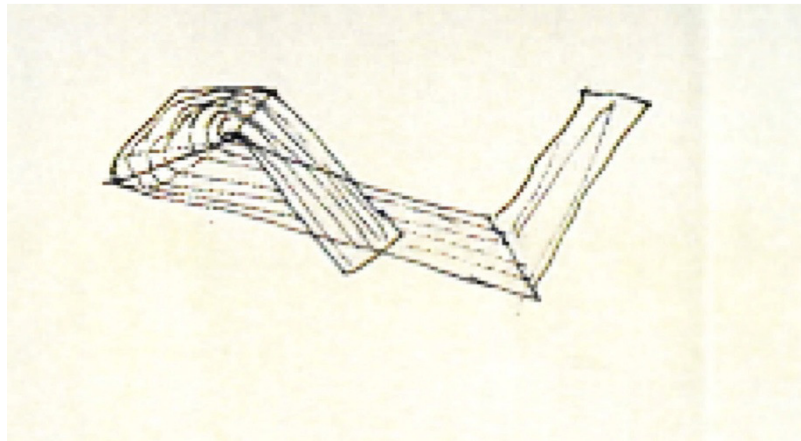
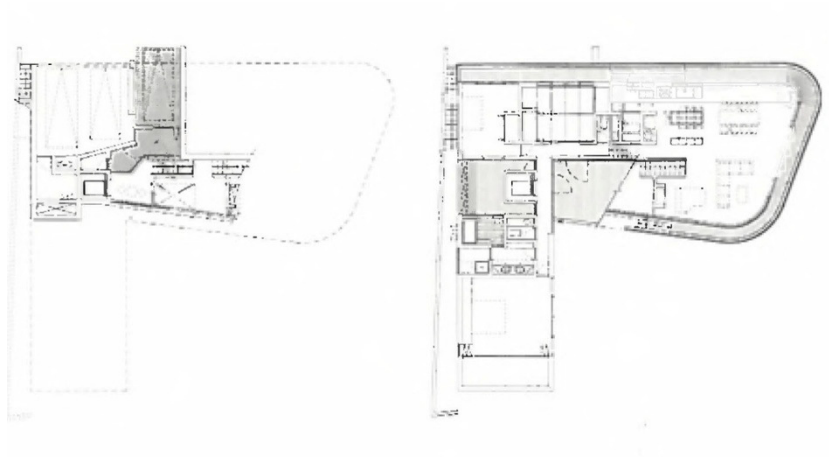


Fig. 119 Planta do Projecto de I. House projectada por Hitoshi Abe em 2001
Fig.20 Esquízo do Projecto de I. House projectada por Hitoshi Abe em 2001
Fig.21 Maqueta do Projecto de I. House projectada por Hitoshi Abe em 2001

No âmbito da aplicação das novas tecnologias na forma de habitar, surge Hitoshi Abe, um dos arquitectos mais transculturais da sua geração. A capacidade do homem ultrapassar os seus limites físicos, segundo o autor, deve-se à introdução das novas tecnologias. As novas tecnologias devem conduzir a um pensamento ocidental que se baseie na dualidade de espírito e matéria.

O arquitecto defende nas suas obras um sistema de construção temporário, combinando materiais simples, num sistema de aplicação fácil permitindo ao público realizar a sua construção própria. Num dos seus colóquios, Hitoshi apresentou um sistema de estrutura transformável de fácil aplicação, adaptando os espaços a tamanhos e formas diferentes.

Nos seus projectos revela preocupações por uma arquitectura em evolução do mundo do Homem com o ambiente. Hitoshi doutrina nas suas publicações, que o papel do arquitecto não é o papel de criar uma vida ideal, nem uma casa ideal mas sim de interagir entre a vida e o meio ambiente.

Em muitos dos seus projectos de habitação Hitoshi recorreu à técnica da “banda flexível” em que a casa ganha o sentido de movimento, mas também de limite. Compara o sistema de construção de movimento e de limite como um estilista adapta o tecido ao corpo na configuração de envolvimento.

Também Shigeru Ban, particularmente reconhecido pela sua arquitectura de “papel”, desenvolveu o conceito da flexibilidade em alguns dos seus projectos de habitação.

Os projectos *Paper Log House* compreendem abrigos de urgência em cartão construídos, na sequência de diferentes catástrofes mundiais dada a sua sensibilidade para os problemas humanitários.

Influenciado pelas regiões super povoadas do seu país, Japão, e pelas situações de catástrofes naturais, tenta conceber nos seus projectos

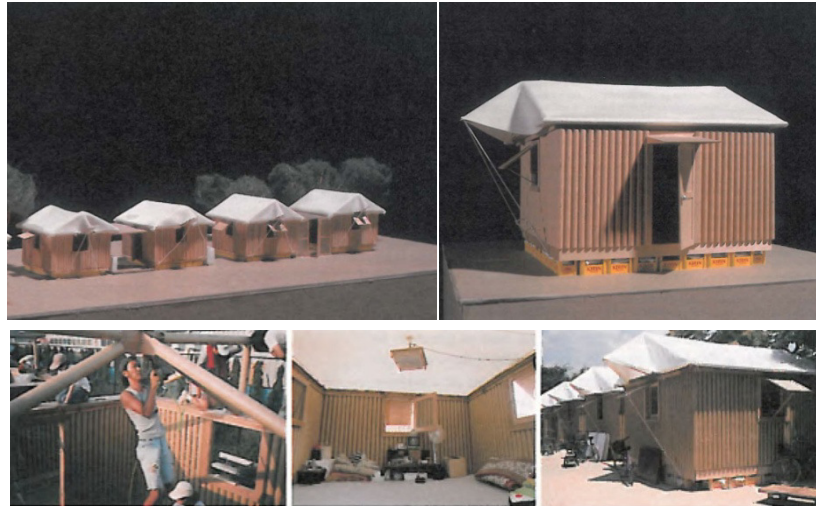


Fig.22- Casas de Abrigo projectadas por Shigeru Ban

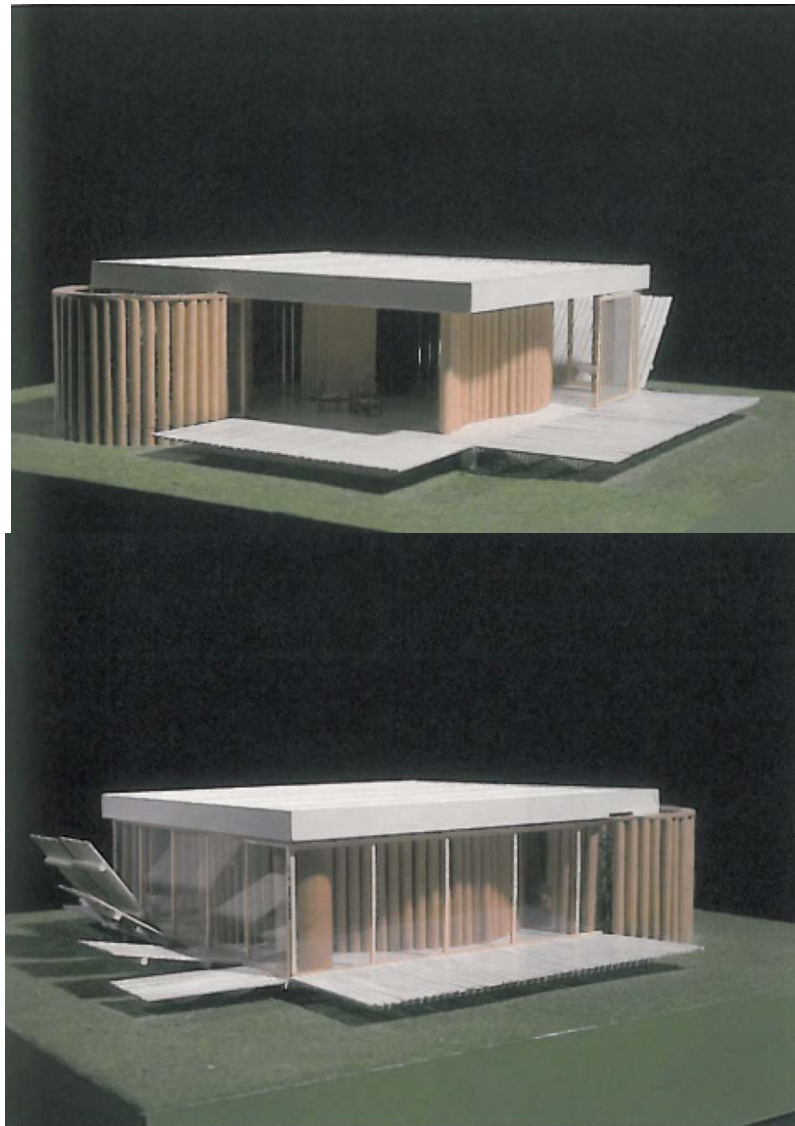


Fig. 23- Desenhos do Projecto *Paper House* de Shigeru Ban

espaços de liberdade, abertos e flexíveis, libertando as casas de paredes. É sua preocupação reduzir o número de compartimentos cingindo-se ao mínimo de paredes dando assim uma fluidez máxima ao espaço interior e ao prolongamento visual em direcção ao exterior. Na *Naked House* representa um espaço único sem separação onde os móveis se deslocam sobre rodas ao bel-prazer e necessidades da família.

Na *Curtain Wall House* são as paredes que encerram o perímetro do andar da sala de estar fazendo a separação com paredes de vidro de correr.

A “arquitectura de papel” deste arquitecto em estudo define-se como um material de fácil transporte, barato, leve, com todas as dimensões desejados e a partir de papel reciclado. Influenciado pelos móveis de madeira de uma exposição de Alvar Aalto, ele cria tubos em cartão em substituição da madeira.

É com base nas pesquisas realizadas no centro industrial e tecnológico de Tóquio que Shigeru Ban constrói a *Paper Gallery* e a *Paper House*, sua própria casa. A *Paper House* apresenta uma estrutura em tubos de cartão ligeiramente afastados entre si em forma de S, em conjugação com uma estrutura de vidro quadrada de 10 metros de lado, em que uma extremidade se prolonga até ao exterior. Neste espaço está inserido um jardim e uma casa de banho que se abre para o interior quase despido de mobiliário. A entrada de luz, Shigeru estudou-a sabiamente através dos afastamentos dos 110 tubos de cartão. Este espaço totalmente flexível abre-se para as varandas que culminam nos jardins japoneses.

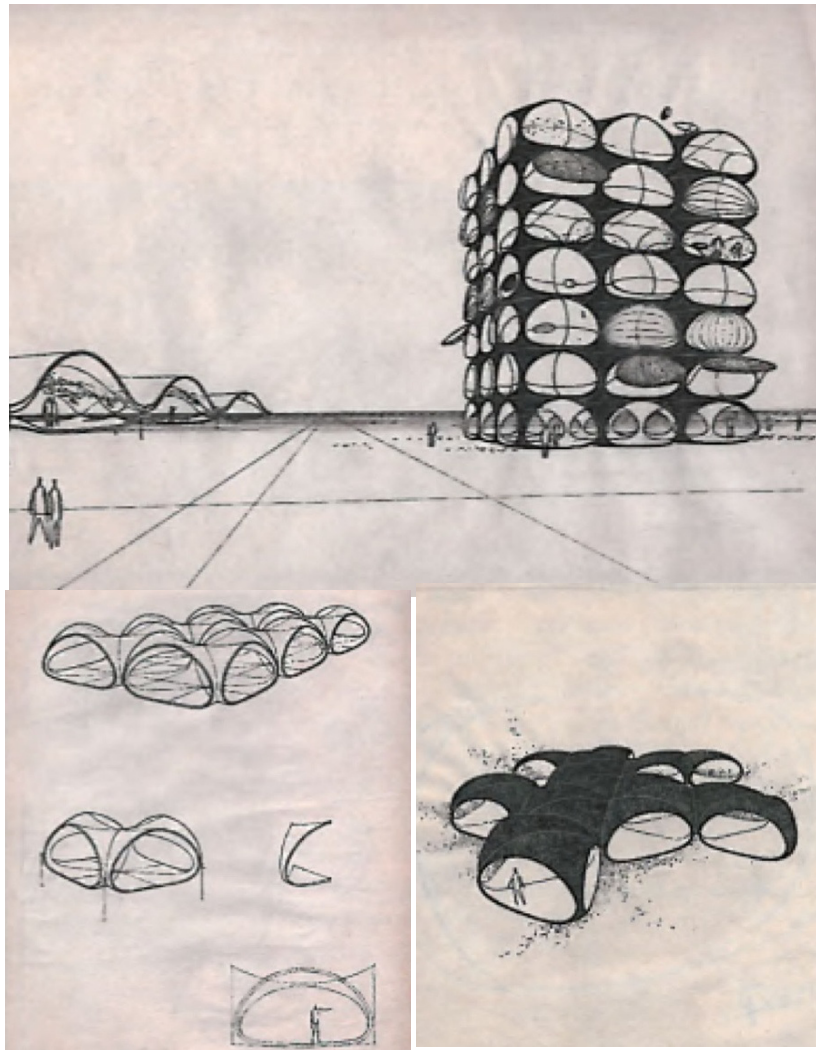


Fig. 24- Prototipo da célula Polivalente de Chanéac, 1960



Fig. 25- Prototipo da célula Polivalente de Chanéac, 1964

O arquitecto Chanéac, notabilizou-se com o estudo dos sistemas de habitação modulares flexíveis. Defende uma arquitectura orgânica, evolutiva e móvel caracterizada pela implantação livre de células individuais. São células em forma paralelepípedicas industrializadas e normalizadas de fácil transporte e montagem. Estas células abrem a uma reflexão sobre a estrutura modular na arquitectura. Este sistema modular possibilita a fácil remodelação do interior e o aumento ou redução das divisões.

Os materiais sintéticos utilizados por Chanéac como poliéster, resina e espuma, prestam-se a servir uma arquitectura espontânea através da montagem de elementos pré – fabricados dando-lhes uma forma de curvatura mais versátil. Estes cascos têm a capacidade de ser adicionados conforme as necessidades podendo formar conjuntos que poderão atingir dimensões megalíticas. Chanéac defende esta combinação de elementos modulares volumétricos fabricados em massa como uma forma de responder aos problemas urbanísticos da época e de crescimento exponencial da cidade europeia. Com esta nova arquitectura o arquitecto não pretende descurar a estrutura da cidade primitiva mas sim apenas integrá-la na sua periferia.

Criador do Emergem Design (associação de designers) Tom Wiscombe, prossegue pesquisas sobre problemas de globalização, tecnologia e materialidade. Este grupo de designers promove a criatividade junto dos clientes. O seu registo de intervenção vai desde o projecto de grande escala até a arquitectura de interiores.

Emergem Design aborda a arquitectura como um produto de processos e sistemas materiais que determinam a urbanização e a cultura numa perspectiva mais economicista e artística. Defende um pensamento flexível e sistemático em que é imperativa uma articulação das forças globais e locais.



Fig. 26 Micro - Multi House de Emergem Design, los Angeles, 2001

Emergem Design tenta estender a área de influência da arquitectura através de ideias realizáveis e em ruptura com a prática tradicional, num conceito de arquitectura de massa e não de exclusividade.

Em 1985, surge a publicação do projecto de habitação flexível denominado *Pao de las chicas nómadas de Tóquio*, concebido pelo arquitecto, Toyo Ito. Este projecto de habitação prática e de curta duração está predestinada à mulher jovem, preocupada com a sua carreira profissional mas que precisa de um pequeno espaço para descansar e para os seus retoques da vida pessoal. É um estilo de "uma mulher jovem, independente, ociosa e consumista, um sujeito em si mesmo banal, mas que, com sua mera presença – parasitária. Coloca em questão a trama social japonesa, altamente hierarquizada, sexista e tradicional" (Ábalos, 2003, p. 152).

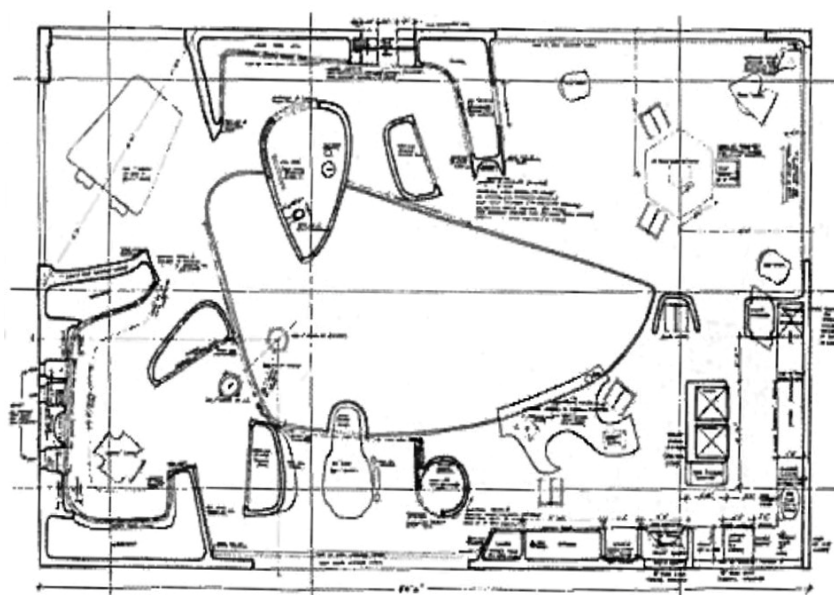


Fig. 27-Planta da Casa do Futuro de Alison e Peter Smithson

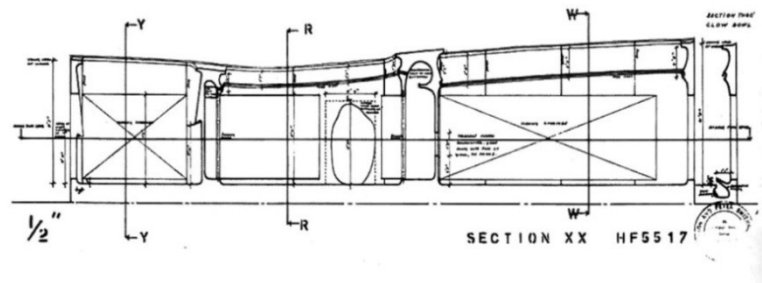
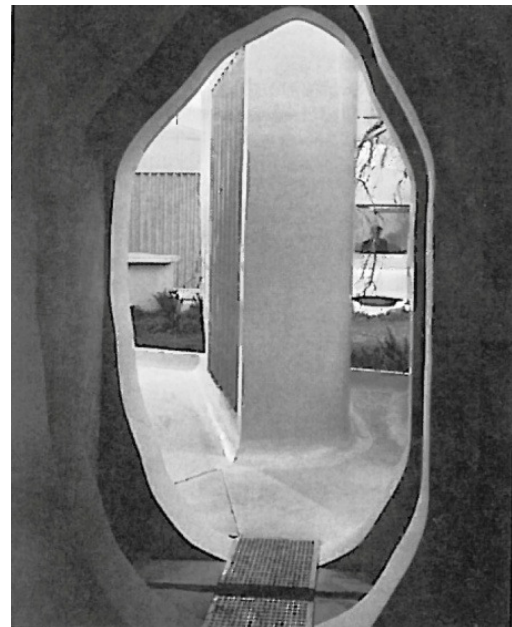


Fig. 28 a) b) c)-Interior e perfil da Casa do Futuro de Alison e Peter Smithson

Alison e Peter Smithson, segundo Vidotto (1997), desenvolveram uma forma de encontrar a flexibilidade no espaço de habitar, de forma a corresponder às exigências da vida quotidiana, como é exemplo a “La Casa del Futuro”. Este projecto apresenta-se como o protótipo da casa ideal. Pretende ser uma casa de cidade, com jardim interior. O conceito geral baseia-se na disposição das divisórias enviesadas, como forma de criar privacidade, dos quais os compartimentos se fundem uns com os outros.

Cada compartimento usufrui de tamanhos e alturas distintas. A estrutura é moldada em plástico e gesso fibroso. Trata-se de uma estrutura epidérmica composta por partes independentes cuja união resulta de juntas flexíveis que absorvem os movimentos térmicos.

A iluminação pretende ser um elemento particular da casa criando, um carácter singular, na habitação. Pelo exterior, observa-se uma cobertura com duas curvaturas côncavas facilitando a entrada de luz natural. A cobertura reveste-se a alumínio para reflectir os raios solares.

O casal Smithson desenvolveu também o conceito de *Casas Electrodomésticos*, caracterizadas pelas reduzidas dimensões dos espaços tradicionais e pela nova disposição dos equipamentos domésticos. A ideia já implementada nos Estados Unidos, previa uma projecção nos países da Europa. Esta forma de construção flexível é estruturada em cubículos destinados a diferentes compartimentos da habitação.

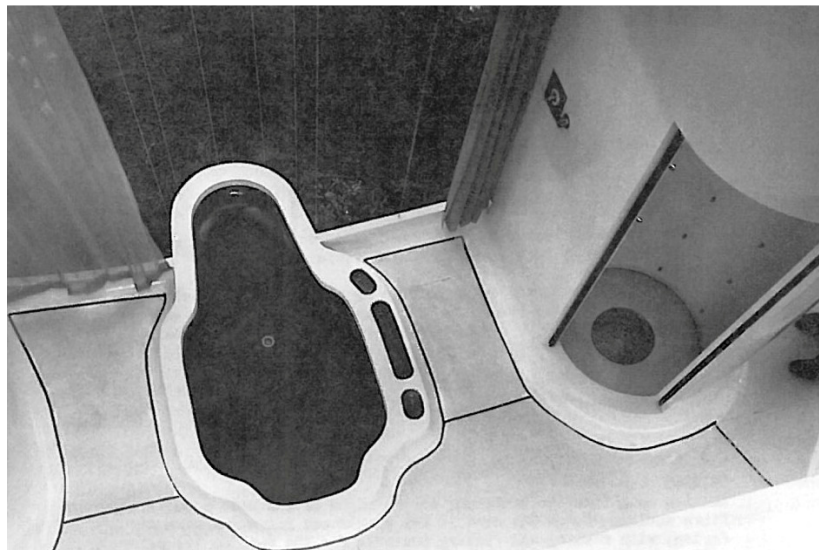
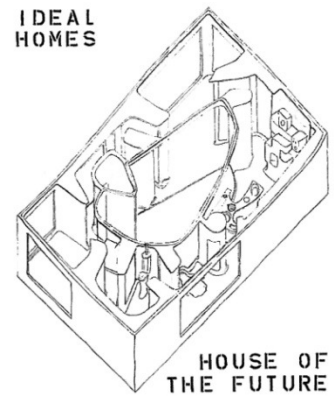


Fig. 29 a) b) c)- Axonometria e Interior da Casa do Futuro de Alison e Peter Smithson

2.3.4 Adaptabilidade à transformação de usos

O conceito de adaptabilidade refere-se à qualidade de adaptável; capacidade de adaptação.

Maccreanor explica a relação entre os estes conceitos enfatizando que o termo flexibilidade inclui também adaptabilidade:

“Adaptabilidade é uma maneira diferente de ver a flexibilidade. O edifício adaptável admite, por sua vez, diferentes funções e vai mais além da função. Permite também a possibilidade de uma transformação de usos; do viver ao trabalhar, do trabalhar ao lazer ou como contentor de diferentes usos em simultâneo. A adaptabilidade não está directamente relacionada com uma ideia precisa de flexibilidade baseada, por sua vez, na falácia da distribuição tradicional. O que permite a um edifício lidar com as necessidades futuras e a alteração de condições do contexto urbano é o facto de possuir uma identidade forte e evidente” (Maccreanor da revista a+t, p.40,1998).

Esta definição é deliberadamente ampla e inclui a possibilidade de escolher diferentes layouts de habitação antes da ocupação, bem como a capacidade de ajustar uma habitação ao longo do tempo.

Com o desenvolvimento das sociedades, os modos de vida alteram-se exigindo uma forma mais versátil de projectar a habitação e mais ajustada à dinâmica da vida actual:

“ La vida de hoy es cambio, cambio acelerado en el interior de la familia, cambio en la manera de vivir, cambio en las técnicas que dibujan nuestras actividades. Cada individuo y cada grupo se encuentra en algún momento de esos diversos y acelerados cambios. Todo ello produce una inmensa diversidad, porque esos cambios nos afectan de maneras distintas y evolucionan a velocidades distintas.” (Patricio, 2001, p. 14) .

A adaptabilidade permite uma capacidade superior de mudança que não envolve transformações estruturais mas sim de ampliações, compartimentações, demolições que não estão preestabelecidas.

Cada vez mais se torna fundamental uma conjugação de entendimento entre o cliente e o arquitecto. O arquitecto desenha as suas ideias tendo em conta as necessidades, a personalidade e o carácter do cliente. As habitações antigas são propícias à adaptação pela sobredimensão das áreas e pés-direitos e pela contextualização urbana. São tipos de habitação que se encontravam adequadas aos modos de viver do passado, mas que hoje necessitam de uma nova organização espacial interior e de uma adaptabilidade às novas exigências actuais.

Este tipo de intervenção e de transformação deve ser reconhecido por dois pontos de vista, como valor social actual e como potencialidade. Desta forma, a capacidade de adaptação permite evoluir continuamente.

Os centros históricos até então degenerados e abandonados constituem deste modo uma mais-valia na regeneração, de forma sustentável, do património arquitectónico.

Verificam-se alterações nos prédios antigos no que respeita ao seu uso. A partir do séc. XX tem-se verificado que a maior parte das casas urbanas de dimensão significativa estão a ser transformadas em hotéis, galerias de arte ou até lojas comerciais. Antigas casas dos centros urbanos de muitas capitais europeias adaptam as tipologias, os interiores dos seus espaços e criam uma estrutura urbana vibrante e actualizada com zonas de dinamismo distintas para a população citadina.

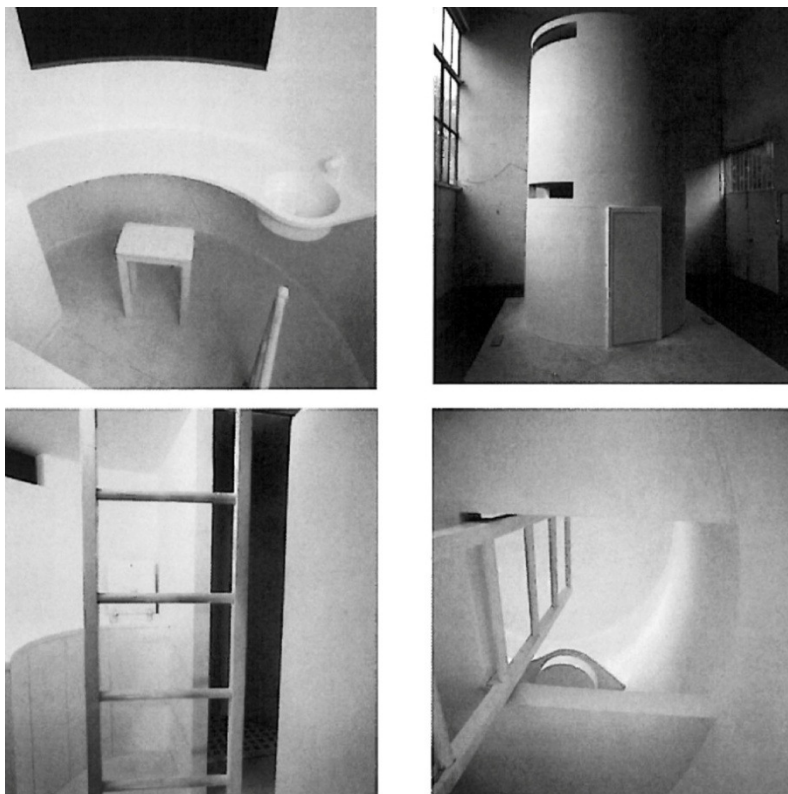


Fig. 30- Imagens interiores da *Casa Inmóvel* de 1993

A adaptabilidade conjuga-se com o conceito da flexibilidade. O edifício adaptado vai mais além da sua função permite a mudança de uso, do viver, do trabalhar, facilitando várias funções em simultâneo. Le Corbusier relevou o conceito deste habitar flexível “*Vers une architecture*” (1923) que incluía ideias sobre habitações amplas eertas em sistema “Dominó”, com janelas corridas permitindo uma infindável flexibilidade do espaço interior. Corbusier teve nos anos seguintes um alargado leque de seguidores das suas ideias modernistas. No entanto demonstrou-se posteriormente que os edifícios antigos desenhados com o objectivo de flexibilidade não compreendiam os requisitos necessários por apresentarem pés direitos baixos, pela falta de experiência técnica do uso dos novos materiais aplicados nas fachadas. Do ponto de vista económico revelou-se mais eficaz construir novos edifícios, em vez de se recuperar o existente.

O sobredimensionamento da altura de tectos, dos espaços de circulação e das instalações sanitárias e o aumento de requisitos das

satisfações energéticas melhoram a perspectiva de adaptabilidade a qualquer tipo de edifício de habitação.

Neste sentido, uma habitação com estas características parece ser uma possível resposta para os habitantes com modos de habitar diferentes dos convencionais. Deste modo a possibilidade de atender e satisfazer tais necessidades e desejos, desde o momento inicial da ocupação até uma alteração que pode ocorrer ao longo do tempo, pode ser considerada como o âmbito principal da flexibilidade no que à arquitectura doméstica diz respeito.

O conceito habitar alcançado pela evolução, pela flexibilidade e pela adaptabilidade são as respostas às mudanças de condições de vida familiares. Estas por sua vez, tomam opções quanto ao número de compartimentos e ao seu dimensionamento; quanto à flexibilização das instalações e dos equipamentos; à compartimentação e a fusão dos compartimentos; assim como ao conforto ambiental dos espaços interiores.

A habitação deve ser planeada e pensada de uma forma flexível para que possa dar resposta à evolução e à alteração da estrutura familiar. Tendo em conta o crescimento e o decréscimo do agregado familiar; as alterações temporárias ou prolongadas do agregado familiar; o desenvolvimento de um segundo corpo relativamente ao que pode acolher, como por exemplo um jovem casal ou um casal de idosos, entre outros, às alterações funcionais do espaço, á natural manutenção ou à modificação de usos e costumes.

“Nada más es más flexible y abierto que la abundância de espaço.” (Patricio, 2001, p. 16), isto é, se a habitação conter espaços relativamente grandes e livres, desde já oferece uma adaptabilidade aos diversos modos de vida. “ Grande parte da cidade moderna foi construída pensando em um destinatário tipo: a família nuclear das sociedades urbano - industriais - um casal com dois, no máximo três filhos. Pequenas variações na

composição familiar, a presença de um membro pertence a outra geração ou parentesco, eram consideradas excepções locais ou transitórias. A esse destinatário, imaginado frequentemente como família operária ou como pertencente à classe média, e evocado como célula – base da organização urbana ...” (Secchi, 2006, p. 96).

Nos últimos cinco a dez anos, segundo as informações fornecidas pelo INE (Instituto Nacional de Estatísticas), houve um crescimento de famílias monoparentais, as famílias sem filhos e de uma só pessoa.

Este tipo de estudo demonstra que cada vez mais que os cidadãos estão a entrar numa fase em que a vida estrutural familiar começa a ficar de parte e que a vida de trabalho é prioritária. Passando a ter um estilo de vida voltado para o investimento profissional.

Em nota de síntese, a adaptabilidade é uma força intuitiva que parte da natureza e que se reflecte no ser humano. Cabe ao arquitecto projectar a habitação de modo mais ajustado ao desenvolvimento das sociedades. As habitações antigas são as mais propícias à adaptação pela sobredimensão das áreas e pés-direitos, pela contextualização urbana e imagem intemporal. São tipos de habitação que se encontravam adequadas aos modos de viver do passado, mas que hoje necessitam, algumas vezes, de uma nova organização espacial interior e de uma adaptabilidade às novas exigências actuais.

CAPÍTULO III

A habitação no Centro Histórico de Viana do Castelo

3.1- Evolução e diversidade dos tipos de espaços domésticos

As origens de Viana do Castelo, à semelhança de muitas outras cidades, remontam à época castreja. Com a chegada dos Romanos, a população desce do cimo do Monte de Santa Luzia, local de vertente defensiva, para o vale e surgem então, segundo Almeida (2009), as primeiras habitações dispersas.

Pela sua posição geográfica, Viana tem condições para as trocas comerciais marítimas e fluviais. *“São estas cidades portuárias...que, sem quebrarem o localismo de uma terra de rurais, anunciam, e pela intensa vida do mar, não só a pesca e a navegação de cabotagem, mas as relações distantes com outros continentes, outras gentes, outros produtos, a eles ligadas e deles separadas por um grande oceano que os seus naturais, antes de ninguém, aprenderam a percorrer”* (Fernandes, 1995, p.23).

Segundo Lamas (2010), a formação da cidade histórica realiza-se organicamente com elementos das antigas estruturas romanas, sobrepondo-se o traçado ortogonal romano ao traçado radiocêntrico. A cidade medieval abandona a escala monumental da cidade romana, suscitando interesse pelo valor da cidade mais intimista através do desenho da forma à escala apoiando-se nas classes sociais de artesãos e comerciantes.

Para Lamas, a rua passa a ser o elemento principal da urbe medieval. Caracterizadas por ruas estreitas, são destinadas e desenhadas para a passagem de peões e animais. A rua é definida pelos seus edifícios de fachadas com grande valor comercial. Nomeadamente, o piso térreo dos edifícios servia de loja, sendo uma extensão de mercado e de negócio de compra e venda enquanto os pisos superiores se destinavam à habitação. As habitações são regulares e uniformes, formando um plano de fachada e de cérceas com uma irregularidade volumétrica controlada, produzindo efeitos cénicos variados, que Sitte designa de pitorescos.

As ruas delimitam quarteirões e estes subdividem-se em logradouros e em edifícios. É neste conjunto de quarteirão, logradouro, prédio e fachada que se definem as características da cidade da Idade Média e prolongam-se até aos dias de hoje. Morris desfaz a ideia de que *“as cidades medievais fossem insalubres e excessivamente densas, pois a estreiteza das ruas seria compensada pela existência de hortas, jardins e espaços livres no interior dos quarteirões.”* (Lamas, 2010, p. 154).

Segundo Almeida (2009), no final da Idade Média, Viana do Castelo aparece como um pequeno núcleo, localizado junto ao rio. A orientação principal das ruas é paralela ao rio, cruzada com eixos distribuidores, praticamente perpendiculares. Apresenta uma regularidade no traçado que se pode explicar pelo facto da zona ter sido relativamente plana ou por ter existido uma primeira implantação da época romana.

No entanto, a expansão da cidade surge de uma forma completamente descontínua. É abandonado o antigo castro e formado um novo núcleo urbano, implantado para suprir as novas necessidades agrícolas. Está localizado numa posição defensiva, relativamente ao mar, e junto da antiga via romana. O seu tamanho reflecte, em parte, o abandono da vida citadina perpetrado durante a Idade Média.

A forma urbana de Viana do Castelo, no final da Idade Média é caracterizada por ruas estreitas e parcelas exíguas. O traçado é regular, com influências romanas. Existem dois eixos principais bem marcados, no cruzamento dos quais nasce a zona principal deste pequeno núcleo com apenas um curto desvio que se pode explicar pela morfologia do terreno.

Segundo Almeida (2009), o traçado da muralha, concluído em 1374, apresentava um perímetro ovalóide de 685 metros. As ruas do seu interior formavam um espaço contido e bastante regular. Aqui

existiam duas ruas principais: a da Praça Velha e a do Hospital, que ainda hoje conserva o nome de Hospital Velho. Estas duas ruas eram atravessadas por sete outras ruas transversais com os seguintes nomes: Rua do Cais, Rua da Viela Cega, Rua Grande, Rua da Judiaria, Rua do Tourinho, Rua do Poço e Rua dos Fornos.

A muralha define as quatro portas da cidade:- Campo do Forno, da Ribeira, do Postigo e das Atafonas; que se correspondem com os quatro pontos cardiais e eram encimadas por imagens de santos.

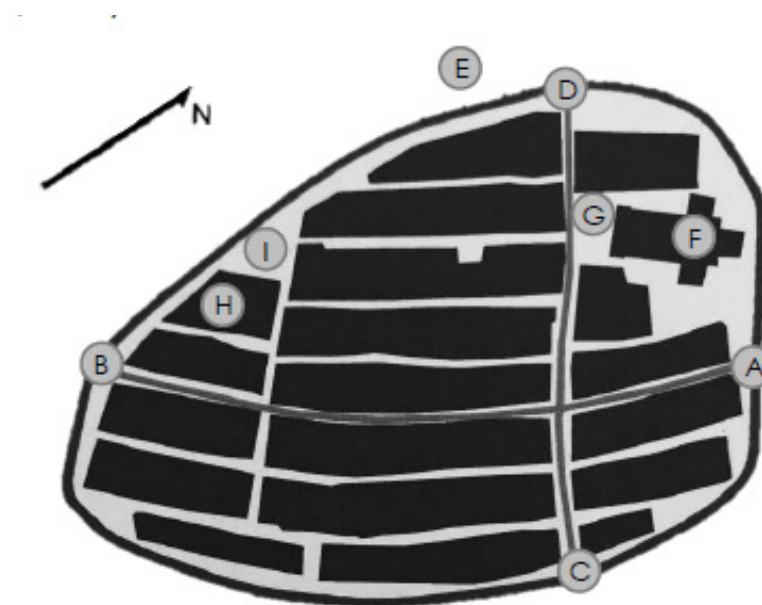


Fig.31 - Muralha da vila de Viana no século XVI

Legenda: A: Porta de S. Pedro; B: Porta da Ribeira; C: Porta do Postigo; D: Porta de Santiago. E: Campo do Forno; F: Matriz; G: Praça Velha; H: Hospital Velho; I: Praça da Erva

A planta da cidade, no ano de 1756 identifica claramente o núcleo medieval e respectivos elementos defensivos assim como a constatação de um traçado pensado com quarteirões rectangulares relativamente uniformes, inseridos num plano ortogonal. De uma forma geral os traçados dos arruamentos do núcleo medieval matem-se até aos dias de hoje.



Fig.32 – Planta de Viana, datada a 1756

A partir de 1868/1869 são perceptíveis as diferenças significativas em comparação com as plantas anteriormente apresentadas. Na carta cadastral da cidade de Viana do Castelo, de 1868-1869 (Fig.27), numa escala mais detalhada são observáveis os lotes.

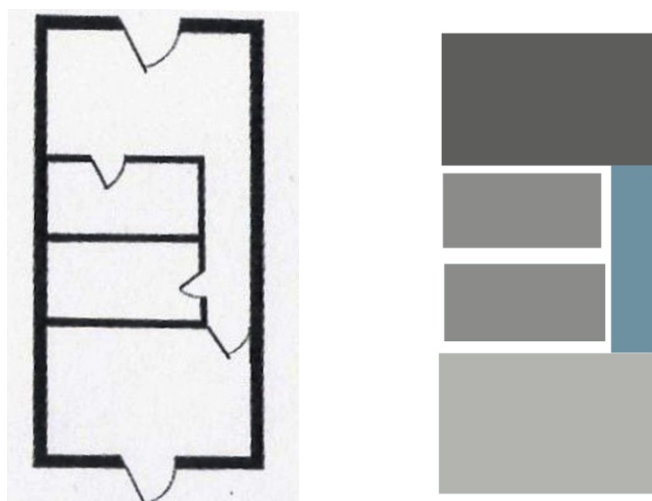
Pouco subsiste das tipologias existentes na Idade Média. Estes vestígios foram, muitas vezes, destruídos por sobreposição de novas tipologias.

Contudo, sabe-se que os edifícios seriam sobretudo habitacionais, com ligação à agricultura. Segundo Abreu (2005), são tipologias de origem medieval, uma vez que as casas unifamiliares seriam de um piso com telhado de duas águas. São habitações de planta rectangular, a fachada principal, voltada para a rua, é ocupada pela

sala. A cozinha está localizada nas traseiras da casa e permite o acesso ao logradouro. Estes compartimentos faziam conexão através de um corredor que faz passagem para uma das alcovas (interiores). O aproveitamento do interior dos quarteirões é explorado para a agricultura de uso doméstico.



Fig 33.-Planta 1868-1869



Legenda:

■ espaço público/Hall

■ espaço de circulação/corredor

■ espaço privado/quartos

■ cozinha

Fig. 34- Habitação medieval (1941) (plano geral de urbanização de Viana do Castelo, de 1942)

Fig. 35 -Análise da configuração espacial (direita)

No Período do Renascimento, a cidade cresce de forma contínua e racional. Resultantes do crescimento populacional das edificações extramuros. Segundo Fernandes (1995), surgiram por volta do séc. XV novas ruas e praças como a Praça do Campo do Forno e a rua Stª Ana, adjacentes à porta noroeste da muralha, a praça do Postigo e o largo S. Domingos. Para ocidente do espaço amuralhado surgiu a Rua da Bandeira e a Rua Nova de S. Bento para ocidente a rua de S. Sebastião, das Rosas e do Loureiro que ainda se mantêm.

A cidade é aqui delimitada por uma cintura de conventos. O Forte de S. Tiago ergue-se como um local de interesse económico relacionado com o comércio ultramarino e também nacional. A implantação dos edifícios faz-se, sobretudo, linearmente, ao longo das vias de comunicação, prolongando o existente.

Este núcleo adensa-se, ocupando o limite das vias onde persiste a parcela medieval desta malha urbana. Os centros dos quarteirões começam a ficar preenchidos com habitações. O facto de as casas se implantarem junto das vias de comunicação revela o regresso à vida urbana. Aumentou o comércio e a cidade extravasou o perímetro muralhado. O traçado das ruas é uma mistura entre o orgânico da Idade Média com uma implantação mais regular, fruto dos avanços na teoria urbana. As ruas são mais largas, resultado de legislação nacional que visava assegurar a salubridade.

O Regulamento da Salubridade das Edificações Urbanas de 14 de Fevereiro de 1903, no seu capítulo II, faz referência aos materiais utilizados, à largura de vãos, às áreas e alturas mínimas e à salubridade dos prédios relativamente à altura das fachadas e à largura das ruas.

Fruto das novas leis do crescimento da malha urbana e da abertura de novas ruas, o núcleo mais antigo de Viana ganha a sua característica, que permanece até aos dias de hoje.

A tipologia renascentista é herança directa da gótica. Há um retorno à vida citadina e um emergir do comércio. Com ele, nasce uma nova classe social que usa a habitação como local de comércio.

Assim, as tipologias contemplam sempre ou quase sempre um andar ao nível da rua onde existiria uma loja para usufruto do dono da habitação. A frente de rua ganha importância, muito por causa do comércio e torna-se o elemento principal destas habitações. Apesar dos lotes se configurarem em parcelas estreitas, ter uma casa com uma frente de rua, daria, em teoria, mais protagonismo ao negócio que aí se operava. O interior do quarteirão continua a servir necessidades alimentares dos residentes, com a agricultura doméstica. O perfil da rua apresenta características de cérceas irregulares. Cada andar expandia em altura conforme as condicionantes familiares.

A Revolução Industrial marca uma época em que a vila é elevada a cidade. Esta fase é marcada pelo crescimento descontínuo, pelo rasgar de novas ruas e principalmente pela chegada de uma nova fase da história local com a inauguração da linha do caminho-de-ferro e da ponte em 1878 que complementam a abertura de outras vias de comunicação.

A linha de comboio faz o grande corte entre as duas realidades: a pré-industrial e a pós-industrial. Este limite é dificilmente transposto pela cidade. Os espaços públicos, as tipologias e o tecido urbano são estruturados de uma forma desorganizada. Por outro lado, estas novas tipologias vão acabar de preencher os espaços até aqui livres, a zona que é mais antiga da cidade, dentro do perímetro criado pelo rio e a linha férrea.

A linha do comboio criou uma cintura de separação e de crescimento contínuo da cidade. A malha urbana resultante tem duas características principais. Uma que aumenta o tecido urbano renascentista e barroco, implantando edifícios por sobreposição a outros mais antigos e obsoletos e outra pela criação de novos bairros, para lá do limite imposto pela linha do comboio.

Outra característica que marcou o período da Revolução Industrial em Viana do Castelo foi a abertura da Avenida dos Combatentes. A nova ordem industrial necessitava de se afirmar. E assim, com a implantação da estação dos caminhos-de-ferro surgia a necessidade de criar uma estrutura que a representasse.

A Revolução Industrial traz consigo uma panóplia de novas tipologias. A cidade tende a crescer em direcção às zonas rurais e as habitações afastam-se da frente de rua deixando-a livre para um pequeno jardim.

Contudo, a tipologia urbana, continua a usar a frente de rua mas com uma nova atitude de construir: os edifícios ganham altura e inovam-se os materiais.

Hoje, com o programa Polis, a cidade cresce num contexto de melhorar a qualidade de vida nas cidades através de intervenções na vertente urbanística e ambiental:

“A reabilitação, em curso, dos principais arruamentos do «casco medieval» e da «baixa» que nele se interliga e lhe é contigua, com beneficiação ao nível das infra-estruturas e hierarquização da circulação pedonal...contribui para a revalorização do «Centro Histórico», preservando o património arquitectónico da poluição automóvel e, simultaneamente, disponibiliza espaços para a dinamização do comércio tradicional, da cultura e do lazer ...” (Fernandes, p.36, 1999).

Segundo o Projecto de Urbanismo Comercial da Cidade de Viana do Castelo, o Centro Histórico, área fundamental da cidade, representa 5% da área urbana. Na malha urbana da cidade sobressai a estrutura medieval do aglomerado e o seu valor patrimonial arquitectónico. É aqui que se encontra na maioria das actividades comerciais e de serviços públicos assim como uma parte significativa dos equipamentos colectivos e de serviços à população.

3.2 Diferentes abordagens na problemática da Reabilitação

Os programas para as cidades incidem também sobre o apoio à reabilitação dos centros históricos.

A reabilitação dos centros históricos requer intervenções a nível de renovação e de rentabilização do espaço. Para a cidade de Viana do Castelo existem alguns programas, que foram surgindo ao longo do tempo, de apoio à habitação como o PRU (Programa de Reabilitação Urbana) o GTL (Gabinete Técnico Local), a POLIS (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das cidades), o RECRIA (Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis), o PUC (Plano Urbano da Cidade), o Regulamento do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo - Declaração nº 248/2002, 9 de Agosto (2ª série) e o ARU (Área de Reabilitação Urbana).

O PUC, de Novembro de 1997, surge, para a cidade de Viana do Castelo, na continuidade da elaboração do Plano Director Municipal, publicado no Diário da República II Série, 7º Suplemento de 31 de Dezembro de 1991. Este plano para além de constituir uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do PDM, também abrange as freguesias que integram a cidade.

O centro histórico de Viana, está inserido numa Zona Especial de Protecção⁶ e identificado na Carta de Condicionantes do PDM.

Segundo o PUC de Novembro de 1997, estabeleceram-se dois graus de protecção relativamente à edificabilidade. O grau de protecção 1 corresponde à área do Núcleo Medieval e limita as intervenções das obras de conservação, respeitando a volumetria, as características estruturais e arquitectónicas dos edifícios, dando prioridade aos

⁶ Termos do disposto no Diário do Governo 2ª Série nº 149, de Junho de 1973

materiais construtivos originais. Admite nos pisos térreos dos edifícios, desde que sejam compatíveis com a função habitacional, a ocupação de comércio, serviços, actividades artesanais ou outras. Poderá eventualmente admitir a admissão e introdução de novos sistemas construtivos incluindo elementos estruturais, desde que sejam edifícios em ruína ou para reforço de estrutura existente.

O grau de protecção 2 corresponde à restante área do Centro Histórico e neste caso deverá conciliar a volumetria e arquitectura existentes com as novas intervenções de forma a não prejudicar a coerência de escalas.

Neste mesmo Plano o art.º 152º da p. 34 do PUC de Novembro de 1997 faz referência ao Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico da Cidade, assegurando o melhoramento das infraestruturas, em especial da rede viária mas também a reabilitação e a valorização histórica e arquitectónica dos edifícios mais significativos.

Viana do castelo tem sido objecto de uma série de estudos, projectos e intervenções urbanísticas que abarcam parte significativa da cidade.

O Projecto de Urbanismo Comercial da cidade, objecto de um conjunto de disposições do PDM⁷ E PUC⁸, faz crescer o conjunto de acções sobre o espaço colectivo, equipamentos, e serviços públicos.

A autarquia criou uma estratégia de revitalização da área central da cidade, para melhoria das condições de conforto em todas as áreas, nomeadamente nas de espaço público. A malha do centro histórico

⁷ PDM - Plano Director Municipal

⁸ PUC- Plano de Urbanização da Cidade

sofre acções de reabilitação e de requalificação urbanística, a nível das infraestruturas, de pavimentação, de iluminação pública e de estacionamento automóvel.⁹

Com a introdução do ARU (Área de Reabilitação Urbana) no Centro Histórico de Viana do Castelo, para o período de 2012 -2020 o Município reforça a política de reabilitação, define um contexto regulamentar económico e fiscal propício à reabilitação e assegura o acesso a fontes de financiamento para a reabilitação urbana. A actividade económica nos sectores ligados à reabilitação urbana contribui para a criação/ manutenção de emprego (CMVC, 2013, p. 3,4).

Em 2015 a CMVC desenvolveu o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que tem como objectivo estabelecer prioridades de investimento inscritos no eixo urbano do Programa Operacional Regional.

Em 2016, estabeleceu-se o Plano de Acção para a Regeneração Urbana (PARU) alusivo aos centros históricos, zonas ribeirinhas e zonas industriais abandonadas, que se encontram incluídas em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). Este Plano tem como objectivo reforçar a atractividade da cidade.

Segundo o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), a cada ARU corresponde uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU), que consiste num “conjunto articulado de intervenções visando, de uma forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área” (RJRU, 2014, p. 4).

A tendência é estabelecer um programa de iniciativas e investimento público, que tenha como objectivo criar um quadro de referência estável para a gestão da ARU.

⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO, Plano de Urbanização da Cidade, Novembro de 1997, Zonamento, Volume 1, p 30.

Nas obras de reabilitação e manutenção do edificado poderão existir discriminações positivas em termos de taxas municipais.

Os proprietários dos edifícios englobados pela ARU, contributos propostos pelo Município de Viana do Castelo para a área de Reabilitação Urbana (ARU), para a realização de obras de reabilitação, são beneficiados pelos seguintes pontos Estes são os diversos:

- fácil acesso ao financiamento para obras de reabilitação (CMVC, 2013);

- simplificação dos procedimentos de licenciamento e de comunicação prévia de operações urbanísticas (CMVC, 2013);

- isenção de imposto municipal sobre imóveis (IMI) num período de cinco anos, podendo ser renovado para os imóveis alvos de acções de reabilitação. (CMVC, 2016);

- dedução de 30% dos encargos relacionados com a reabilitação do edificado, até ao limite de 500€, sobre o imposto, sobre o Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares (IRS).

- beneficiação de 5% sobre a taxa de tributação, decorrente do arrendamento de edifícios reabilitados (CMVC, 2016);

- redução de 6% nas reabilitações realizadas na zona da ARU, com uma taxa de tributação sobre o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);

- redução de 50% do valor final das taxas de urbanização e edificação, relacionadas com o IMI e o IMT.

A Inserção urbana e paisagística da edificação e articulação com o edificado existente e o espaço público envolvente (segundo o Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo, publicado no D.R. I Série, n.º 183 de 9 de Agosto de 2002)

Perante o nº 1 e 2 do artigo 11º, a utilização do edifício no piso térreo deve dar preferência a comércio, serviços e outras actividades compatíveis com a função dominante, enquanto no piso superior a utilização de área residencial deve cumprir com um mínimo de dois terços da área de construção.

Os alinhamentos delimitam a implantação das construções na frente dos arruamentos existentes ou previstos, de acordo com o nº 1 do artigo 14º, estando registados na planta de implantação.

Segundo os nº 1, 2 e 3 do artigo 15º, na fachada do pré-existente deve ser preservada a dimensão e a organização dos vãos, tal como ele se enquadra na classe 2; deve-se respeitar a métrica primitiva ao nível do piso térreo, enquanto no novo volume os vãos devem reproduzir a mesma proporção do contexto urbano.

De forma a cumprir o regulamento no artigo 25º, para a altura dos perfis não é permitido ultrapassar o limite nos perfis existentes, pois trata-se de uma obra de construção.

De acordo com os nº 1, 2, 3 e 4 do artigo 28º, as coberturas podem ter no mínimo duas águas vertentes, mantendo-se o mesmo sistema construtivo tradicional do já existente. Por se tratar de uma nova construção, poderá dispensar o uso de telha cerâmica de cor natural, devendo sempre ser elaborada uma justificação devidamente fundamentada, mantendo-se a obrigação da cor da cobertura se assemelhar à dos elementos cerâmicos em cor natural.

Os anexos, segundo o nº 1 e 2 do artigo 34º, só são permitidos em logradouros com área superior a 60m², desde que esse mesmo

anexo na área de logradouro não exceda 25% de 82 área de implantação, contendo área máxima de 50 m², com um só piso e com desvão interior de 2,4 metros, mantendo a área restante do logradouro com a vegetação mais significativa.

Materiais e política de acabamentos (segundo o Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo, publicado no D.R. I Série, n.º 183 de 9 de Agosto de 2002)

De acordo com o n.º 1 e 2 do artigo 182, as caixilharias devem ser de madeira pintada, podendo, nos edifícios de classe 1, serem metálicas com excepção do alumínio, enquanto nos vãos de entrada e nas montras se admite o uso da madeira ou metal, com excepção *do* alumínio, podendo nos edifícios da classe 1 serem em alumínio lacado.

Não são permitidos, segundo o n.º 1 do artigo 19º, as portadas exteriores e os estores exteriores ou com caixa exterior. O acabamento deve ser rebocado e pintado com tinta não texturizada, deve ser preservado o azulejo da época do imóvel, no novo edifício ou na reconstrução, classe 1. Pode ser permitido outro acabamento e revestimento, mas deve ser apresentado por documentação e ensaios dos materiais à Câmara Municipal, não sendo de todo permitida a pedra à vista com juntas refundadas, bem como a pedra polida, de acordo com os n.º 1, 2, 3, 4 e 5 do artigo 20º. No que respeita às cores, e tal como referem os n.º 1 e 2 do artigo 24º, são permitidas cores preexistentes ou pintado a branco nas superfícies rebocadas, assim como são admitidas as cores constantes da paleta admissível pela câmara municipal.

As caleiras, rufos e vedações devem ser de chapa de zinco ou cobre, bem como as saídas e emboques aos tubos de queda, de acordo com o n.º 1 e 2 do artigo 30º, que especifica igualmente que os tubos de queda das caleiras dos beirados não podem interferir com os elementos decorativos, ornamentais ou de composição das fachadas.

CAPÍTULO IV

Rua do Tourinho

4.1 Análise Morfológica

Segundo Pires (2000), uma rua é caracterizada pelo ambiente criado através da textura e da estrutura espacial assim como pelos tipos de edificações existentes tornando esse lugar, num lugar personalizado.

A rua é um elemento definido por dois pontos e caracterizada por fachadas por vezes contínuas, regulares e estreitas. Estas, que permitiam a circulação de carros de bois, hoje tornaram-se pedonais para que o cidadão possa apreciar e usufruir de um espaço de lazer. No entanto, sempre que as condições o exijam, o acesso automóvel está facultado. A rua da cidade reúne vários aspectos de ordem social, técnica e estética. "... hoje, pode o mais comum dos cidadãos participar neste espaço vivo da história da cidade e do universo burguês ." (Pires, 2000,p.75).

A rua do Tourinho fica situada no centro histórico da cidade de Viana do Castelo de eixo viário rectilíneo, comprido de 84,00 metros de comprimento e 2 metros de largura e com uma pendente pouco acentuada de 2º. Esta rua liga com outras duas, que fazendo ligação entre a Rua do Hospital Velho e a Rua Aurora do Lima

A Rua do Tourinho, caracteriza-se pela predominância de uma tipologia de lote que condiciona a tipologia habitacional. Esta, juntamente com os desenhos das fachadas e com as diferentes altimetrias do perfil da rua, desenha a rua da cidade.

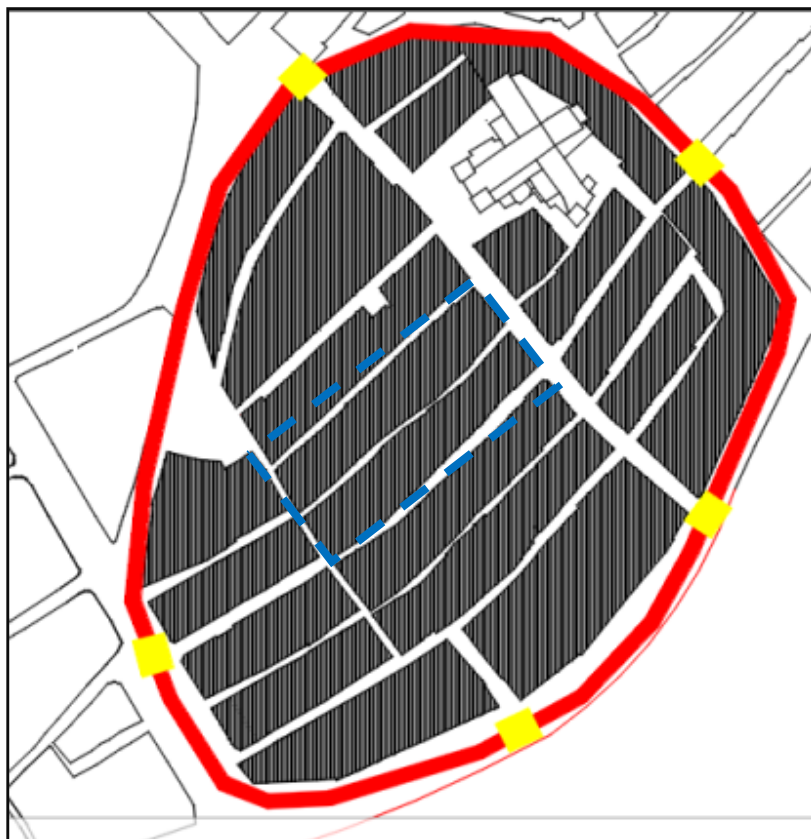


Fig 36-Identificação da Rua do Tourinho no núcleo Viana do Castelo

Através da observação, verifica-se que esta rua é caracterizada pela força do alinhamento e pelas sucessivas fachadas estreitas, relativamente idênticas e repetitivas. A altura das cornijas, a sucessão de linhas horizontais, as sacadas, as linhas dos telhados, as fachadas em pedra, assim como o alinhamento vertical das cérceas que acompanham a pendente da rua são elementos caracterizadores do perfil da rua do Tourinho. Consoante uma observação mais cuidada detecta-se que através das diferenças e variedades das fachadas as tipologias de habitação variam ligeiramente. A rua apresenta uma qualidade espacial de parcelas estreitas ocupadas totalmente por imóveis. A predominância da linha recta do ordenamento é caracterizada por elementos ricos como a utilização de ferro nas varandas e nas guardas das janelas, bandeiras de portas, cornijas e platibandas.

4.2 Análise Tipológica

Segundo Pires (2000), as edificações que constituem a rua são elementos construídos à imagem das famílias e das pessoas que o compõem. Cada edifício corresponde a uma diferente forma de habitar e a eventuais diferentes funções a que se possa destinar.

É através do estudo formal da habitação como a circulação, a distribuição espacial, a conjugação da volumetria, os materiais aplicados e a estrutura do edifício que permite uma reflexão sobre o/a funcionalidade do espaço habitado.

Pode-se dizer que o exterior do edifício permite uma leitura do espaço interior e de circulação, assim como a sua ocupação no lote. Estes conjuntos de factores recolhidos através da observação e de análise de tipologias ajudam a perceber as estruturas familiares, a relação entre indivíduos da mesma família e a relação entre vizinhos.

Na rua do Tourinho predominam edificações de tipologia tradicional em que os lotes são, na sua maioria, de parcela estreita e comprida à excepção de dois lotes que apresentam áreas maiores e fachada mais larga.

A rua é constituída por 27 parcelas das quais quatro são de serviços, duas de comércio e as restantes de habitação. Três destas parcelas encontram-se devolutas e em estado de degradação, cinco em bom estado de conservação, consequente de uma intervenção de reabilitação. As restantes apresentam um razoável estado de conservação.

Catorze destas parcelas são de fracção única, três de fracções divididas entre esquerdo e direito e sete são fracções únicas por piso.

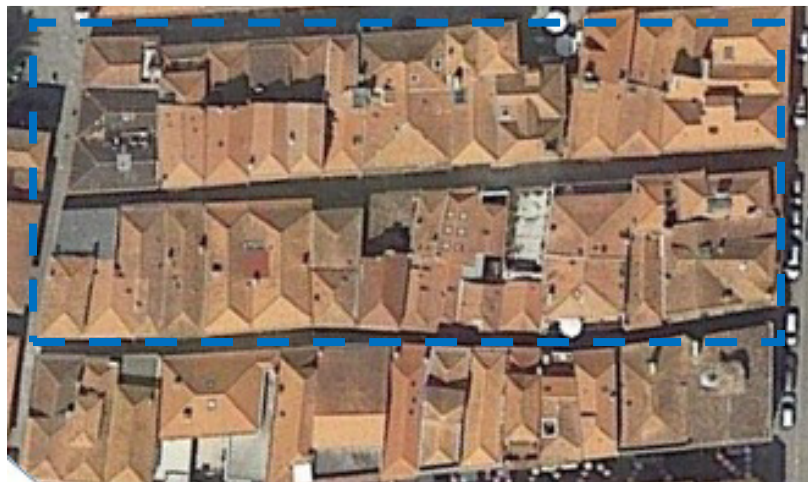


Fig 37-Imagem satélite Localização – Rua do Tourinho

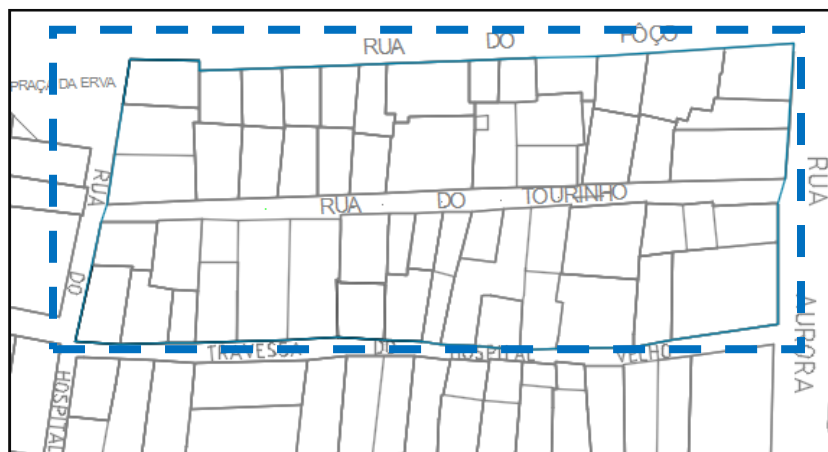


Fig 38-Planta de Localização – Rua do Tourinho



Fig 39-Perfil Sul da Rua do Tourinho

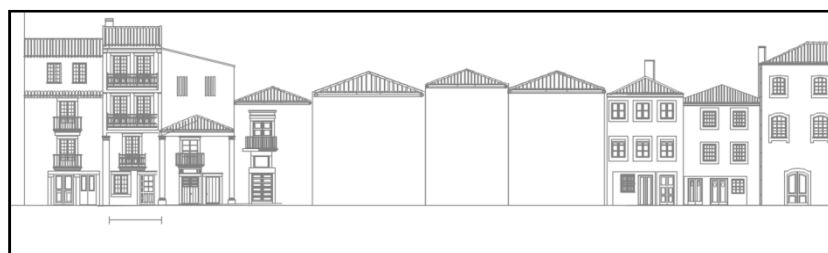


Fig 40-Perfil Norte da Rua do Tourinho

4.3 Estudos de Caso

4.3.1 Análise Individual de estudos de caso

A selecção dos estudos de caso foi feita com base nas opções de escolha de ruas inseridas no casco histórico da cidade de Viana do Castelo. Uma vez seleccionada a rua em estudo, Rua do Tourinho, esta opção foi delineada por motivos de fontes documentais, projectos já obtidos, assim como algumas referências bibliográficas.

Os estudos de caso são cinco projectos inicialmente de habitações domésticas urbanas. Um deles, após realizada a reabilitação, transformou o seu uso em Atelier de Arquitectura.

Destes cinco analisados, os estudos de caso nº 1 e 5 sofreram intervenção de reabilitação; o estudo de caso nº 2 está sob uma proposta de projecto e o estudo de caso nº 3 e 4 não sofreram nenhuma intervenção, mantendo a habitação tradicional existente.

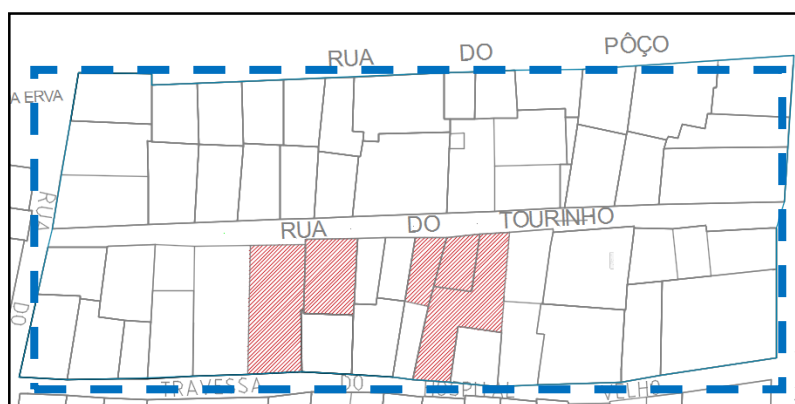
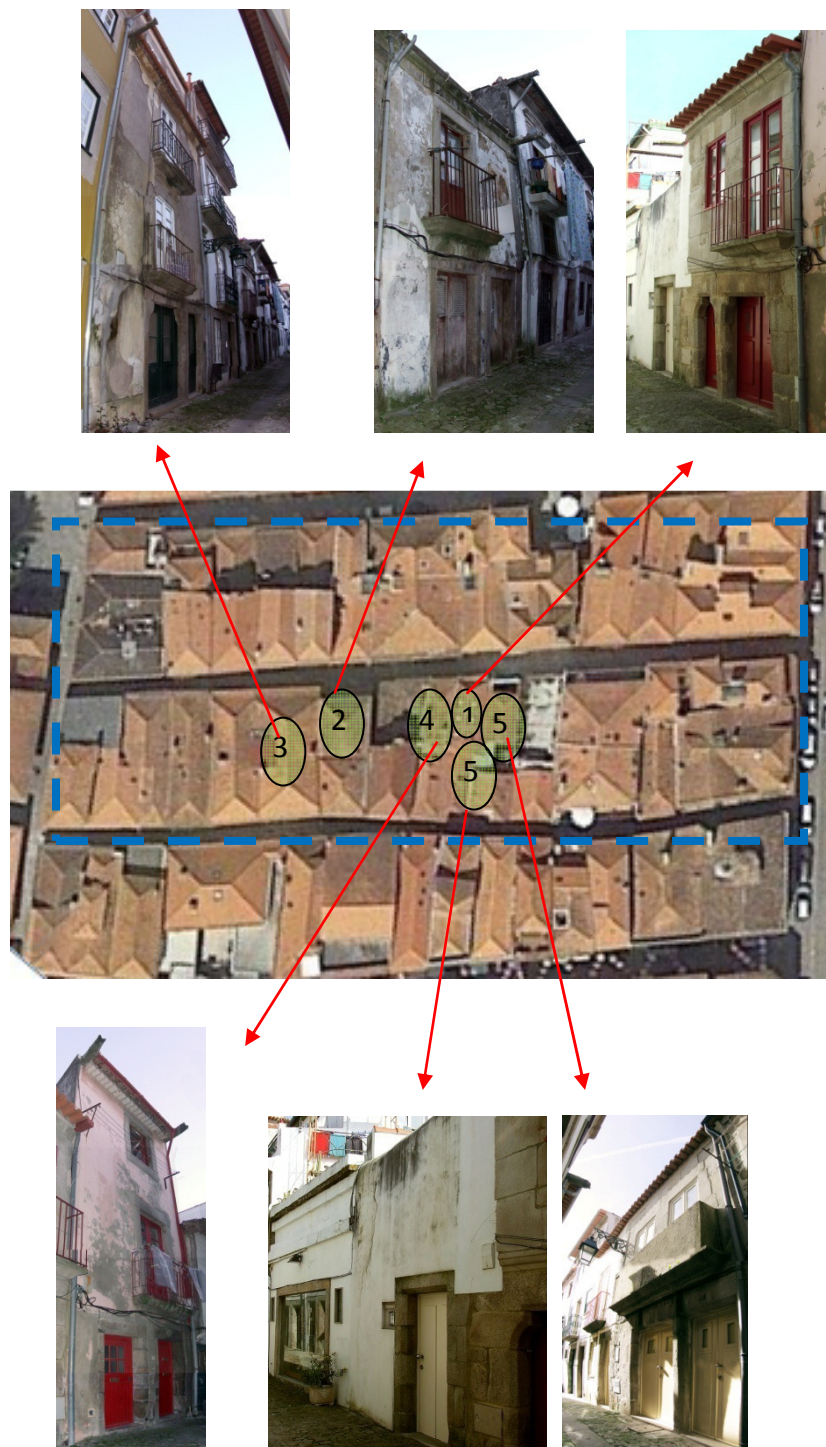


Fig 41-Planta de localização dos estudos de caso da Rua do Tourinho



LEGENDA:

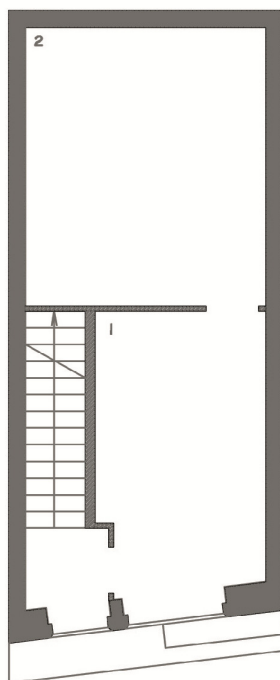
- 1- Fachada de estudo de caso nº 1
- 2- Fachada de estudo de caso nº 2
- 3- Fachada de estudo de caso nº 3
- 4- Fachada de estudo de caso nº 4
- 5- Fachada de estudo de caso nº 5

Fig 42-Planta de localização dos estudos de caso da Rua do Tourinho

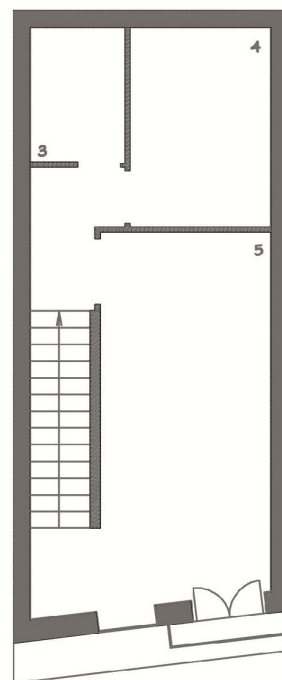
4.3.1.1 Análise do Existente

CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO
RUA DO TOURINHO
FICHA DE HABITAÇÃO
ESTUDO DE CASO Nº1 - EXISTENTE
**CARACTERÍSTICAS:****Época de Construção:** 1900**Área Bruta:** 60m²**Nº de Pisos:** 2 Pisos**Uso Original:** Habitação

O estudo de caso 1 refere-se à habitação tradicional urbana caracterizada pelo elemento de fachada com 6 metros de largura. Esta habitação é constituída por dois pontos de entrada, uma que faz a ligação direta à sala para se fazer as visitas, outra que dava acesso ao piso 1 mas com uma ligação ao piso 0 através de um vão de escadas. O piso térreo era composto pela sala, o compartimento mais importante da habitação doméstica urbana ficava orientado para a rua de forma a poder receber as visitas. A cozinha era o compartimento que ficava orientado para a outra extremidade do lote. No piso 1, o quarto 1, ficava também orientado para a rua e a instalação sanitária e o quarto da criada, ficavam orientados para as traseiras.



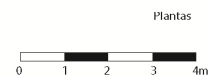
Planta do Piso 0



Planta do Piso 1

LEGENDA:

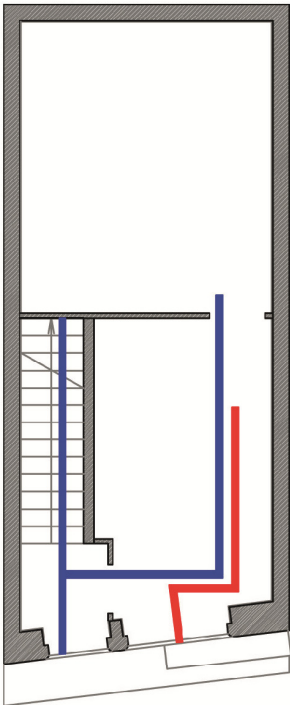
- 1 - Sala
- 2 - Cozinha
- 3 - Inst. Sanitária
- 4 - Quarto
- 5 - Quarto 1



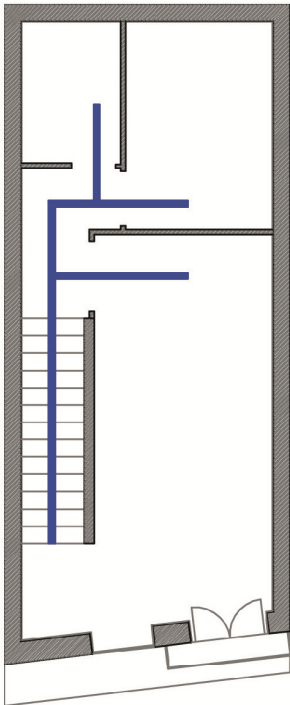
LEGENDA:

■ CIRCULAÇÃO PÚBLICA

■ CIRCULAÇÃO PRIVADA



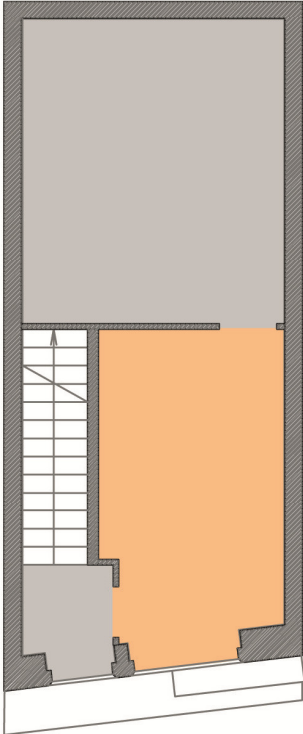
Planta do Piso 0



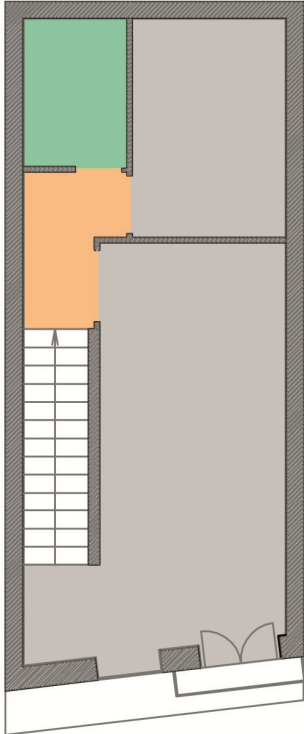
Planta do Piso 1

As plantas de circulação fazem a distinção entre a circulação pública e privada. A maior parte da área desta habitação é destinada à circulação privada. Pode-se considerar que a única zona de espaço público configura-se ao compartimento da sala. Na análise das plantas de configuração espacial da habitação no Piso 0 considera-se que a maior área é destinada ao uso privado, com excepção da sala que é de uso público. No Piso 1 continua a prevalecer a maior área de uso privado mas com duas pequenas áreas, uma de higiene e outra de uso público.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL



Planta do Piso 0



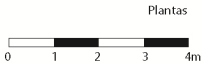
Planta do Piso 1

LEGENDA:

■ ESPAÇO PÚBLICO

■ ESPAÇO PRIVADO

■ ESPAÇO DE HIGIENE



ANÁLISE DO EXISTENTE**Estudo de caso 1**

Descrição	Habitação
Tipologia	<p>Está inserido num lote medieval estreito e comprido com 6 metros de largura de fachada e 14 metros de comprimento.</p> <p>A habitação apresenta dois pisos e uma fachada que se encontra virada para a rua do Tourinho e que se encontra enquadrada com o perfil da rua. A fachada é de alvenaria de pedra e é composta no piso térreo por três portas, uma porta de uma folha que dá acesso ao piso térreo e outra com duas folhas que fazem a ligação ao piso 1. O piso 1 contém uma varanda com porta de duas folhas e uma janela de guilhotina.</p> <p>A cobertura é de quatro águas e de telha canudo.</p>
Programa	O piso térreo é composto por uma sala e uma cozinha e o piso 2 com ligação de um vão de escadas é composto por uma instalação sanitária e dois quartos
Circulação	Espaços de circulação relativamente simples
Configuração Espacial	<p>Espaço Público/Privado</p> <p>Diferenciação de espaço público e privado.</p>
Materiais	<p>Fachada: todos os vãos são compostos por madeira pintada de castanho.</p> <p>Paredes de pedra revestidas a estuque pintado a rosa no interior.</p> <p>Estrutura de vigas e vigotas de madeira.</p> <p>Cobertura com vigas de madeira e pavimento de madeira.</p> <p>✕ Materiais leves</p>

Conforto Esta habitação não apresenta condições de conforto

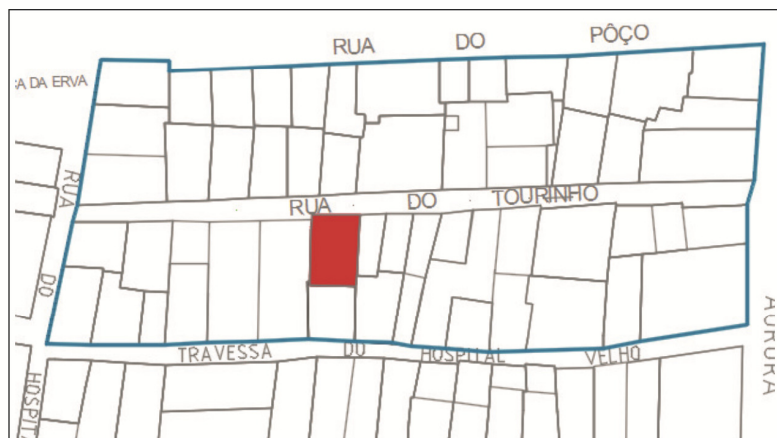
- ✕ Luz natural
- ✕ Ventilação natural
- ✕ Isolamento térmico

Flexibilidade Esta habitação não apresenta condições de flexibilidade.

- ✕ Estruturas rígidas
- ✕ Elementos divisórios rígidos

Adaptabilidade Esta habitação não apresenta adaptabilidade aos usos do quotidiano.

- ✕ Não se adequa aos modos de vida actual

CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO
RUA DO TOURINHOFICHA DE HABITAÇÃO
ESTUDO DE CASO Nº2 - EXISTENTE

0 6 12 18 24m

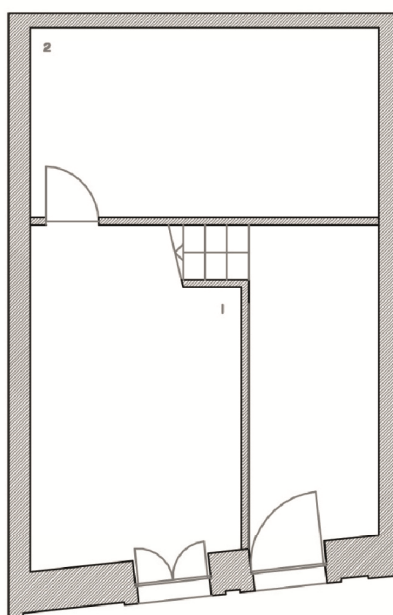


Alçado Norte

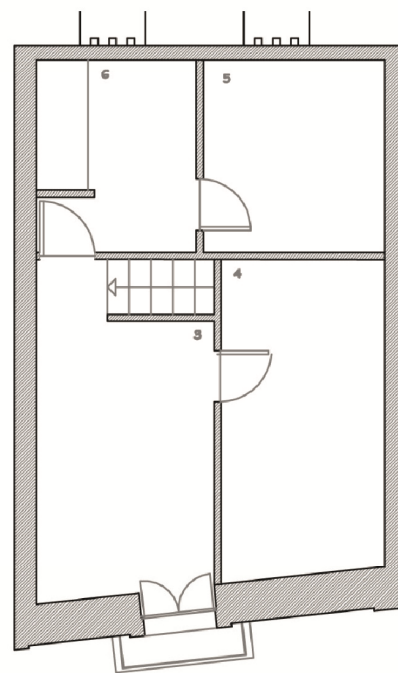
0 1 2 3 4m

CARACTERÍSTICAS:**Época de Construção:** 1890**Estado de Conservação:** Mau**Área Bruta:** 81m²**Uso Original:** Habitação

O estudo de caso nº 2 refere-se à habitação tradicional urbana de fachada estreita com 6 metros de largura. Esta habitação possui duas fracções em que o Piso 0 é uma habitação e é caracterizada por uma sala voltada para a rua e uma cozinha. O Piso 1 é acedido pelo Piso 0 através de um vão de escadas interiores. O Piso 1 dispõe de sala, quarto, cozinha e instalação sanitária.



PLANTA DO PISO 0



PLANTA DO PISO 1

LEGENDA:

1 - Sala

2 - Cozinha

3 - Inst. Sanitária

4 - Quarto

5 - Inst. Sanitária

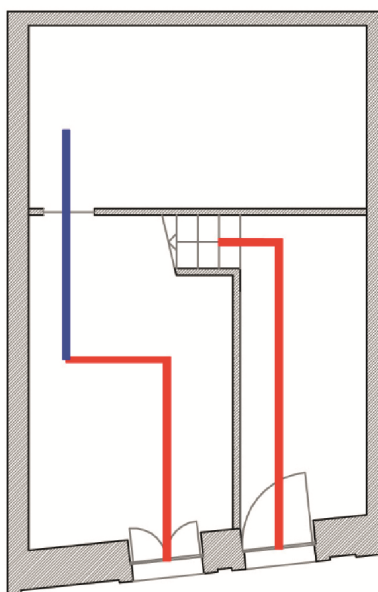
6 - Quarto 1

0 1 2 3 4m

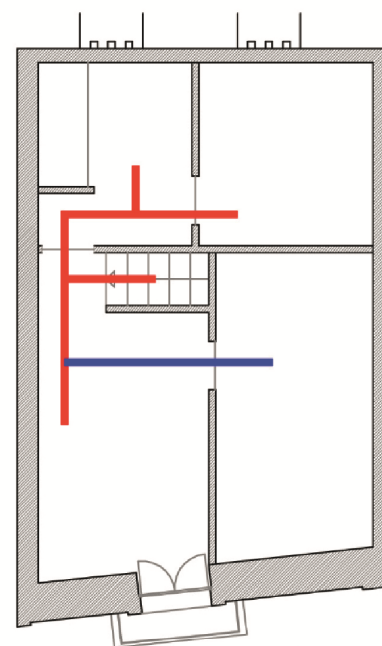
CIRCULAÇÃO

LEGENDA:

- circulação pública
- circulação privada



PLANTA DO PISO 0



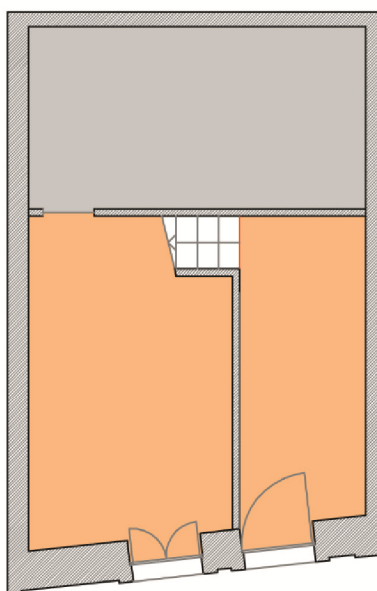
PLANTA DO PISO 1

As plantas de circulação permitem compreender o acesso privado e público que compõem a habitação.

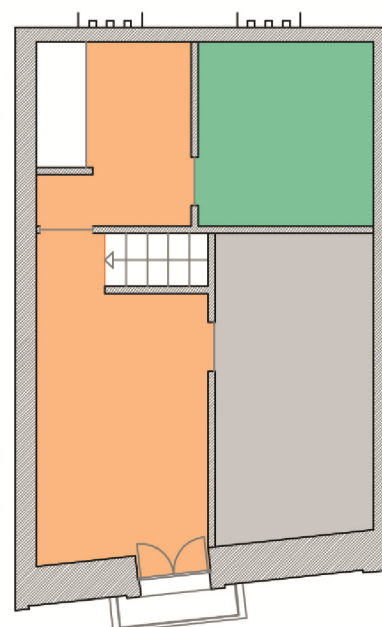
No Piso 0 existe claramente uma área de circulação pública maior que a área de circulação privada. No Piso 1 existe também uma área maior de circulação pública que privada.

Na análise das plantas de configuração espacial, o Piso 0 possui a maior área de ocupação pública à semelhança do Piso 1 e uma área média de ocupação de espaço de higiene.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL



PLANTA DO PISO 0



PLANTA DO PISO 1

0 1 2 3 4m

LEGENDA:

- espaço público
- espaço privado
- espaço de higiene

ANÁLISE DO EXISTENTE**Estudo de caso 2**

Descrição	Habitação
Tipologia	<p>Está inserido num lote medieval estreito e comprido com 6 metros de largura de fachada e 14 metros de comprimento.</p> <p>Apresenta uma habitação caracterizada por dois pisos.</p> <p>A habitação apresenta dois pisos e uma fachada que se encontra virada para a rua do Tourinho e que se encontra enquadrada com o perfil da rua. A fachada é de alvenaria de pedra e é composta por, no piso térreo com duas portas, uma que dá acesso ao piso térreo e outra ao piso 1. O piso 1 contém uma varanda com porta de duas folhas e uma janela de guilhotina.</p> <p>A cobertura é de quatro águas e de telha canudo.</p>
Programa	O piso térreo é composto por uma sala e cozinha e um vão de escadas que faz ligação ao piso 2. Este é composto por uma sala, cozinha, quarto e uma instalação sanitária
Circulação	Espaços compartimentados
Configuração Espacial	<p>Espaço Público/Privado</p> <p>Diferenciação de espaço público e privado.</p>
Materiais	<p>Fachada de pedra e os vãos são compostos por madeira pintada de castanho.</p> <p>Estrutura de vigas e vigotas de madeira.</p> <p>Cobertura com vigas de madeira e pavimento de madeira.</p> <p>✕ Materiais leves</p>

Conforto Esta habitação não apresenta condições de conforto.

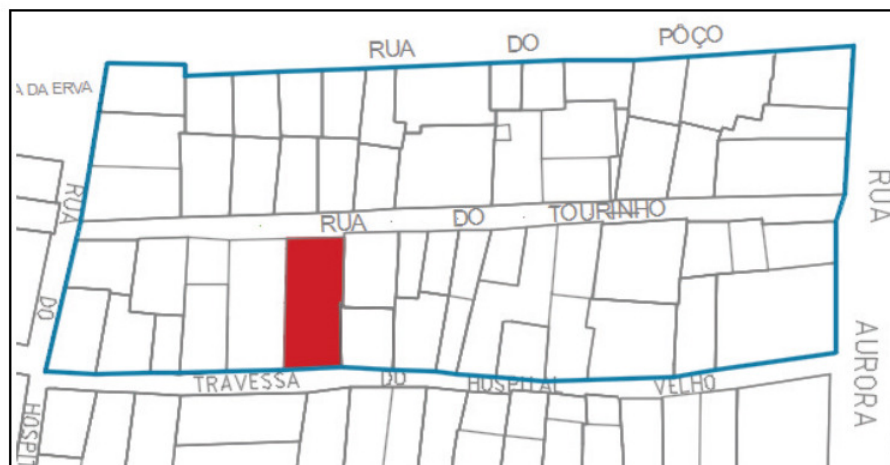
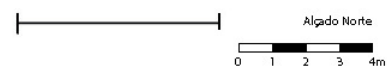
- ✕ Luz natural
- ✕ Ventilação natural
- ✕ Isolamento térmico

Flexibilidade Esta habitação não apresenta condições de flexibilidade.

- ✕ Estruturas rígidas
- ✕ Elementos divisórios rígidos

Adaptabilidade Esta habitação não apresenta adaptabilidade aos usos do quotidiano.

- ✕ Não se adequa aos modos de vida actual

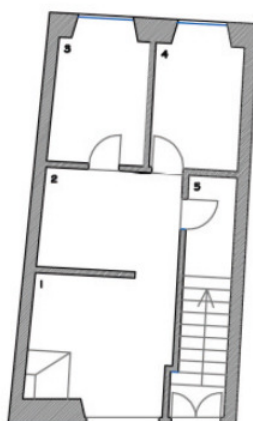
CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO
 RUA DO TOURINHO

FICHA DE HABITAÇÃO
 ESTUDO DE CASO Nº3 - EXISTENTE

CARACTERÍSTICAS:
Época de construção: 1900

Estado de Conservação: Mau

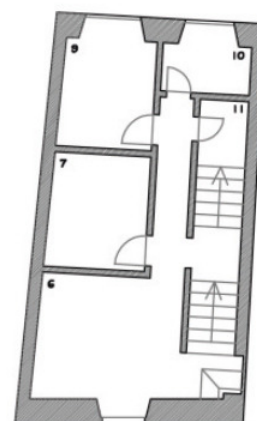
Área Bruta: 191 m²
Nº de Pisos: 3 Pisos + Recuado

Uso: Habitação

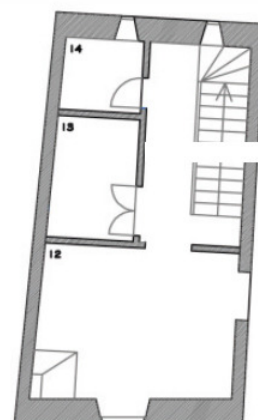
O estudo de caso nº 3 refere-se à habitação tradicional urbana caracterizada pelo elemento de fachada com 6 metros de largura e constituída por quatro pisos e três fracções. Neste estudo de caso foi apenas analisada a parte existente, não havendo proposta de intervenção de reabilitação.



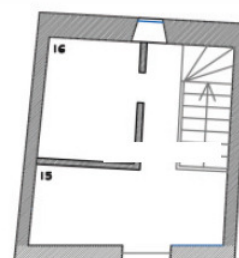
Planta do Piso 0



Planta do Piso 1



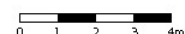
Planta do Piso 2

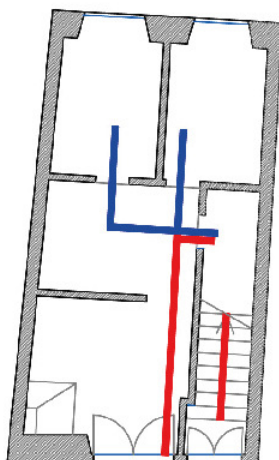


Planta do Piso 3

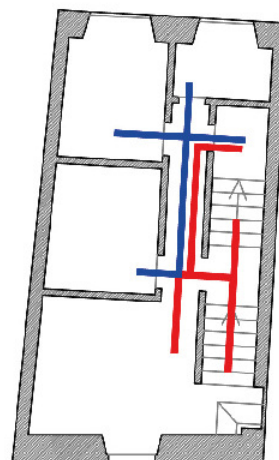
LEGENDA:

- | | |
|--------------------------|----------------------|
| 1 - Cozinha | 9 - Quarto 4 |
| 2 - Sala | 10 - Inst. Sanitária |
| 3 - Quarto | 11 - Armazém |
| 4 - Quarto 1 | 12 - Cozinha/Sala |
| 5 - Instalação Sanitária | 13 - Quarto 5 |
| 6 - Cozinha/Sala | 14 - Inst. Sanitária |
| 7 - Quarto 2 | 15 - Sala |
| 8 - Quarto 3 | 16 - Cozinha |

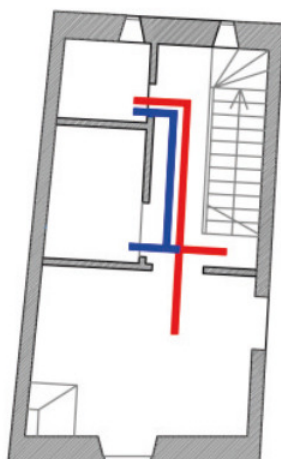


CIRCULAÇÃO

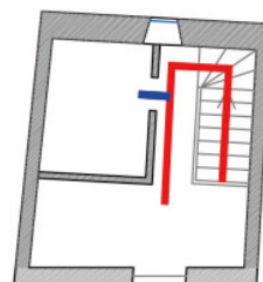
Planta do Piso 0



Planta do Piso 1



Planta do Piso 2



Planta do Piso 3

As plantas de circulação permitem compreender os diferentes acessos entre espaço público e privado.

O piso térreo caracterizado por duas entradas o que permite o acesso público e e que dão acesso a duas áreas de acesso privado.

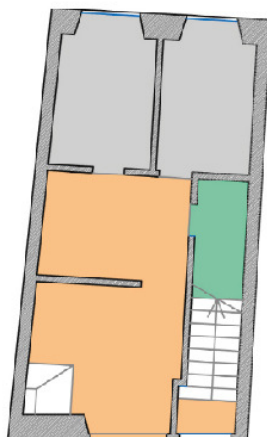
O piso 1 corresponde à 2ª fracção onde o acesso público dá acesso a dois espaços e os três restantes compartimentos são de acesso privado.

O piso 2 e 3, a última fracção, o acesso público dá acesso a três espaços e os dois restantes compartimentos são de acesso privado.

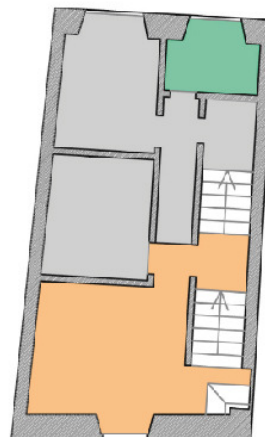
LEGENDA:

- CIRCULAÇÃO PÚBLICA
- CIRCULAÇÃO PRIVADA

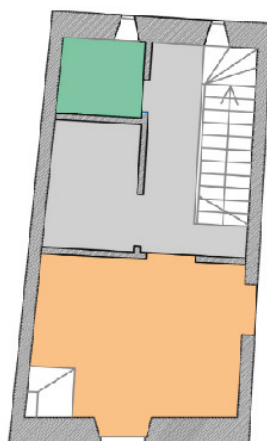
0 1 2 3 4m

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

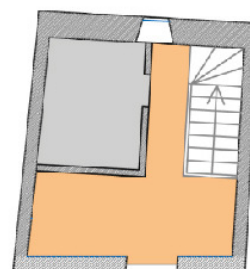
Planta do Piso 0



Planta do Piso 1



Planta do Piso 2



Planta do Piso 3

As plantas de configuração espacial permitem compreender a dimensão das áreas de uso privado, público e de higiene.

O piso térreo caracterizado por duas áreas de uso público, duas áreas de uso privado e uma área de uso higiénico.

O piso 1 é caracterizado por uma área de uso público, três áreas de uso privado e uma área de uso higiénico.

O piso 2 e 3, a última fracção, caracterizado por duas áreas de uso público, duas áreas de uso privado e uma área de uso higiénico..

LEGENDA:

- ESPAÇO PÚBLICO
- ESPAÇO PRIVADO
- ESPAÇO DE HIGIENE

0 1 2 3 4m

ANÁLISE DO EXISTENTE**Estudo de caso 3**

Descrição	Habitação
Tipologia	<p>Está inserido num lote medieval estreito e comprido com 6 metros de largura de fachada e 14 metros de comprimento.</p> <p>Apresenta uma habitação caracterizada por quatro pisos e três fracções. Neste estudo de caso foi apenas analisada a parte existente, não havendo proposta de intervenção de reabilitação.</p> <p>O edifício caracteriza-se por fachada estreita de reboco pintado, apresenta-se com duas varandas, quatro portas de folha dupla e duas janelas de folha dupla todas de caixilharia de madeira pintada. A cobertura é de quatro águas e de telha canudo.</p>
Programa	<p>Esta habitação é constituída por dois pontos de entrada, uma para a habitação do piso térreo e outra para os restantes pisos. Tem características de lote estreito e comprido.</p> <p>O piso térreo é caracterizado pela 1ª fracção, composta pela sala e cozinha separadas por uma parede rígida, dois quartos e uma instalação sanitária.</p> <p>O piso 1 corresponde à 2ª fracção e é constituído por um elemento comum de sala e cozinha, por três quartos e por uma instalação sanitária.</p> <p>O piso 2, a última fracção, é constituído por sala e cozinha comum, um quarto e uma instalação sanitária; o último piso foi destinado para uma sala e uma segunda cozinha.</p>

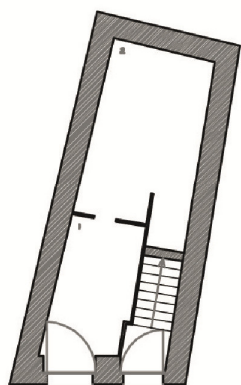
Circulação	Espaços compartimentados
Configuração espacial	<p>Espaço Público/Privado</p> <p>Diferenciação de espaço público e privado</p>
Materiais	<p>Fachada de reboco pintado a branco e vãos de madeira pintada de verde e branco.</p> <p>Estrutura de vigas e vigotas de madeira.</p> <p>Cobertura com vigas de madeira e pavimento de madeira.</p> <ul style="list-style-type: none">✕ Materiais leves
Conforto	<p>Esta habitação tem compartimentos que não apresenta condições de conforto.</p> <ul style="list-style-type: none">✕ Luz natural✕ Ventilação natural✕ Isolamento térmico
Flexibilidade	<p>Esta habitação não apresenta condições de flexibilidade.</p> <ul style="list-style-type: none">✕ Estruturas rígidas✕ Elementos divisórios rígidos
Adaptabilidade	<p>Esta habitação não apresenta adaptabilidade aos usos do quotidiano.</p> <ul style="list-style-type: none">✕ Não se adequa aos modos de vida actual✕

CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO
RUA DO TOURINHO
FICHA DE HABITAÇÃO
ESTUDO DE CASO Nº4 - EXISTENTE

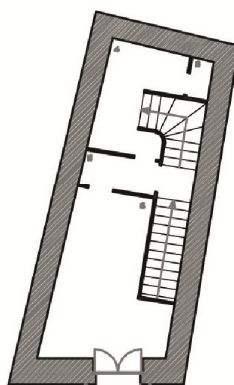
CARACTERÍSTICAS:

Época de construção: 1895
Estado de Conservação: Razoável
Área Bruta: 169 m²
Nº de Pisos: 3 Pisos
Uso: Habitação

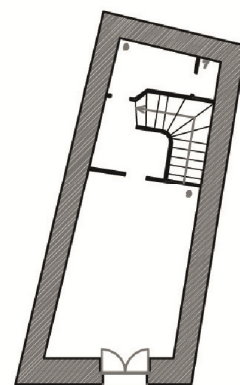
O estudo de caso nº 4 refere-se à habitação tradicional urbana caracterizada pelo elemento de fachada com 6 metros de largura. Esta habitação constitui dois pontos de entrada, uma para a habitação do Piso 0 e outra para os restantes pisos. Tem características de lote estreito e comprido. Neste estudo de caso só existe a parte existente. É uma habitação constituída por três pisos em que o piso 0 é caracterizado pela sala e cozinha enquanto que os restantes pisos são idênticos e são constituídos pela sala, cozinha e instalação sanitária.



Planta do Piso 0



Planta do Piso 1



Planta do Piso 2

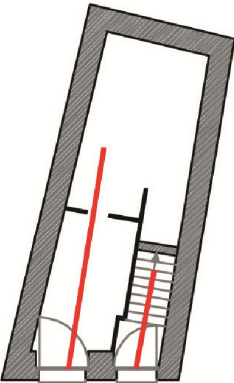

LEGENDA:

- 1 - Sala
- 2 - Cozinha
- 3 - Inst. Sanitária
- 4 - Cozinha
- 5 - Sala
- 6 - Inst. Sanitária
- 7 - Cozinha
- 8 - Sala

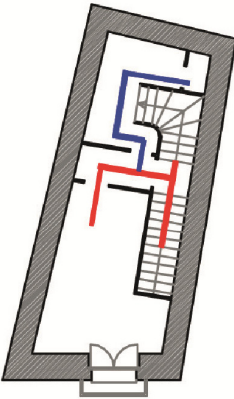
CIRCULAÇÃO

LEGENDA:

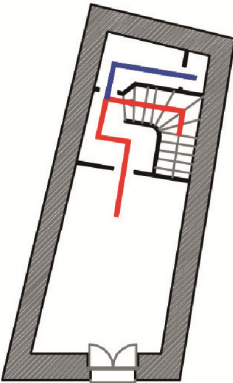
- CIRCULAÇÃO PÚBLICA
- CIRCULAÇÃO PRIVADA



Planta do Piso 0



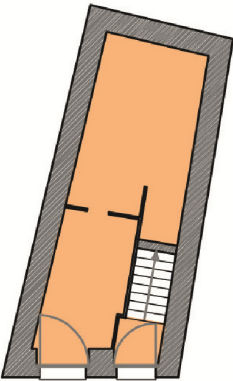
Planta do Piso 1



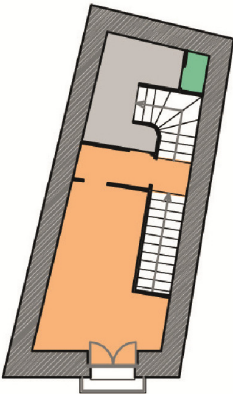
Planta do Piso 2

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

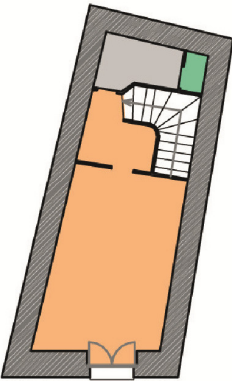
- ESPAÇO PÚBLICO
- ESPAÇO PRIVADO
- ESPAÇO DE HIGIENE



Planta do Piso 0



Planta do Piso 1



Planta do Piso 2

ANÁLISE DO EXISTENTE**Estudo de caso 4**

Descrição	Comércio/ Habitação
Tipologia	<p>Está inserido num lote medieval estreito e comprido com 6 metros de largura de fachada e 14 metros de comprimento.</p> <p>O edifício é caracterizado por fachada estreita de reboco pintado a branco com uma varanda e três portas. No piso térreo tem duas portas de folhas simples, no piso 1 uma de folha dupla de acesso à varanda no piso 2 uma janela de folha dupla. Todos os vãos da fachada têm caixilharia de madeira pintada. A cobertura é de quatro águas e de telha canudo.</p>
Programa	<p>Esta habitação é constituída por três pisos. O piso térreo é caracterizado por duas entradas, uma de acesso directo ao uso de comércio e outra de acesso a um vão de escadas com ligação à habitação do piso 1.</p> <p>O piso 1 é composto pela sala, cozinha e uma instalação sanitária. O vão de escadas faz a ligação com o piso 2 e é composto por mais uma cozinha e um quarto.</p>
Circulação	Espaços compartimentados
Configuração Espacial	<p>Espaço Público/Privado</p> <p>Diferenciação de espaço público e privado</p>
Materiais	<p>Fachada de reboco pintado a branco e vãos de madeira pintada de vermelho.</p> <p>Estrutura de vigas e vigotas de madeira. A cobertura é composta por vigas de madeira e pavimento de madeira.</p> <p>✕ Materiais leves</p>

Conforto Esta habitação é constituída por compartimento que não apresentam condições de conforto.

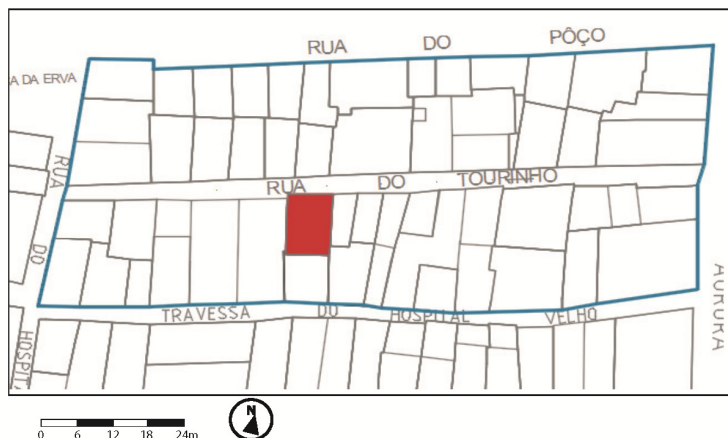
- ✕ Luz natural
- ✕ Ventilação natural
- ✕ Isolamento térmico

Flexibilidade Esta habitação não apresenta condições de flexibilidade.

- ✕ Estruturas rígidas
- ✕ Elementos divisórios rígidos

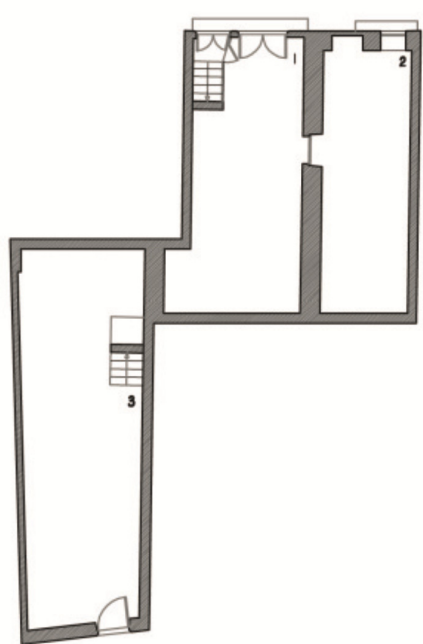
Adaptabilidade Esta habitação não apresenta adaptabilidade aos usos do quotidiano.

- ✕ Não se adequa aos modos de vida actual

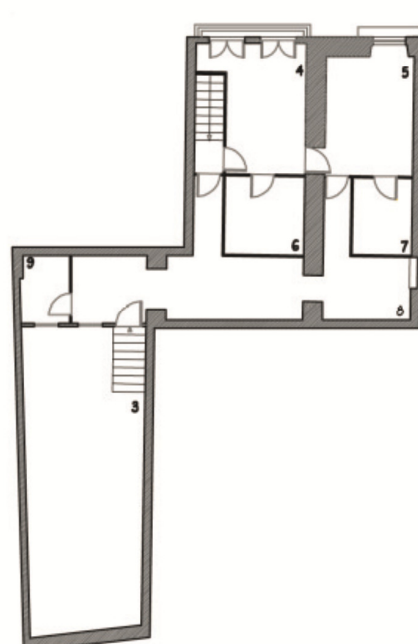
CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO
RUA DO TOURINHO
FICHA DE HABITAÇÃO
ESTUDO DE CASO Nº5 - EXISTENTE

CARACTERÍSTICAS:

Época de construção: 1900
Estado de Conservação: Razoável
Área Bruta: 160 m²
Nº de Pisos: 2 Pisos
Uso: Habitação

O estudo de caso nº 5 refere-se à habitação tradicional urbana e ocupa um lote. Esta habitação antes de sofrer alterações de reabilitação tinha como fachada principal a rua da Amália, paralela à rua do Tourinho e era caracterizada por uma frente mais larga que o normal. O logradouro está virado para a rua em estudo - Rua do Tourinho. No Piso 0 encontra-se a sala virada para a fachada principal, uma cozinha e o logradouro. No Piso 1 dispõem-se quatro quartos, uma instalação sanitária, uma cozinha mais pequena e umas escadas exteriores de acesso ao logradouro.



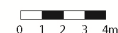
Planta do Piso 0



Planta do Piso 1

LEGENDA:

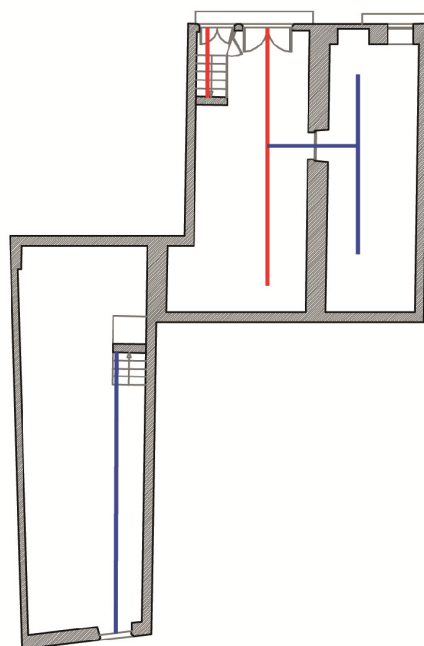
- | | |
|----------------|---------------------|
| 1 - Sala | 6 - Quarto 2 |
| 2 - Cozinha | 7 - Quarto 3 |
| 3 - Logradouro | 8 - Cozinha 2 |
| 4 - Quarto | 9 - Inst. Sanitária |
| 5 - Quarto 1 | |



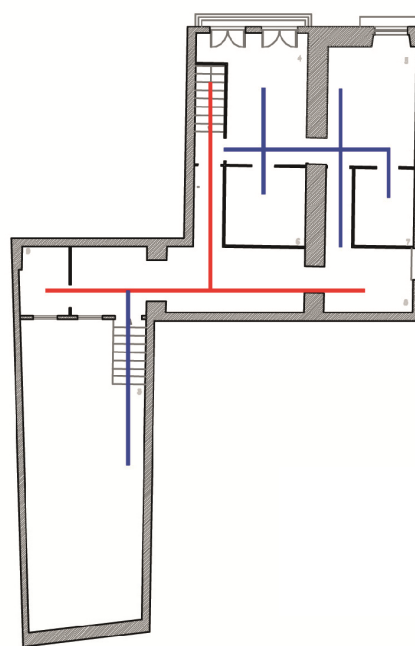
CIRCULAÇÃO:

LEGENDA:

- CIRCULAÇÃO PI
■ CIRCULAÇÃO PF



Planta do Piso 0



Planta do Piso 1

CARACTERÍSTICAS:

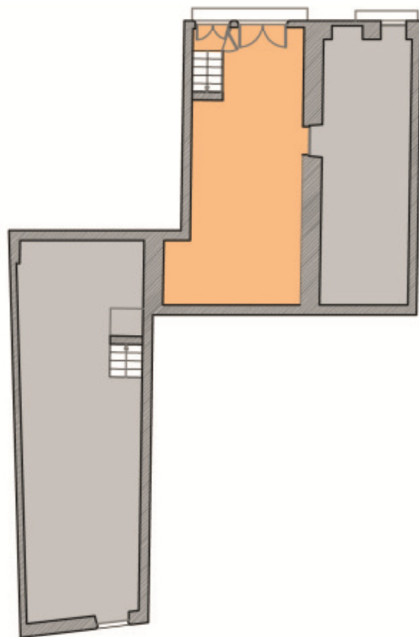
Época de construção: 1900
Estado de Conservação: Razoável
Área Bruta: 160 m²
Nº de Pisos: 2 Pisos
Uso: Habitação

As plantas de circulação permitem compreender o acesso privado e público que compõem a habitação.

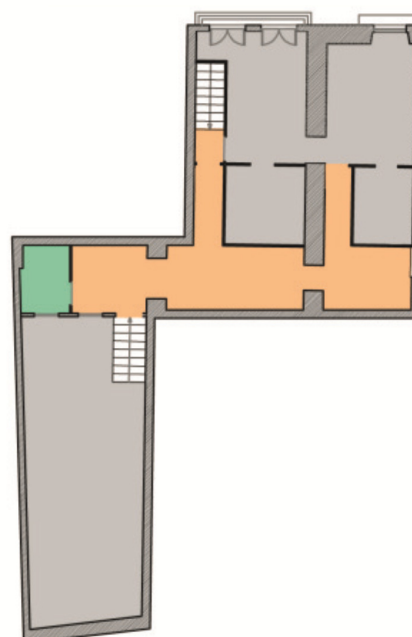
No Piso 0 existe claramente uma área de circulação pública e duas de circulação privada que pertencem aos espaços mais íntimos da habitação doméstica. No caso de estudo nº 2, no Piso 1 existem dois eixos principais que permitem a circulação pública e que se ramificam para a circulação privada.

Na análise das plantas de configuração espacial o Piso 0 tem claramente uma área maior de espaço privado que público, já no Piso 1 pode-se dizer que ocupa uma área relativamente idêntica aos espaços privados e públicos e uma área pequena de higiene.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL



Planta do Piso 0



Planta do Piso 1

LEGENDA:

- ESPAÇO PÚBLICO
 ■ ESPAÇO PRIVADO
 ■ ESPAÇO DE HIGIENE

0 1 2 3 4m

ANÁLISE DO EXISTENTE**Estudo de caso 5**

Descrição	Habitação
Tipologia	Esta habitação ocupa dois lotes de tipologia medieval, estreito e comprido.
Programa	<p>Esta habitação é constituída por dois pontos de entrada, uma que fazia a ligação directa à sala para receberem as visitas, a outra dava acesso ao piso 1 mas com uma ligação ao Piso 0 através de uma porta de separação.</p> <p>A circulação interna vertical é realizada através de um vão de escadas que permite a ligação entre pisos.</p> <p>O piso térreo é composto pela sala, o compartimento mais importante da habitação doméstica urbana que ficava voltada para a rua de forma a poder receber as visitas. A cozinha era o compartimento que ficava voltado para a outra extremidade do lote. O logradouro era um dos espaços maiores da habitação onde antigamente usavam para guardar animais.</p> <p>No piso 1 dispõe de três quartos, uma instalação sanitária e uma cozinha. A instalação sanitária e o quarto da criada ficavam voltados para as traseiras.</p>
Circulação	Espaços compartimentados
Configuração espacial	<p>Espaço Público/Privado</p> <p>Diferenciação de espaço público e privado</p>
Materiais	<p>Fachada de reboco pintado a branco e vãos de madeira pintada de vermelho.</p> <p>Estrutura de vigas e vigotas de madeira.</p>

Cobertura com vigas de madeira e pavimento de madeira.

- ✕ Materiais leves

Conforto Esta habitação é constituída por compartimento que não apresentam condições de conforto.

- ✕ Luz natural
- ✕ Ventilação natural
- ✕ Isolamento térmico

Flexibilidade Esta habitação não apresenta condições de flexibilidade.

- ✕ Estruturas rígidas
- ✕ Elementos divisórios rígidos

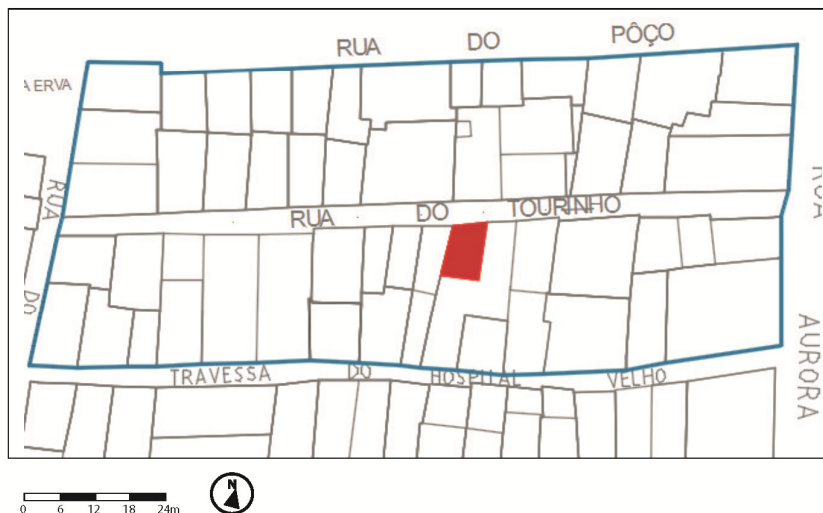
Adaptabilidade Esta habitação não apresenta adaptabilidade aos usos do quotidiano.

- ✕ Não se adequa aos modos de vida actual

4.3.2.2 Análise da Intervenção

CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO
RUA DO TOURINHO

FICHA DE HABITAÇÃO
ESTUDO DE CASO Nº1 - INTERVENÇÃO



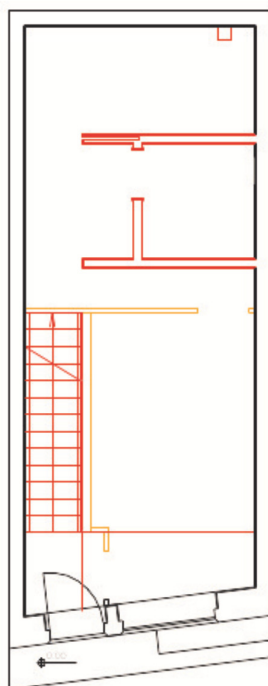
CARACTERÍSTICAS:

Época de Intervenção: 2003

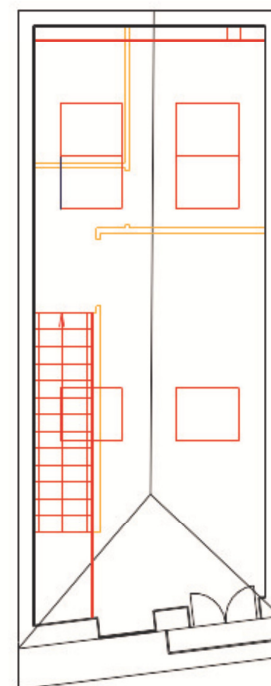
Área Bruta: 60m²

Nº de Pisos: 2 Pisos

Novo Uso: Atelier



Planta do Piso 0



Planta do Piso 1

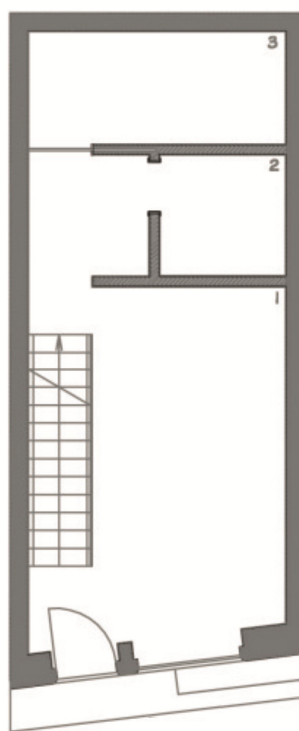
LEGENDA:

- Intervenção
- Existente

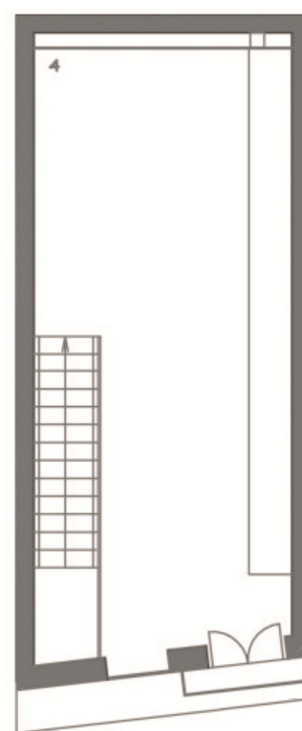
Plantas
 0 1 2 3 4m

**CARACTERÍSTICAS:****Época de Intervenção:** 2003**Estado de Conservação:** Bom**Área Bruta:** 60m²**Nº de Pisos:** 2 Pisos**Novo Uso:** Atelier

Esta habitação foi reabilitada e transformada num Atelier de Arquitectura. A sua organização interior sofreu algumas alterações nomeadamente no Piso 0. Este piso é composto por um espaço versátil que tem como funções o atendimento ao público e a sala de reuniões. Possui também uma instalação sanitária e uma área de arrumos de apoio ao Atelier. O vão de escadas posiciona-se no mesmo espaço inicial e permite a comunicação entre pisos. No Piso 1 encontra-se a área de local de trabalho que possui uma configuração espacial tipo “open-space” que permite uma maior flexibilidade de organização.



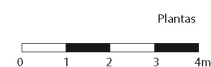
Planta do Piso 0



Planta do Piso 1

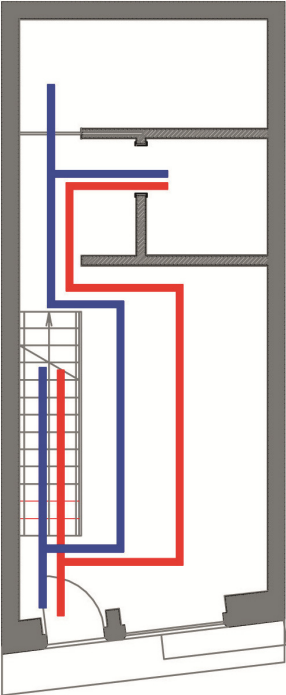
LEGENDA:

- 1 - Sala de Reuniões
- 2 - Inst. Sanitária
- 3 - Arrumos de Apoio ao Atelier
- 4 - Espaço de Trabalho

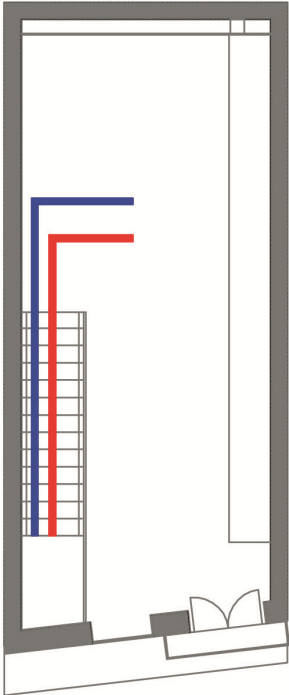


CIRCULAÇÃO

- LEGENDA:
- circulação pública
 - circulação privada



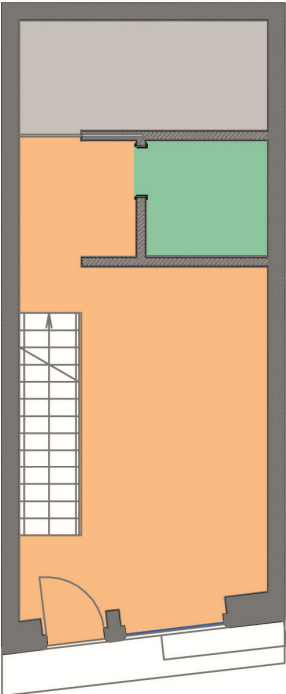
Planta do Piso 0



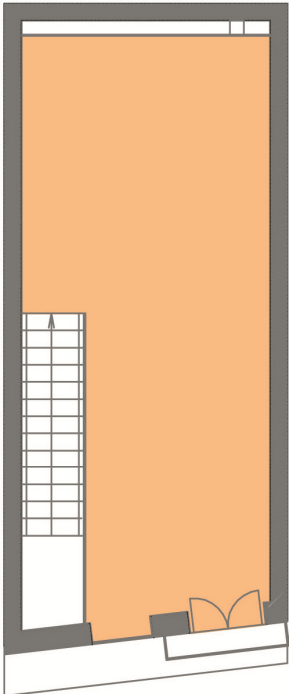
Planta do Piso 1

As Plantas de circulação fazem a distinção entre a circulação pública e privada. No Piso 0 a circulação é de uma forma geral pública, uma vez que se está perante um espaço de serviço público, com a excepção da área de arrumos que se destinam a uso privado. O Piso 1 destina-se ao uso privado, como zona de área de trabalho.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL



Planta do Piso 0



Planta do Piso 1

- LEGENDA:
- ESPAÇO PÚBLICO
 - ESPAÇO PRIVADO
 - ESPAÇO DE HIGIENE



ANÁLISE DA INTERVENÇÃO**Estudo de caso 1**

Descrição	Atelier de Arquitectura
Tipologia	<p>Está inserido num lote medieval estreito e comprido com 6 metros de largura de fachada e ... metros de comprimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Na fachada principal foi mantida a traça original ✓ O alçado do atelier integra-se no meio envolvente mantendo os ritmos das janelas contínuas tradicionais.
Programa	<p>O atelier é composto por dois pisos e manteve o traço da fachada antiga. Os piso térreo e apresenta uma sala de reuniões, uma área privativa de arquivo e uma instalação sanitária de serviço. Este é caracterizado por uma área ampla e ausência de elementos fixos e apresenta a sala de trabalho comum. A leitura entre pisos é feita através de um vão de escadas que faz ligação ao Piso 1.</p> <p>O atelier é caracterizado de fachada estreita em pedra, no piso 1 a casa contém uma varanda com porta de duas folhas e uma janela de guilhotina. No piso 0 o alçado apresenta dois vãos através de três portas, uma de folha única e a outra de folha dupla, todas de caixilharia de madeira pintada. A cobertura é de quatro águas e de telha canudo.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa definido e bem estruturado ✓ Cumpre o regulamento de Materiais e política de acabamentos (segundo o Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo, publicado no D.R. II Série, n.º 183 de 9 de Agosto de 2002)
Circulação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Espaços de circulação simples e funcionais
Configuração Espacial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diferenciação de espaço público e privado

Materiais Utilizou perfis metálicos para a estrutura, materiais sóbrios, como madeira de pinho ripada no pavimento permitindo a sensação de continuidade, escadas suspensas de estrutura em ferro, revestidas a madeira de pinho possibilitando a entrada de luz entre pisos.

Paredes e tectos pintados de branco aproveitando o máximo de luminosidade e criando espaços mais amplos.

Nas divisórias utilizou gesso cartonado introduzindo a flexibilidade entre espaços.

As caixilharias, apesar de manterem a aparência original, possuem vidros duplos para um melhor isolamento interior.

- ✓ Materiais flexíveis: ferro, betão, madeiras e gesso cartonado.

Conforto A reabilitação foi desenhada e construída de forma que o conforto fosse um elemento primordial para a utilização do espaço. Desta forma, o arquitecto aproveitou a cobertura para aproveitar a entrada de luz e a ventilação natural abrindo 6 janelas.

Utilizou impermeabilização contra a humidade até ao conforto térmico e acústico

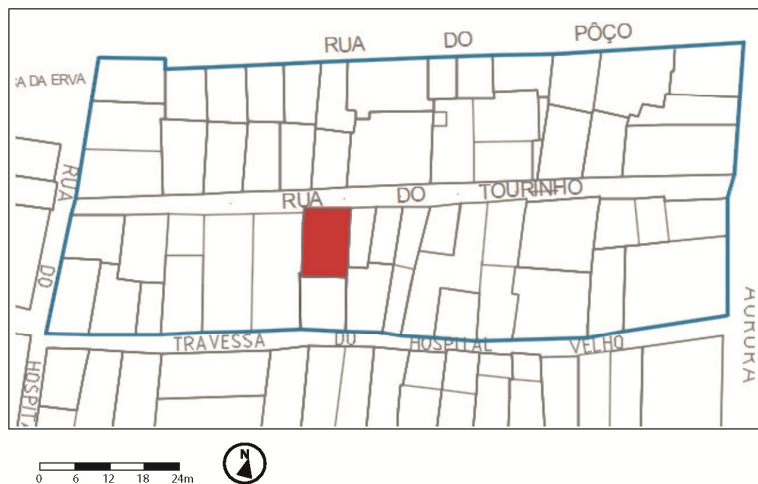
- ✓ Luz natural
- ✓ Ventilação
- ✓ Conforto térmico e acústico

Flexibilidade O arquitecto projectou áreas com espaços amplos e rejeitou a introdução de elementos fixos e rígidos, optando por espaços tipo “open-space”, permitindo maior flexibilidade.

- ✓ Espaços amplos

Adaptabilidade

- ✓ Adapta-se ao uso do quotidiano

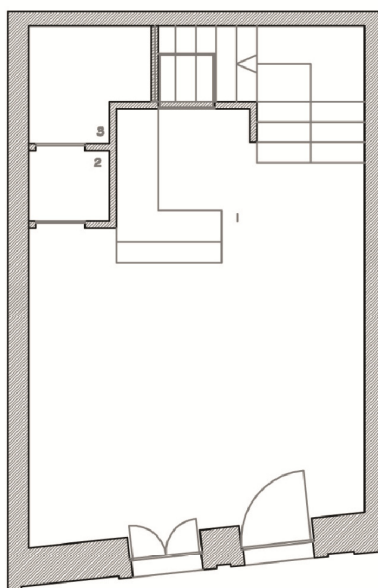
CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO
RUA DO TOURINHOFICHA DE HABITAÇÃO
ESTUDO DE CASO Nº2 - INTERVENÇÃO

CARACTERÍSTICAS:

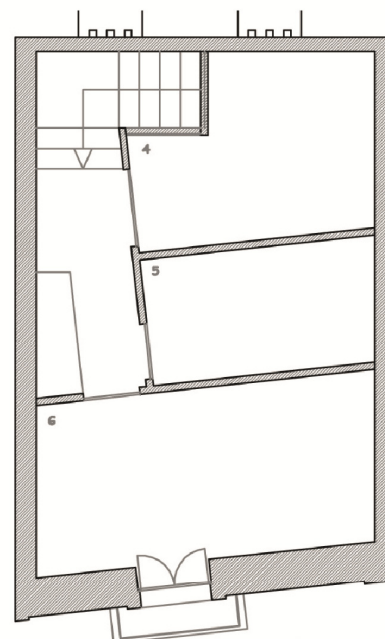
Época de Construção: 2000
Estado de Conservação: Bom
Área Bruta: 81m²
Nº de Pisos: 2 Pisos
Uso: Habitação

O estudo de caso nº 2 relativamente ao que existe de proposta de reabilitação apresentado nas plantas revela uma preocupação quer de aproveitamento de espaço, quer de aproveitamento de luz natural. O Piso 1 é caracterizado por uma área comum entre sala e cozinha, espaço flexível acompanhando as novas formas de habitar o espaço doméstico urbano, uma antecâmara de acesso à instalação sanitária e um vão de escadas de acesso ao Piso 1. Este possui dois quartos e uma instalação sanitária com o aproveitamento do espaço corredor para armários.

PLANTAS



PLANTA DO PISO 0



PLANTA DO PISO 1

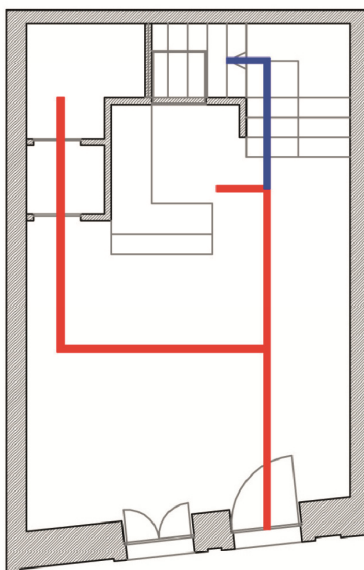


LEGENDA:

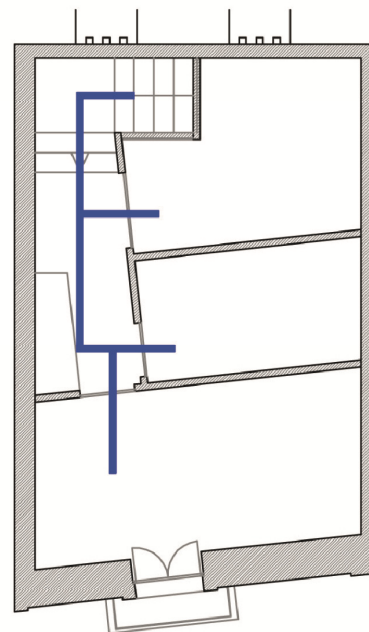
- 1 - Sala/Cozinha
- 2 - Antecâmara
- 3 - Inst. Sanitária
- 4 - Quarto
- 5 - Inst. Sanitária
- 6 - Quarto 1

CIRCULAÇÃO**LEGENDA:**

- circulação pública
- circulação privada



PLANTA DO PISO 0



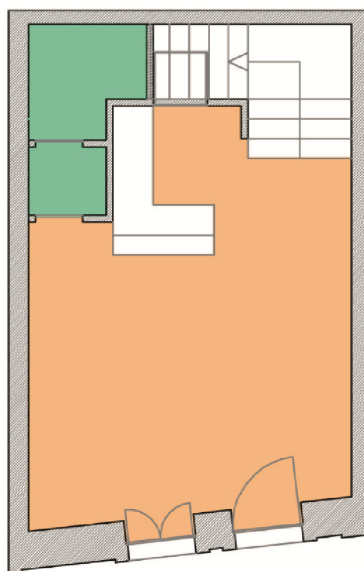
PLANTA DO PISO 1

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

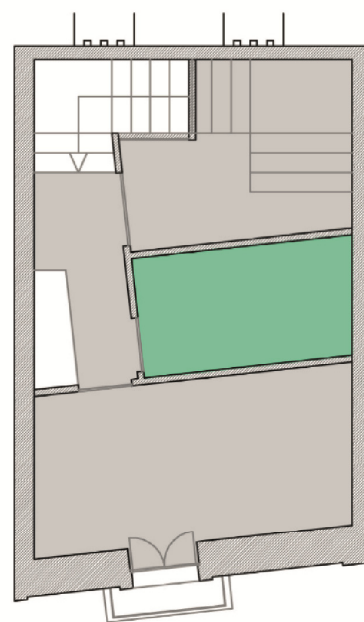
As plantas de circulação permitem verificar o acesso privado e público que compõe esta habitação adaptada às novas formas de habitar o espaço doméstico urbano.

No Piso 0 prevalece a área de circulação pública, em relação à área de circulação privada. Estes dados esclarecem, que o Piso 0 destina-se à circulação de espaço público, ao contrário do Piso 1 que se destina somente à circulação privada.

Na análise das plantas de configuração espacial o Piso 0 possui uma maior área de espaço público e uma área média de espaço de higiene, ao contrário do Piso 1 que ocupa uma área considerada de uso privado e de espaço de higiene.



PLANTA DO PISO 0



PLANTA DO PISO 1

LEGENDA:

- espaço público
- espaço privado
- espaço de higiene

ANÁLISE DA INTERVENÇÃO**Estudo de caso 2**

Descrição	Habitação
Tipologia	<p>Está inserido num lote medieval estreito e comprido com 6 metros de largura de fachada e 12 metros de comprimento.</p> <p>Estudo de caso nº 2 apresenta uma proposta de reabilitação. A proposta é caracterizada por configurações espaciais de uso público no piso térreo e de uso privativo no piso 1.</p> <p>Caracterizada por fachada estreita de reboco pintado a branco tem uma varanda e três portas, uma de uma folha e as restantes de duas folhas, todas de caixilharia de madeira pintada. A cobertura é de quatro águas e de telha canudo.</p>
Programa	<p>O piso térreo é caracterizado por uma área comum entre sala e cozinha, uma antecâmara de acesso à instalação sanitária e um vão de escadas que faz a ligação entre pisos.</p> <p>O piso 1 é composto por dois quartos e uma instalação sanitária com o aproveitamento de colocação de armários de arrumos, no corredor.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa definido e bem estruturado ✓ Cumpre o regulamento de Materiais e política de acabamentos (segundo o Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo, publicado no D.R. I Série, n.º 183 de 9 de Agosto de 2002)
Circulação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Espaços de circulação simples e funcionais
Configuração espacial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diferenciação de espaço público e privado

Materiais

Utilizou perfis metálicos para a estrutura e materiais sóbrios.

Paredes e tectos pintados de branco aproveitando o máximo de luminosidade e criando espaços mais amplos.

Nas divisórias utilizou gesso cartonado introduzindo a flexibilidade entre espaços.

As caixilharias, apesar de manterem a aparência original, possuem vidros duplos para um melhor isolamento interior.

- ✓ Materiais flexíveis: ferro, betão, madeiras e gesso cartonado.

Conforto

A reabilitação foi desenhada e construída de forma que o conforto fosse um elemento primordial para a utilização do espaço. Desta forma, o arquitecto preocupou-se no aproveitamento da luz e ventilação naturais na cobertura e na criação de espaços flexíveis tipo “open-space” e na aplicação de materiais leves.

Na cobertura inseriu janelas para iluminação dos espaços que não tinham nem luz nem ventilação natural.

Utilizou impermeabilização contra a humidade até ao conforto térmico e acústico.

- ✓ Luz natural
- ✓ Ventilação
- ✓ Conforto térmico e acústico

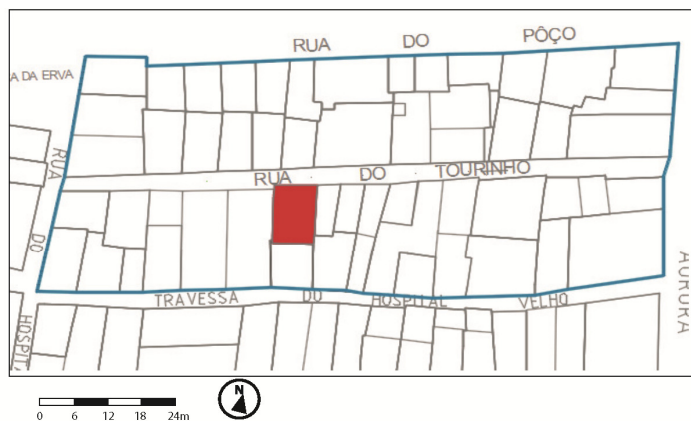
Flexibilidade

O arquitecto projectou áreas com espaços amplos e rejeitou a introdução de elementos fixos e rígidos, optando por espaços tipo “open-space”, permitindo maior flexibilidade.

- ✓ Espaços amplos

Adaptabilidade

- ✓ Adapta-se ao uso do quotidiano

CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO
RUA DO TOURINHO
FICHA DE HABITAÇÃO
ESTUDO DE CASO Nº5 - INTERVENÇÃO

CARACTERÍSTICAS:
Época de Construção: 1900

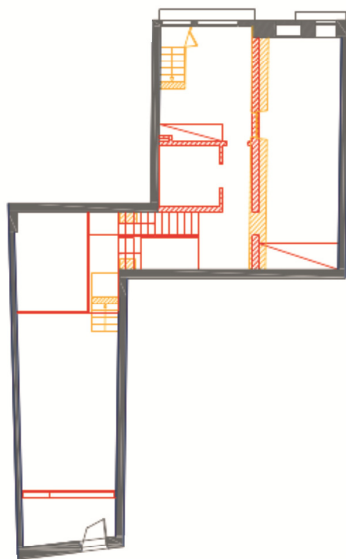
Época de Intervenção: 2002

Estado de Conservação: Razoável

Área Bruta: 160m²
Nº de Pisos: 2 Pisos

Uso Habitação: Habitação

O estudo de caso nº 5 refere-se à habitação tradicional urbana e ocupa um lote. Esta habitação antes de sofrer alterações de reabilitação tinha como fachada principal a rua da Amália, paralela à rua do Tourinho e era caracterizada por uma frente mais larga que o normal. O logradouro está virado para a rua em estudo - Rua do Tourinho. No Piso 0 encontra-se a sala virada para a fachada principal, uma cozinha e o logradouro. No Piso 1 dispõem-se quatro quartos, uma instalação sanitária, uma cozinha mais pequena e umas escadas exteriores de acesso ao logradouro.



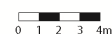
Planta do Piso 0



Planta do Piso 1

LEGENDA:

- Intervenção
- Existente



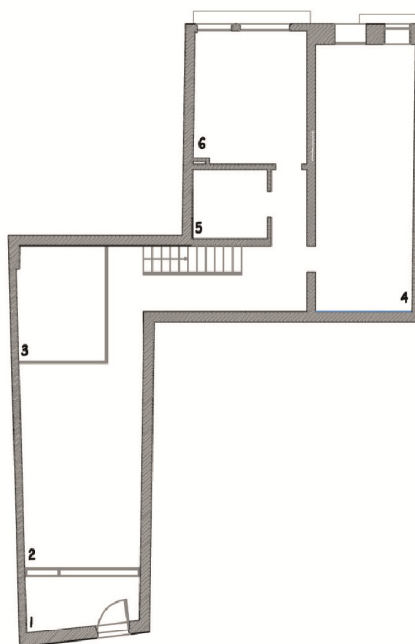


CARACTERÍSTICAS:

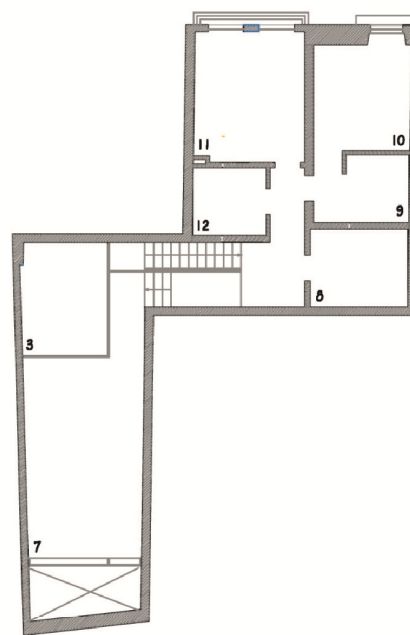
Época de construção: 2002
Estado de Conservação: Bom
Área Bruta: 150 m²
Nº de Pisos: 2 Pisos
Uso: Habitação

A reabilitação desta habitação sofreu algumas transformações inclusiva na alteração da fachada principal passar para a Rua do Tourinho.

O Piso 0 apresenta um primeiro Hall exterior que se prolonga para um segundo Hall interior que funciona como uma área versátil servindo também como espaço de brincadeira para as crianças. Neste mesmo Piso encontra-se um pátio exterior, que facilita a entrada de luz natural, dois quartos e uma instalação sanitária. No Piso 1 é acedido de dois lanços de escadas e é constituído por uma sala, uma cozinha, uma instalação sanitária e dois quartos onde um deles possui um closet.



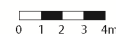
Planta do Piso 0

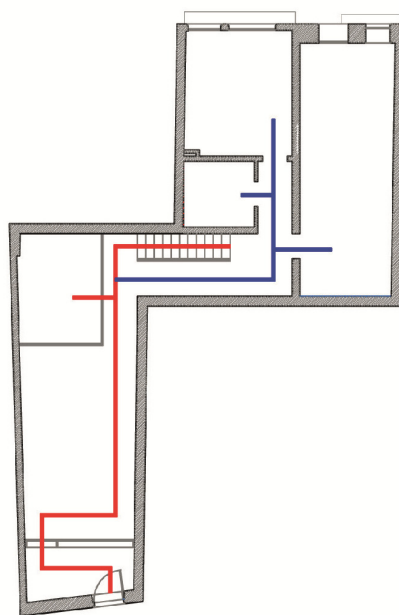


Planta do Piso 1

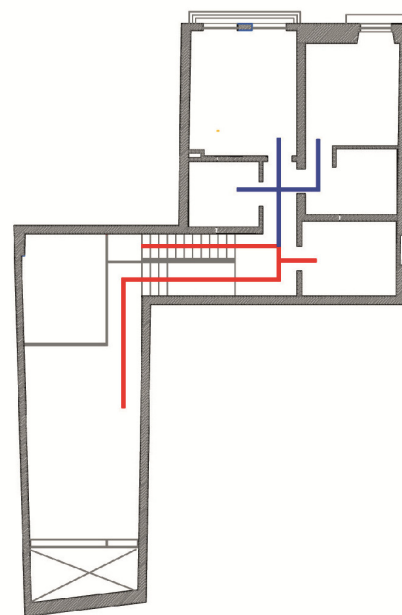
LEGENDA:

- | | |
|-----------------|---------------------|
| 1 - Sala | 6 - Quarto 2 |
| 2 - Cozinha | 7 - Quarto 3 |
| 3 - Longradouro | 8 - Cozinha 2 |
| 4 - Quarto | 9 - Inst. Sanitária |
| 5 - Quarto 1 | |



CIRCULAÇÃO:

Planta do Piso 0



Planta do Piso 1

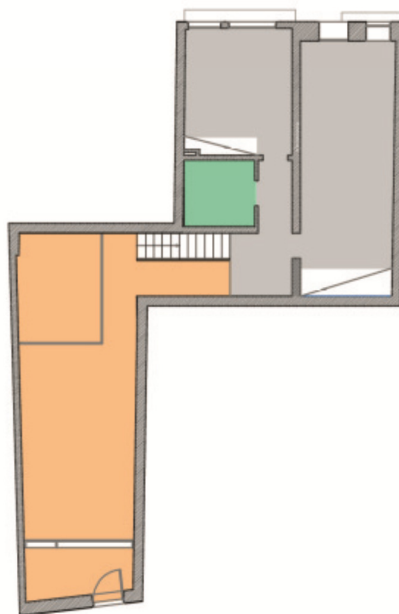
LEGENDA:

- CIRCULAÇÃO PÚBLICA
- CIRCULAÇÃO PRIVADA

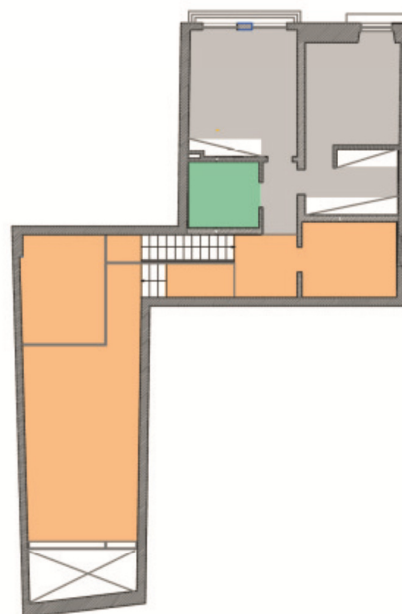
As plantas de circulação permitem compreender o acesso privado e público que compõem a habitação.

No Piso 0 existe claramente uma área maior de circulação pública e uma mais pequena de circulação privada que pertencem aos espaços mais íntimos da habitação doméstica. No Piso 1 existem espaços de circulação privada e íntima com dimensões relativamente idênticas.

Na análise das plantas de configuração espacial o Piso 0 possui uma área maior de espaço público que privado, pois a área versátil de brincadeira para as crianças e o pátio exterior ocupam uma grande parte do Piso 0. No Piso 1 pode-se dizer que ocupa uma área grande de espaços públicos, uma área inferior de espaço privado e por último uma área pequena de higiene.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

Planta do Piso 0



Planta do Piso 1

LEGENDA:

- ESPAÇO PÚBLICO
- ESPAÇO PRIVADO
- ESPAÇO DE HIGIENE

0 1 2 3 4m

ANÁLISE DA INTERVENÇÃO**Estudo de caso 5**

Descrição	Habitação
Tipologia	<p>Está inserido num lote medieval estreito e comprido com 6 metros de largura na fachada principal e 11 metros de largura na fachada secundária. Esta habitação ocupa dois lotes juntos lado a lado e um outro lote de maior comprimento.</p> <p>A habitação é de dois pisos e caracteriza-se por duas fachadas a principal está voltada para a Rua do Tourinho, a secundária encontra-se na rua da Amália.</p> <p>A fachada principal é estreita e baixa e contém uma porta de folha simples de madeira pintada a branco. Esta mesma fachada dá acesso a um passadiço exterior que confina com a segunda fachada da habitação. Esta é composta por um amplo envidraçado que se prolonga até ao piso1.</p> <p>A cobertura é mista composta por cobertura inclinada de quatro águas com telha de canudo e plana em vidro.</p>
Programa	<p>Esta habitação é constituída por 2 pisos e é caracterizada por lotes estreitos e compridos. Inicialmente a entrada principal encontrava-se orientada para a rua paralela à rua em estudo, mas com a intervenção passou a ter como fachada principal a rua do Tourinho, tendo sido utilizado o logradouro pré existente para uso de acesso à habitação.</p> <p>O piso térreo apresenta um primeiro hall exterior cuja fachada de vidro permite a entrada de luz natural e se prolonga para um segundo hall interior. Este espaço amplo, de entre várias funções pode ser utilizado como entrada principal da casa ou também como espaço lúdico.</p>

Entre o hall interior e o acesso aos dois quartos e à instalação sanitária deste piso projecta-se um pátio exterior que permite a entrada de luz para os dois pisos. O acesso ao piso 1 é resultado através de dois lanços de escadas e é constituído por uma sala, uma cozinha, uma instalação sanitária e dois quartos, um deles com closet.

- ✓ Programa definido e bem estruturado
- ✓ Cumpre o regulamento de Materiais e política de acabamentos (segundo o Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo, publicado no D.R. II Série, n.º 183 de 9 de Agosto de 2002)
- ✓ Mantém traçada original

Circulação

- ✓ Espaços de circulação simples e funcionais

Configuração Espacial

Espaço Público/Privado

Materiais

Utilizou materiais sóbrios como madeira de pinho ripada no pavimento conferindo aos espaços ao mesmo tempo uma sensação de continuidade.

No sistema construtivo, destacam-se as novas paredes em betão desligadas das existentes. Estas paredes estão recobertas por um reboco hidrófugo e revestidas por um sistema de caixa-de-ar com isolamento térmico e placa dupla de gesso cartonado.

As caixilharias, apesar de manterem a aparência original, possuem vidros duplos para um melhor isolamento interior.

Utilizou perfis metálicos para a estrutura, materiais sóbrios, como madeira de pinho ripada no pavimento permitindo a sensação de continuidade, escadas suspensas de estrutura em ferro, revestidas a madeira de pinho possibilitando a entrada de luz entre pisos.

Paredes e tectos pintados de branco aproveitando o máximo de luminosidade e criando espaços mais amplos.

Nas divisórias utilizou gesso cartonado introduzindo a flexibilidade entre espaços.

As caixilharias, apesar de manterem a aparência original, possuem vidros duplos para um melhor isolamento interior.

- ✓ Materiais flexíveis: ferro, betão, madeiras e gesso cartonado.

Conforto A reabilitação foi desenhada e construída de forma que o conforto fosse um elemento primordial para a utilização do espaço. Desta forma, o arquitecto preocupou-se no aproveitamento da luz e ventilação naturais, na criação de espaços flexíveis tipo “open-space” e na aplicação de materiais leves.

A reabilitação foi desenhada e construída de forma que o conforto fosse um elemento primordial para a utilização do espaço. Desta forma, o arquitecto preocupou-se no aproveitamento da luz e ventilação naturais na cobertura e na criação de espaços flexíveis tipo “open-space” e na aplicação de materiais leves.

Na cobertura inseriu janelas para iluminação dos espaços que não tinham nem luz nem ventilação natural.

Utilizou impermeabilização contra a humidade até ao conforto térmico e acústico.

- ✓ Luz natural
- ✓ Ventilação
- ✓ Conforto térmico e acústico

Flexibilidade O arquitecto projectou áreas com espaços amplos e rejeitou a introdução de elementos fixos e rígidos, optando por espaços tipo “open-space”, permitindo maior flexibilidade.

Pretendeu criar um espaço minimalista, dominado pelo branco, quer nas paredes, quer no pavimento em madeira, quer no mobiliário da

cozinha, destacando-se apenas as escadas suspensas e abertas de estrutura de ferro revestida a madeira permitindo a entrada de luz natural entre pisos. A claridade interior, tendo o branco como cor dominante e dada a sua orientação solar, é potenciada pela luz que se pretende que penetre pelos grandes vãos.

✓ Espaços amplos

Adaptabilidade

✓ Adapta-se ao uso do quotidiano

4.3.2 Análise comparativa de estudos de caso

Após análise verificam-se diferenças entre as habitações existentes e as de intervenção. As habitações com intervenção passam a ser habitações com características de conforto, de flexibilidade de materiais construtivos flexíveis e de habitações adaptáveis aos diferentes usos do quotidiano.

Relativamente ao programa habitacional alteram-se um pouco entre o existente e as intervenções. Principalmente no nº de cozinhas, antigamente usava-se mais que uma cozinha com lareiras para cozinhar e até aquecer as habitações enquanto nas intervenções só existe uma cozinha e muitas vezes fazendo parte do mesmo espaço da sala de estar e jantar. Criando espaços tipo “open-space”.

Nos casos com intervenção os programas são mais flexíveis e os espaços são também multifuncionais, não têm um só uso o que não se verifica nas habitações existentes.

A circulação e a configuração espacial também sofreram algumas diferenças. Enquanto nas habitações existentes os espaços eram mais compartimentados, nas intervenções primam os espaços quase sem divisórias o que torna os espaços maiores.

Com base nas fichas de inventário, foram elaborados quadros de análise comparativa. Desta forma, nos quadros seguintes serão abordados as categorias de conforto, flexibilidade, o tipo de materiais usados e a adaptabilidade aos diferentes usos.

a)- Categoria: **Conforto**

	EXISTENTE				INTERVENÇÃO					
ESTUDOS DE CASO	ESTUDO DE CASO 3 Habitação		ESTUDO DE CASO 4 Habitação		ESTUDO DE CASO 1 Atelier		ESTUDO DE CASO 2 Habitação		ESTUDO DE CASO 5 Habitação	
CONCEITOS	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Conforto do Espaço Doméstico		●		●	●			●		●
Ventilação		●		●	●			●		●
Iluminação		●		●	●			●		●
Isolamento Térmico		●		●	●			●		●
Orientação solar		●		●	●		●		●	

Fig 43 - Quadro Síntese do Conforto analisada nos Estudos de Caso

Conclui-se que os estudos de caso que tiveram intervenção apresentam boas condições de conforto como:

- o aproveitamento de luz natural,
- a adequada orientação solar e espaços de permanência,
- a utilização da dimensão dos vãos consoante a orientação solar,
- a aplicação preferencialmente do isolamento térmico exterior,
- a qualidade do ar relativamente à ventilação e arrefecimento.

Estas condições podem-se verificar a sua aplicação nas imagens da fig 43 e comparar o existente da intervenção.

Os estudos que não sofreram intervenção não apresentam boas condições de conforto devido às condições de isolamento térmico e de ventilação natural que apresentam. Contudo, encontram-se em posição de boa orientação solar.

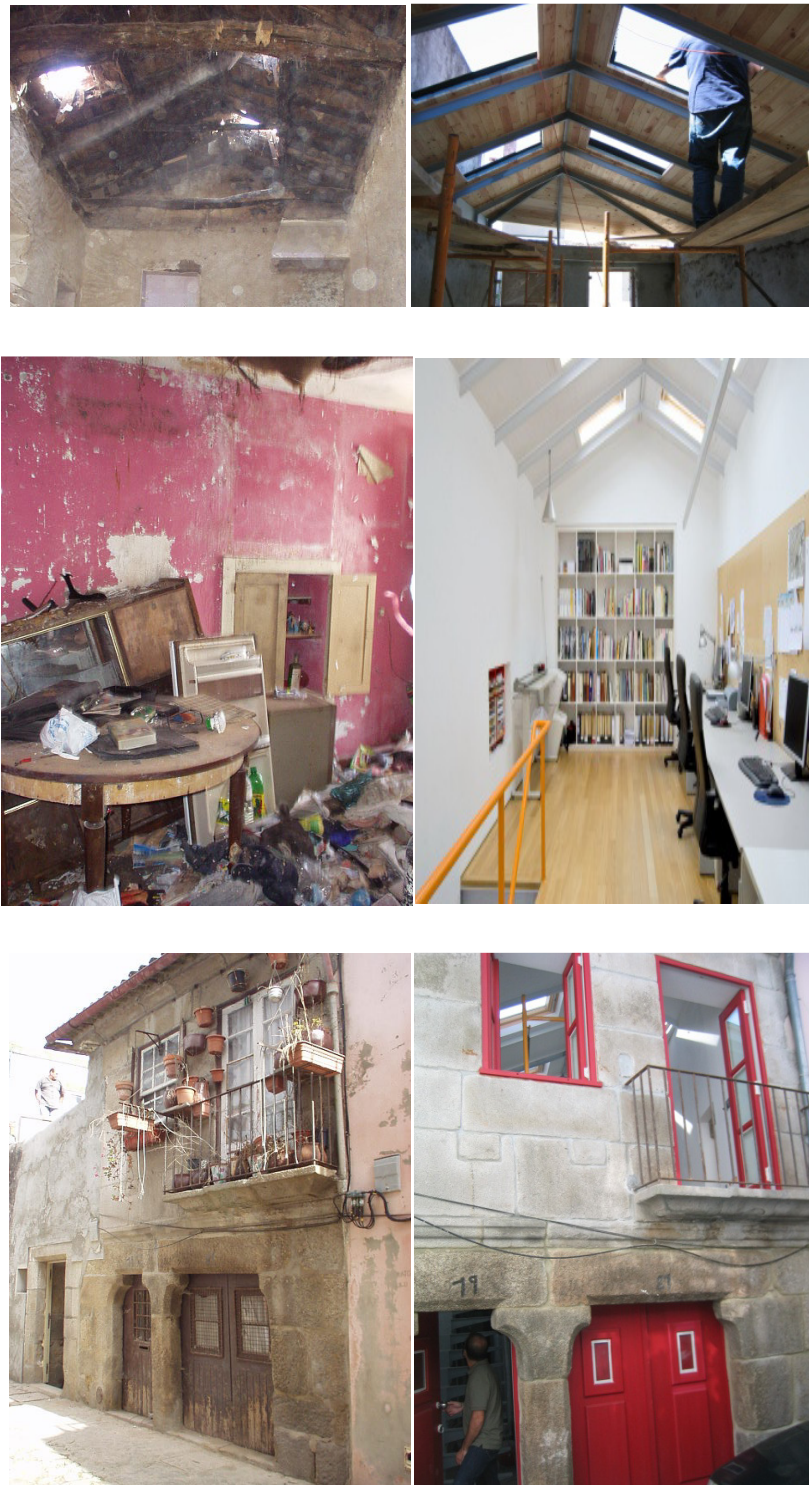


Fig 43 -Imagens do existente e da intervenção

b)- Categoria: **Flexibilidade**

ESTUDOS DE CASO CONCEITOS	EXISTENTE				INTERVENÇÃO					
	ESTUDO DE CASO 3 Habitação		ESTUDO DE CASO 4 Habitação		ESTUDO DE CASO 1 Atelier		ESTUDO DE CASO 2 Habitação		ESTUDO DE CASO 5 Habitação	
	Flexível	Não Flexível	Flexível	Não Flexível	Flexível	Não Flexível	Flexível	Não Flexível	Flexível	Não Flexível
Circulação		•		•	•			•		•
Configuração Espacial		•		•	•			•		•

Fig 45- Síntese do tipo de Flexibilidade analisada nos Estudos de Caso

Conclui-se que os estudos de caso que tiveram intervenção apresentam condições para habitações flexíveis em que as circulações se encontram bem definidas e perceptíveis na diferenciação do que é espaço público e privado. A configuração espacial das áreas de uso privativo e de uso público distinguem-se umas das outras, valorizando as áreas de uso público, com maior dimensão, das de uso privado, com menor dimensão conforme a fig. 46.

No estudo de caso nº 2 o espaço de sala e cozinha fazem parte do mesmo compartimento como espaço “open-space”.

Os estudos de caso que não tiveram intervenção, não apresentam as condições necessárias que uma habitação flexível apresenta.

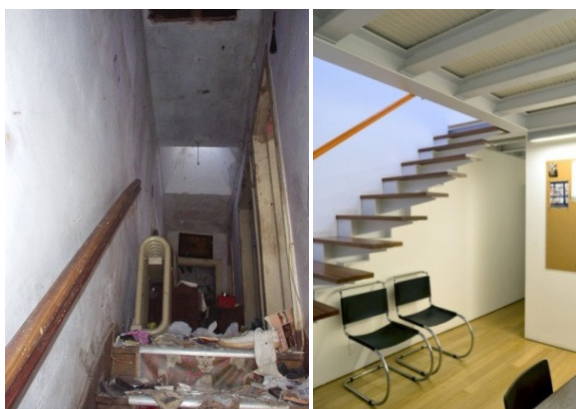


Fig 46- imagens do existente e da intervenção

c)- Categoria: **Materiais Construtivos**

ESTUDOS DE CASO CONCEITOS	EXISTENTE				INTERVENÇÃO					
	ESTUDOS DE CASO 3 Habitação		ESTUDOS DE CASO 4 <i>Atelier</i>		ESTUDOS DE CASO 1 Habitação		ESTUDOS DE CASO 2 Habitação		ESTUDOS DE CASO 5 Habitação	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Estrutura		●		●	●		●		●	
Materiais Leves		●		●	●		●		●	
Fachada		●		●	●		●		●	

Fig 47- Síntese dos materiais analisada nos Estudos de Caso

Conclui-se que nos estudos de caso que tiveram intervenção, utilizaram materiais e estruturas flexíveis. Como estruturas metálicas para suportar vãos de maiores dimensões, permitindo a entrada de luz natural, materiais leves como gesso cartonado facilitando a flexibilidade dos espaços permitindo o enquadramento das restantes habitações envolventes conforme a fig. 48 e 49.

Nos estudos de caso que não tiveram intervenção não se verificam estruturas flexíveis e não apresentam materiais leves conforme a fig. 48 e 49.



Fig 48 Imagens do existente e da intervenção

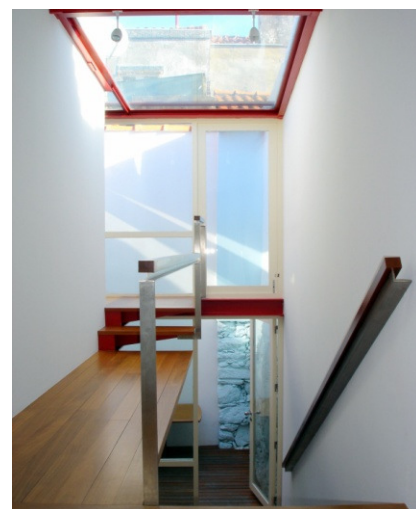


Fig 49 Imagens do existente e da intervenção

d)- Categoria: **Adaptabilidade**

ESTUDOS DE CASO CONCEITOS	EXISTENTE				INTERVENÇÃO					
	ESTUDO DE CASO 3 Habitação		ESTUDO DE CASO 4 Habitação		ESTUDO DE CASO 1 Atelier		ESTUDO DE CASO 2 Habitação		ESTUDO DE CASO 5 Habitação	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Adaptabilidade		●		●	●		●		●	

Fig 50- Síntese da adaptabilidade de transformação dos usos

Após observação das configurações tipológicas, conclui-se que os estudos de caso que tiveram intervenção apresentam características de espaço físico propensas à adaptabilidade de transformação dos usos e das estruturas familiares ampliando ou diminuindo os compartimentos em dimensão e em número.

Nos estudos de caso que não tiveram intervenção não se verificam as condições das anteriores. As características de espaço físico não são propensas à adaptabilidade de transformação dos usos e das estruturas familiares.



Fig 51- Imagens do existente e da intervenção

4.3.3 Análise Interpretativa e Correlativa

A tipologia medieval de lote estreito e comprido e de ruas estreitas destinadas para a passagem de peões e de animais, predominante na Rua do Tourinho condiciona/limita um pouco a evolução tipológica da habitação com o comércio no piso térreo e habitação no piso1. Por conseguinte influencia os conceitos analisados ao longo da dissertação como o conforto, a flexibilidade, os materiais construtivos e a adaptabilidade aos usos do quotidiano.

Após a análise individual e comparativa pode-se concluir que os estudos de caso com intervenção oferecem condições favoráveis à aplicação dos conceitos de conforto, de flexibilidade, de materiais e de adaptabilidade de transformação dos usos

Nos referidos estudos de caso com intervenção, comprova-se a capacidade de adaptação do espaço da habitação aos usos, às alterações do agregado familiar, à estrutura que o compõe, à configuração espacial que dispõe, ao tipo de circulação que se realiza, ao conforto que exigem as habitações de hoje e ao invólucro que a reveste.

Ainda no âmbito dos conceitos de conforto, de flexibilidade, de materiais e de adaptabilidade de transformação dos usos conclui-se, através dos quadros síntese, que os estudos de caso sem intervenção não apresentam todos os elementos caracterizadores para receber a adaptação do espaço da habitação a diferentes usos, às alterações do agregado familiar, à estrutura que o compõe, à configuração espacial que dispõe, ao conforto que as habitações de hoje exigem e ao invólucro que a reveste.

É de assinalar que a versatilidade relativamente ao seu invólucro em todos os estudos de caso não permite os conceitos estudados, uma vez que se depara com casos de habitação de uma rua de centro histórico urbano condicionada a uma intervenção regulamentada.

Deste modo também é conclusivo que uma intervenção de reabilitação nos centros históricos, adaptada aos modos de vida actuais, é possível na maioria dos casos verificados.

ESTUDOS DE CASO CONCEITOS	ESTUDO DE CASO 1 Habitação		ESTUDO DE CASO 2 Atelier		ESTUDO DE CASO 3 Habitação		ESTUDO DE CASO 4 Habitação		ESTUDO DE CASO 5 Habitação	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Conforto	•		•			•		•	•	
Flexibilidade	•		•			•		•	•	
Materiais	•		•			•		•	•	
Adaptabilidade	•		•			•		•	•	

Fig 52-Síntese dos Conceitos

O conceito de conforto habitacional, como se verificou com Lamas (2010,) implica o aproveitamento de luz natural, a importância de espaços de atenuação climática, a adequada orientação solar e espaços de permanência, a utilização da dimensão dos vãos consoante a orientação solar, a aplicação preferencialmente do isolamento térmico exterior e à qualidade do ar relativamente à ventilação e arrefecimento, condições que se verificam nos estudos de caso números 1, 2, e 5. Nos casos números 3 e 4 são apenas aplicáveis os factores de ventilação natural e de orientação solar.

O conceito de flexibilidade, segundo Monteys & Fuertes (2001), é caracterizado pela importância que o espaço físico tem para o habitante. Linhas simples e flexíveis com predomínio de espaços amplos desprovidos de compartimentações, caracterizam este tipo de habitação.

Para Shigeru Ban os espaços são flexíveis, libertando as casas de paredes. É sua preocupação reduzir o número de compartimentos cingindo-se ao mínimo de paredes dando assim uma fluidez máxima

ao espaço interior e ao prolongamento visual em direcção ao exterior. Na *Naked House* representa um espaço único sem separação onde os móveis se deslocam sobre rodas ao bel-prazer e necessidades da família.

Este conceito de flexibilidade verifica-se nos estudos de caso números 1, 2 e 5 em que os espaços apresentam condições para habitações flexíveis e sem obstáculos, permitindo a multifuncionalidade dos mesmos. No estudo de caso nº 2 o espaço de sala e cozinha fazem parte do mesmo compartimento como espaço “open-space”.

É importante referir que o estudo de caso nº 1, Atelier de Arquitectura pertence ao proprietário do estudo de caso nº 5, sendo este o seu local de trabalho. Segundo Ascher (2010), a alteração de usos e mesmo das relações socioprofissionais levou, a que algumas pessoas deixassem o seu local de trabalho e passassem a trabalhar nos seus espaços domésticos. É neste contexto que as habitações urbanas, particularmente as dos centros históricos, permitem uma flexibilidade de função e de uso. A permeabilidade de habitar num piso e de trabalhar noutro e a agilidade de deslocação trazem uma mais-valia na sustentabilidade de recursos, revelando-se adequadas aos modos de vida contemporâneos.

Nos estudos de caso números 3 e 4, o conceito não se aplica. São espaços compartimentados e de dimensões reduzidas.

A aplicação de materiais, segundo Hitoshi Abe os materiais deverão ser simples à mão de todos num âmbito de sustentabilidade, permitindo ao público a sua construção. Para Sigeru Ban defende o uso de materiais de transporte fácil, leves e de baixo custo.

Verifica-se a aplicação de materiais e de estruturas leves nos estudos de caso números 1, 2 e 5, nas paredes divisórias em gesso cartonado, utilização de vãos de vidro permitindo entradas de luz natural e

espaços mais amplos. No estudo de caso nº 2 no espaço de sala e cozinha são utilizados os mesmos materiais, criando uma área de tipo “open-space”.

Nos estudos de caso nº 3 e 4 persistem as compartimentações separadas por paredes de alvenaria de pedra com vãos de pequenas dimensões e a utilização de materiais e de estruturas rígidas que não facilitam a flexibilidade e a multifuncionalidade dos espaços.

O conceito de adaptabilidade, como se viu em Patrício (2001) à transformação de usos nasce com o desenvolvimento das sociedades. Os modos vida alteram-se, exigindo uma forma mais versátil de projectar a habitação e mais ajustada à dinâmica da vida actual:

“ La vida de hoy es cambio, cambio acelerado en el interior de la familia, cambio en la manera de vivir, cambio en las técnicas que dibujan nuestras actividades. Cada individuo y cada grupo se encuentra en algún momento de esos diversos y acelerados cambios. Todo ello produce una inmensa diversidad, porque esos cambios nos afectan de maneras distintas y evolucionan a velocidades distintas.” (Patrício, 2001, p. 14) .

Através da observação das configurações tipológicas e do quadro síntese do conceito, conclui-se que os estudos de caso nº 1, nº 2 e nº 5 apresentam características de espaço físico propensas à adaptabilidade de transformação dos usos e das estruturas familiares. Estas permitem a ampliação ou diminuição dos compartimentos em dimensão e em número.

Nos estudos de caso nº 3 e nº 4 não se verificam as condições das anteriores. Apresentam características de espaço físico com estruturas, divisórias e materiais rígidos que não facilitam as novas formas de habitar doméstico.

CAPÍTULO V

Nota Final

5.1 Conclusões Gerais

A realização desta dissertação insere-se no âmbito da problemática da habitação doméstica urbana. Este trabalho revela ser, acima de tudo, uma pesquisa, uma descoberta e uma confrontação pessoal sobre as formas de adaptar as tipologias das habitações urbanas existentes às novas formas de habitar nos centros históricos.

Os conceitos arquitectónicos de conforto, de flexibilidade, de adaptabilidade e de transformação dos usos, foram analisados nos cinco estudos de caso no centro histórico de Viana do Castelo, na Rua do Tourinho. Após análise verificou-se que dois dos estudos, que não sofreram intervenção de reabilitação são caracterizados por tipologias residenciais tradicionais e necessitam de ser equacionados à luz de novas formas de habitar o espaço doméstico urbano e três dos estudos que tiveram intervenção de reabilitação apresentam e enquadram-se nas novas formas de habitar o espaço doméstico.

As duas habitações que não tiveram intervenção de reabilitação não apresentam características que se enquadram com as novas formas de habitar o espaço doméstico como o conceito de conforto, como o aproveitamento de luz natural, como a adequada orientação solar e espaços de permanência, como a utilização da dimensão dos vãos consoante a orientação solar, como a aplicação preferencialmente do isolamento térmico exterior e como a qualidade do ar relativamente à ventilação e arrefecimento. Não apresentam características de habitações flexíveis, não apresentam o uso de materiais leves e não são adaptáveis.

Nos casos com intervenção as habitações apresentam o aproveitamento de luz natural, como a adequada orientação solar e espaços de permanência, como a utilização da dimensão dos vãos consoante a orientação solar, como a aplicação preferencialmente do isolamento térmico exterior e como a qualidade do ar relativamente à ventilação e arrefecimento. Os programas são mais flexíveis e os

espaços são também multifuncionais, não têm um só uso o que não se verifica nas habitações existentes.

A circulação e a configuração espacial também sofreram algumas diferenças. Enquanto nas habitações existentes os espaços eram mais compartimentados, nas intervenções primam os espaços quase sem divisórias o que torna os espaços maiores.

Desta forma, abordaram-se diferentes estratégias neste trabalho e analisaram-se a forma como aquelas contribuem para um melhor entendimento e adequação do sujeito ao seu habitat, numa mutabilidade espacial que confronta a estaticidade tipológica, assim se encarando a casa como estrutura que evolui em sintonia com as necessidades conjunturais e que explora a multiplicidade funcional como fundamento de novos programas.

5.2 Conclusões específicas

Os objectivos desta dissertação passam primeiro por identificar como a necessidade de adaptar a arquitectura habitacional dos centros históricos às novas formas de vida e à transformação da sociedade e como segundo objectivo por definir os conceitos de conforto, de flexibilidade, de materiais e de adaptabilidade de transformação dos usos na habitação doméstica urbana e o modo como pode ser implementado.

Desta forma, para uma percepção mais detalhada da investigação em questão foram definidas três fases. Na primeira foi realizada um estudo teórico sobre o conceito de habitar nos centros históricos, que posteriormente ajudou a compreender os cinco estudos de caso da Rua do Tourinho da cidade de Viana do Castelo. Ao longo de vários períodos, este conceito foi sofrendo evoluções, no entanto, a partir do séc. XX sofreu alterações programáticas. Neste âmbito, as cartas de Atenas, de Veneza e de Toledo e a actualização dos programas camarários vieram definir os princípios regulamentadores destes núcleos da cidade.

Hoje, as reabilitações dos centros históricos exigem uma requalificação de configuração espacial que se enquadrem com os padrões de habitar do cidadão, para que não haja uma desertificação do mesmo.

É neste sentido, e numa segunda fase, que surge a necessidade de introduzir novos conceitos como conforto, flexibilidade, materiais e adaptabilidade de transformação dos usos que servem de indicadores das novas formas de habitar o espaço doméstico urbano.

Numa terceira fase, após análise das problemáticas do habitar e a introdução dos novos conceitos, são elaborados cinco estudos de caso para identificar a necessidade de adaptar a arquitectura

habitacional dos centros históricos às circunstâncias das novas formas de vida e à transformação da sociedade.

No **primeiro objectivo** interessa perceber que, hoje em dia, a ideia de habitar já não está unicamente ligada ao “conceito de família”, mas à maneira como cada indivíduo/utilizador vive os diferentes espaços, criando diferentes concepções de habitar. É difícil decretar o conceito de habitar como uma questão que procura uma só resposta. As rápidas alterações e instabilidade do modelo socioeconómico que se tornam edifícios obsoletos e sem capacidade de adaptação às novas realidades; a constante mudança e diversidade dos modos de vida que ocorrem na sociedade actual, com novos e variáveis valores emergentes e, consequentemente, as diferentes necessidades e preferências face ao espaço habitacional.

Numa sociedade em que a transformação social, económica e cultural é visível, a cidade e, respectivo centro histórico, deverão nesse contexto acompanhar e adaptar-se. Pode-se questionar se não fará mais sentido os espaços serem mais ambíguos e concordantes com a diversidade das estruturas familiares actuais. Os modos de vida e as relações entre as pessoas que habitam a casa afastam-se cada vez mais dos cânones tradicionais, fazendo sentido propor espaços passíveis de utilizações diversas, consoante as necessidades específicas de cada habitante.

De facto, se a família nuclear tradicional é cada vez mais rara, se os modos e ritmos de vida se alteraram nas últimas décadas, não fará sentido explorar formas de habitar menos convencionais? Esta transformação da sociedade e, consequentemente, o avanço das tecnologias e os diferentes tipos de estruturas familiares, em que as famílias são cada vez menos numerosas e distintamente estruturadas, criando a reflexão na forma como se organiza o espaço doméstico urbano em função dos interesses e dos modos de vida dos seus habitantes. Cada vez mais é necessário tornar o espaço

habitado flexível, versátil e adaptado a um padrão de conforto habitacional, de forma a ser dada atenção a alguns aspectos geradores de uma habitação saudável.

As novas formas de urbanização devem considerar o perfil das cidades existentes. Num esforço conjunto dos intervenientes no seu processo de estruturação, as cidades devem ser pensadas e planificadas caso a caso, atendendo aos seus valores culturais, sociais e patrimoniais.

Por volta dos anos sessenta, muitos dos centros históricos fazem parte da problemática urbanística passando a ser objecto de estudo. As alterações recaem sobre a troca de estratégias de renovação pelas de reabilitação, valorizando os aspectos culturais, urbanísticos e sociais do tecido urbano. O centro histórico faz parte de um projecto de desenvolvimento de preservação não pela sua valorização geográfica, mas pela relação entre população e ambiente, partindo de uma estrutura física e social. No âmbito da conservação e preservação dos centros históricos, surgem as Cartas doutrinárias que apelam para a forma consciente e responsável para a preservação, recuperação e salvaguarda do património arquitectónico.

A reabilitação urbana que consiste não só na realização de obras de beneficiação e de recuperação que procuram a melhoria das condições físicas dos edifícios e de habitabilidade, como também na intervenção de infra-estruturas e equipamentos, nos espaços públicos e na estrutura funcional de forma a garantir a dinamização do tecido social e económico.

Ao reabilitar, é necessário intervir e actuar conscientemente no processo dinâmico do espaço urbano, de modo a prolongar a sua identidade e os seus valores tradicionais, pelo que a requalificação de espaços urbanos já existentes, subentende uma maior qualidade do ambiente urbano, no universo da valorização, da renovação e da integração das áreas degradadas.

O centro histórico tende a resolver problemas que se colocam hoje, como por exemplo a habitabilidade, os espaços verdes de recreio e lazer, o estacionamento na proximidade da residência e a oferta de equipamentos sociais, de ensino e desportivos e de comércio local essenciais à sua existência. A qualidade do espaço público ganha significativa importância na revitalização dos centros históricos uma vez que os espaços de lazer satisfazem o bem-estar dos cidadãos residentes e não residentes. A oferta de equipamentos colectivos e serviços ajustados às necessidades dos habitantes, que vão desde o parque infantil ao centro de dia ou a residências para idosos, escola básica, aos campos de jogos, aos ginásios e outros, passam a constituir uma mais-valia para a fixação da população residente.

Desta forma, os espaços públicos e privados adoptaram uma relação de dualidade importante que se traduz na forma urbana na qual, os centros históricos poderão surgir como uma oportunidade e como uma primeira escolha de lugar para viver. Habitar no centro histórico permite a flexibilidade de residir e trabalhar num mesmo espaço ou em fracções independentes ou mesmo a uma distância maior mas sempre com a possibilidade de se poder deslocar a pé ou de bicicleta optimizando custos de deslocação, de protecção da camada de ozono e até a prática de exercício físico tendo em conta a sustentabilidade ecológica o que se pode aplicar nas habitações da Rua do Tourinho de Viana do Castelo.

Dos cinco casos analisados, na rua do Tourinho do centro histórico de Viana do Castelo, três sofreram intervenção de reabilitação e encontram-se adaptadas aos conceitos, embora dois deles mantenham o pré-existente não se adaptando, por isso, às novas formas de viver o espaço doméstico. Desta forma, conclui-se que há uma necessidade de adaptar as habitações do centro histórico de Viana do Castelo às novas formas de viver o espaço doméstico.

O **segundo objectivo** e no âmbito da implementação dos conceitos na habitação doméstica, foram analisados alguns estudos de caso de habitações da rua do Tourinho, no centro histórico da cidade de Viana do Castelo. Na sequência da análise dos conceitos teóricos e de alguns estudos de caso de habitações é possível demonstrar que na generalidade dos casos se consegue implementar e tem vindo a ganhar projecção, o aprofundamento deste tipo de conceito de habitar que Gausa (2010) defende que os espaços se tiverem maior polivalência e versatilidade maior será a probabilidade de distribuição e de acolher usos variáveis. O conceito habitar sofreu alterações ao longo dos tempos, hoje é portanto necessário flexibilizar a oferta de soluções residenciais urbanas e assumir cada vez mais a habitação como uma estrutura passível de alterações, de modo a responder a um amplo leque de necessidades e desejos.,

A vida citadina está composta por uma diversidade de pessoas e de acontecimentos sociais marcantes de uma sociedade em evolução onde tudo é efémero. A mobilidade das pessoas, os movimentos sociais e culturais bem como as alterações económicas que se afirmam num mundo tão diverso confluem numa adaptação da arquitectura habitacional com implementação dos conceitos de conforto, de flexibilidade, de materiais e de adaptabilidade detransformação dos usos como uma reflexão que possa responder aos interesses dos residentes e à funcionalidade e versatilidade dos espaços.

O aproveitamento de luz natural, a importância de espaços de atenuação climática, a adequada orientação solar e espaços de permanência, a aplicação preferencialmente do isolamento térmico exterior e a qualidade do ar relativamente à ventilação e arrefecimento são fundamentais nas reabilitações dos edifícios habitacionais dos centros históricos. Por sua vez, os equipamentos tecnológicos assumem-se cada vez mais como aspectos que podem ser determinantes para a adequação das tipologias da habitação

urbana, reclamando maiores graus de flexibilidade. Não pode um corredor mais largo ser um espaço também ele habitável, mais do que um mero espaço de circulação?

No que define o conceito de conforto torna-se uma prioridade para os arquitectos preocuparem-se com as questões de falta de condições mínimas:

- o aproveitamento de luz natural,
- a adequada orientação solar e espaços de permanência,
- a utilização da dimensão dos vãos consoante a orientação solar,
- a aplicação preferencialmente do isolamento térmico exterior,
- a qualidade do ar relativamente à ventilação e arrefecimento.

A noção de flexibilidade como sistema operativo decorre da gradual distinção que se operou entre forma e função desde a Revolução Industrial, e ganhou peso, sobretudo, na segunda metade do século passado como reacção às soluções demasiado especificadas do funcionalismo do Pós-Guerra. Nas décadas de 50 e 60, a maior parte da investigação foi dirigida para o campo da habitação, na procura de soluções adaptáveis do ponto de vista do uso e da possibilidade de expansão do fogo e da ambiguidade espacial, de espaços neutros e/ou de estruturas ligeiras.

O sistema estrutural, como elemento fundamental do projecto e como uma das partes fixas e permanentes do edifício, surge na temática da flexibilidade como um ponto de fulcral importância ao condicionar determinado edifício nas suas transformações futuras, determinando se este pode ou não ser flexível e adaptável.

Os materiais construtivos são também importantes para que uma habitação funcione como um todo assim como a escolha e aplicação para cada caso deve ser tida em consideração. A utilização de

materiais leves ajuda a que a habitação possa ser alterada ao longo do tempo e que se adapte conforme a necessidade do habitante.

O conceito de adaptabilidade refere-se à qualidade de adaptável e à capacidade de adaptação. Portanto, na capacidade de adaptação de algo a uma diversidade de propostas. Ainda num contexto genérico o conceito de adaptação surge como um elemento capaz de dar resposta a um amplo leque de acontecimentos que se verificam numa grande variedade de circunstâncias. Permite também a possibilidade de uma transformação de usos, do viver, do trabalhar, entre outros.

Assim, a habitação deve estar desenhada a responder aos desejos dos futuros habitantes quer no momento inicial da aquisição da casa, quer depois, caso esses mesmos desejos ou necessidades se alterem dando mais conforto, maior flexibilidade e criar espaços adaptáveis através da aplicação de materiais construtivos mais leves e flexíveis.

No decorrer da elaboração desta investigação foram-se abrindo sucessivos caminhos, permitindo dizer que esta temática não se desenha numa configuração fechada e meramente conclusiva permitindo a continuação aberta para uma dissertação futura, servindo de base para outros estudos, por exemplo, mais centrados em cada um dos temas que se aborda. Na verdade, novos percursos se abrem numa perspectiva de continuidade, paralela ao desenvolvimento do homem e da sociedade.

Referências Bibliográficas

- Ábalos, I. (2003). *A boa-vida*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Abreus, A.(2005). *Abreu Para a história de Viana do Castelo: Ensaio*. Viana do Castelo, Câmara de Viana do Castelo.
- Abreu R. & Heitor, T.(2007). *Estratégias de Flexibilidade na Arquitectura Doméstica Holandesa: da conversão à multifuncionalidade*. (consult. 18 Fev. 2011). Disponível Word WideWeb:<http://infohabitar.blogspot.com/search/label/ARQUITECTURA%20DOM%C3%89STICA%20HOLANDESA>
- Aguar, J. (2002). *Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*, Porto, Faup.
- Almeida, C.A. Brochado de, Almeida, P. M. D. Brochado de (2009). *Sítios que fazem História: Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo - II- Da Idade Média à Actualidade*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- Antunes, C. M. G.(2002) *Habitar um imóvel ou viver num móvel: a flexibilidade e a mobilidade do espaço habitacional como resposta a novas exigências da contemporaneidade*. (Prova final, Faup, Porto).
- Ascher, F. (2010). *Novos Principios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- a+t; vivienda y flexibilidad (I) (1998). a+t ed. Revista de Arqui. + Tecnologia. España. nº 12. ISSN 1132-6409
- a+t; vivienda y flexibilidad (II).(1999) a+t ed. Revista de Arqui. + Tecnologia. España, nº 13. ISSN 1132-6409

Arquitectura e Vida (2003). “Manuel Gausa: Da Investigação à Prática” nº 38., Lisboa.

Bachelard, G. (2000). *A Poética do Espaço*. (A. d. Danesi, Trad.) São Paulo - Brasil: Ed. Martins Fontes.

Baeza, A. C. (2004). *A Ideia Construída*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Baglioni, A. & Guarberio, G. (1988). *La Rehabilitación De Edificios Urbanos.- Tecnologías Para la Recuperación*, Gustavo Gili.

Benévolo, L. (2001). *A Cidade e o Arquitecto* (2ª ed.). (A. Cancian, Trad.) São Paulo - Brasil: Perspectiva S.A.

Câmara Municipal de Viana do Castelo (2008). Aviso nº 20245, publicado em Diário da República, 2ª Série, nº 136.

Carvalho, A. de (2006). *Toponímia da cidade de Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Choay, F. (2008). *Alegoria do Património*. Lisboa : edições 70.

Coelho, A. B., & Cabrita, A. R. (2003). *Habitação Evolutiva e Adaptável*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Coelho, A., & Cabrita, A. (2003). *Habitação evolutiva e adaptável*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil Divisão de Edições e Artes Gráficas.

Coelho, A. (2009). Entre Casa e Cidade, a Humanização do Habitar. Opúsculo 18. Porto: Dafne Editora

Correia, M. (2006). O habitar e a sustentabilidade. Ordem dos arquitectos, secção regional Sul.

Costa, D. G. S. da (2002) *Loft Living: a contemporaneidade de uma forma de habitar (Prova final, Faup, Porto)*.

Dias, M. H., & Garcia, J. C. (2005). Almeida, A. F. de e Moreira, L. M. *História da Cartografia Militar (séculos XVIII- XX)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Fernandes, F. J. (1999). *Tesouros de Viana: Roteiro Monumental e Artístico, Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Fernandes, M. G. (1995). *Viana do Castelo A consolidação de uma cidade (1855-1926)*, Lisboa; edições Colibri.

Gausa, M. (1998). *Housing: Nuevas alternativas , nuevos sistemas* (1ª ed.). Barcelona: Actar.

Gausa, M., & Devesa, R. (2010). *Otra Mirada - Posiciones Contra Crónicas*. Barcelona: Gustavo Gili.

Goitia, F. C. (1982). *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Gregotti, V. (1994). *Território da Arquitectura* (2ª ed.). São Paulo , Brasil: Perspectiva S.A.

Guerreiro, J. S., Tavares, G. M., & Rocha, P. M. (2010). *Pensar a Casa. Conferências da Casa,1* (Associação Casa da Arquitectura ed.). Matosinhos , Portugal: Casa da Arquitectura.

Horden, R. (2008). *micro architecture*. Londres: Thames & Hudson.

ICOMOS (1987). «*Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*».

Jencks, C., & Kropf, K. (1997). *Theories and Manifestoes : of contemporary architecture*. Great Britian: Academy Editions.

Lamas, J. M. (2010). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian.

Lleó, B. (1998). *Sueño de Habitar*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.

Lopes, F., & Correia, M. B. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico ; Cartas , Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Maffei, A. (2001). *Works Projects Writings - Toyo Ito*. Milano: Electa Architecture.

Mau, B., & Koolhaas, R. (1997). *S,M,L,XL*. Germany: Taschen.

Milano, M. (2005). *Do Habitar*. Matosinhos: ESAD Matosinhos.

Monteiro, P. C. (2006) *Jornal dos Arquitectos*, nº 222, Portugal, Publicações Trimestral da Ordem dos Arquitectos

Monteys, X. (2005). *Le Corbusier.Obras y Proyectos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, Sa.

Moonteys, X., & Fuertes, P. (2001). *Casa collage: un ensaio sobre la arquitectura de la casa*. Barcelona: Gustavo Gili.

Moreira, I. (2007). *Petit Cabanon*. Porto: Dafne.

Mota, N. (2010). *A Arquitectura do Quotidiano Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia no Final do século XIX*. Coimbra: e- d- arq.

Patricio, I. (2001). *Proyecto Casa Barcelona*. Barcelona: Construmat Barcelona.

Pedro, J. B. (2001). *Programa Habitacional: Habitação*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Pereira, A., & Idões, Á. (1997). *Regionalização e identidades locais - Preservação e reabilitação dos centros históricos*. Lisboa: Cosmos.

Pires, M. (2000). *A Rua Álvares Cabral (1895-1940) Formas de Habitar*. Porto: FAUP, Publicações.

Portas, N. (2011). *A Cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.

Portas, N. (2005). *Os Tempos das Formas: A Cidade Feita e Refeita*. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho.

Portas, N. (2003). *Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Portiguesi, P. (1985). *Depois da Arquitectura Moderna*. (M. C. Afonso, Trad.) Lisboa: Edições 70.

Quaderns (1996). Fórum Internacional Barcelona 96, Debates Centrais, Edições Actar, Barcelona, nº 213.

Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Rodrigues, A. L. J. M. (2008). *A habitabilidade do espaço doméstico: O utente, o arquitecto, o habitat e a obra*. (Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga).

Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

Salazar, J., & Gausa, M. (1999). *Single-Family: Housing the private domain*. Barcelona: Actar.

Secchi, B. (2006). *Primeira Lição de Urbanismo*. Brasil: Perspectiva S.A.

Tirone, L., & Nunes, K. (2007). *Construção sustentável: soluções eficientes hoje, a nossa riqueza de amanhã*. Lisboa: Dinalivro.

Vegara, A., & Rivas, J. L. (2004). *Territorios Inteligentes* (1ª ed.). Madrid: Fundación Metrópoli.

Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo (1997), *Plano de Urbanização da Cidade*, Zonamento, Volume 1.

Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo (2008). *Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, Alteração por adaptação - Património Construído e Arqueológico*.

Vidotto, M. (1997). *Alison + Peter Smithson. Obras y Proyectos*. Barcelona: Gustavo Gili.

Wright, D. (1983). *Arquitectura Solar Natural - Tecnologia Y Arquitectura*. México: Editora G. Gele, S.A.

Regulamentos

DGOTDU - Proposta de projecto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial. Maio de 2008

Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo, Junho 2001, Anexo (bd – edificado - 1)

Projecto de Urbanismo Comercial da Cidade de Viana do Castelo – Dossier de Informação, 1998

Regulamento do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo - Declaração nº 248/2002, 9 de Agosto (2ª série)

Regulamento do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo - Declaração nº 248/2002, 9 de Agosto (2ª série)

http://www.ine.pt/ine_novidades/main_tcensos.html

Índice de Imagens

Fig.1- Bolonha. Organismo urbano do séc. XIX e o centro histórico actual (Benévolo, L. 2001 p.71)	31
Fig.2 -Bolonha. Organismo urbano do séc. XIX e o centro histórico actual. Edifícios antigos protegidos (Benévolo, 2001,p.71)	31
Fig.3 -Diferentes Formas Urbanas (Lamas, 2010, p. 2)	37
Fig.4- A Forma Urbana da parte meridional de Manhattan, New York (Lamas, 2010, p.82)	37
Fig.5-Desenho da representação da estatura social da cidade contemporânea de 1853. (Revista a+t, 1999, p.30)	41
Fig.6-Paredes de trombe, espaços de atenuação climática, orientação solar e espaços de permanência, dimensão dos vãos consoante a orientação solar, energia térmica, isolamento térmico exterior, iluminação de baixo consumo, ventilação e arrefecimento. (Tirone, & Nunes, 2007, p. 129)	43
Fig.7-Les locataires , fotografia de Robert Doisneaus, 1962 (Monteys,& Fuertes,2001, p.149)	45
Fig.8 -Representação de um espaço flexível. “ Habitación muestra del Eames Contract	45
Fig.9-Estúdio de artista em Soho de Manhattan (cima), casa de estudantes em Vaasa de Pirjo e Matti Sanaksenaho (duas de baixo) (Revista a+t, 1999,p.35)	50
Fig.10- Casa de estudantes em Vaasa de Prjo e Matti anaksenaho	50
Fig.11- Domestic Prototype. Livin Unit, 1994. (cima). Vinyl Mitford House, 1994. (baixo) (Revista a+t, 1999,p.40)	52
Fig.12 -Vinyl Mitford House, 1994	52
Fig.13 -Verner Panton fotografado na sua Pantower (1968- 1969). Os módulos de mobiliário de plásticos permitem conceber o sentar como um espaço interior	54

Fig.14- Cabrio let – Bed de Joe Colombo de 1969	54
Fig.15- Projecto de veiculo transportável e flexível para os sem abrigo que serve como uma casa móvel (duas figuras em cima), um espaço improvisado e flexível de refeição na mala de um autocarro (em baixo) (Revista a+t, 1999, p.80)	56
Fig.16- Espaço improvisado e flexível de refeição na mala de um autocarro	56
Fig.127- Cozinha modular de Dominique Perrault	58
Fig.138- Caravana relacionada com a figura de baixo que representa uma maquete do protótipo das casas Maisons en Elipse , projectadas por Eileen Gray em 1958. Exemplo de casa Flexível de férias (Monteys, & Fuertes, 2001,p.43)	61
Fig.149 -Planta do Projecto de I. House projectada por Hitoshi Abe em 2001	62
Fig.20 -Esquízo do Projecto de I. House projectada por Hitoshi Abe em 2001	62
Fig.21 -Maquete do Projecto de I. House projectada por Hitoshi Abe em 2001	62
Fig.22- Casas de Abrigo projectadas por Shigeru Ban	64
Fig. 23- Desenhos do Projecto <i>Paper House</i> de Shigeru Ban	64
Fig. 24- Prototipo da célula Polivalente de Chanéac, 1960	66
Fig. 25- Prototipo da célula Polivalente de Chanéac, 1964	66
Fig.26-Micro-Multi House de Emergem Design, los Angeles, 2001	68
Fig. 27-Planta da Casa do Futuro de Alison e Peter Smithson	69
Fig.28-Interior e perfil da Casa do Futuro de Alison e Peter Smithson	70
Fig.29 a) b) c)- Axonometria e Interior da Casa do Futuro de Alison e Peter Smithson	72
Fig. 30- Imagens interiores da <i>Casa Imóvel</i> de 1993	75
Fig.31 - Muralha da vila de Viana no século XVI	82

Fig.32 - Planta de Viana, datada a 1756	83
Fig.33 -Planta 1868-1869	84
Fig.34- Habitação medieval (1941) (Plano geral de urbanização de Viana do Castelo, de 1942)	85
Fig. 35 -Análise da configuração espacial direita)	85
Fig.36 - Identificação da Rua do Tourinho no núcleo Viana do Castelo.	99
Fig.37-Imagem satélite Localização – Rua do Tourinho	101
Fig.38-Planta de Localização – Rua do Tourinho (elaborado pela autora)	101
Fig.39-Perfil Sul da Rua do Tourinho (elaborado pela autora)	101
Fig.40-Perfil Norte da Rua do Tourinho (elaborado pela autora)	101
Fig.41-Planta de localização dos estudos de caso da Rua do Tourinho (elaborado pela autora)	102
Fig.42-Planta de localização dos estudos de caso da Rua do Tourinho (elaborado pela autora)	102
Fig.43 -Quadro Síntese do Conforto analisada nos Estudos de Caso (elaborado pela autora)	148
Fig.44 -Imagens do existente e da intervenção (elaborado pela autora)	148
Fig.45- Quadro Síntese do tipo de Flexibilidade analisada nos Estudos de Caso (elaborado pela autora)	150
Fig.46- Imagens do existente e da intervenção (elaborado pela autora)	150
Fig.47- Quadro Síntese dos materiais analisada nos Estudos de Caso (elaborado pela autora)	151

Fig.48 - Imagens do existente e da intervenção (elaborado pela autora) 151

Fig.50- Quadro Síntese da adaptabilidade de transformação dos usos (elaborado pela autora) 154

Fig.51- Imagens do existente e da intervenção (elaborado pela autora) 154

Fig.52-Quadro Síntese dos Conceitos (elaborado pela autora) 156